

RBMC

REVISTA BRASILEIRA MILITAR DE CIÊNCIAS

Publicação Oficial da Fundação Tiradentes, Associação Brasileira de Saúde das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares e Academia Nacional de Saúde das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil

Nº 09 • JULHO DE 2018 • ISSN 2447-9071



FUNDAÇÃO
TIRADENTES

"Promovendo o bem estar do policial militar e família"



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
SAÚDE DAS POLÍCIAS MILITARES
E BOMBEIROS MILITARES



A INCLUSÃO DE DISCIPLINAS OPTATIVAS NO CURRÍCULO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO TOCANTINS

A RELEVÂNCIA DA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS COMO PREVENÇÃO DE DOENÇAS DO SISTEMA OSTEOMUSCULAR EM DECORRÊNCIA DA ATIVIDADE OPERACIONAL MILITAR

A TENDÊNCIA PEDAGÓGICA DESENVOLVIDA PELOS COLÉGIOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

UM ESTUDO DE CASO SOBRE O COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR UNIDADE AYRTON SENNA

CAUSAS DE AFASTAMENTO DO SERVIÇO POLICIAL MILITAR

O EXERCÍCIO DO DIREITO À SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO NO MUNICÍPIO DE FORMOSA GOIÁS

Copyright © 2018 by:

Fundação Tiradentes
Associação Brasileira de Saúde das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares
Academia Nacional de Saúde das Policias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

Rev Revista Brasileira Militar de Ciências. / Waldemar Naves do Amaral (org.).
- Goiânia: Versailles Comunicação, 2018.
51p.: il. (Publicação quadrimestral)

Modo de acesso: <http://rbmc.org.br>

ISSN 2447-9071 (versão on-line)

1. Substâncias- psicóticas. 2 Policia- militar. 3. Docência . 4.Medicina. I.Titulo.

CDU: 61 (051)

DIREITOS RESERVADOS - É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio sem a autorização prévia e por escrito do autor. A violação dos Direitos Autorais (Lei n.º 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 48 do Código Penal.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
2018

EXPEDIENTE

Revista Brasileira Militar de Ciências
Órgão oficial de divulgação da Fundação Tiradentes, Associação Brasileira de Saúde das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares e Academia Nacional de Saúde das Policias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil.
Distribuição: dirigida e gratuita.

EDITOR-CHEFE

Cel. Waldemar Naves do Amaral - PhD

Diretor Acadêmico da Faculdade da Polícia Militar e Presidente da Associação Brasileira de Saúde das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares

EDITORES

Ten. Cel. Cleber Aparecido Santos

Diretor Geral da Faculdade da Polícia Militar e Presidente da Fundação Tiradentes

Ten. Cel. Ubiratan Reges de Jesus Júnior

Diretor Administrativo/Financeiro da Faculdade da Polícia Militar

Cel. Rômulo Capello Teixeira

Presidente da Academia Brasileira de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares

CONSELHO EDITORIAL

Cel. Naldimar Lourenço Barbosa
Ten. Cel. Sérgio Henrique Nascente Costa
Cel. Helen de Melo Gervasio
Maj. Cárta Regina da S. Freire
Ten. Cel. Sandra Maria da Fonseca Diniz
Ten. Cel. Simone Aparecida Simões
Maj. José dos Reis Júnior
Cap. Hérica Gomes Falcão
Ten. Ana Paula Lindoso
Ten. Eline Rozária Ferreira Barbosa
Subten. Suzy Darlen Soares de Almeida

COORDENAÇÃO

Comunicação Social da Fundação Tiradentes
Av. Contorno, nº 2.185 -Setor Central - Goiânia-GO
CEP: 74055-140 / Telefone: (62) 3269-3348

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9610 (09/02/98). Nenhuma parte poderá ser reproduzida sem autorização prévia, por escrito, da Fundação Tiradentes, Associação Brasileira de Saúde das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares e Academia Nacional de Saúde das Policias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, sejam quais forem os meios empregados.



Conexão Propaganda e Editora

Rua nº 227-A, Esq. com R. 252, Qd.36, Lt.11/22 - Setor Leste Universitário - Goiânia - Goiás / Brasil
Telefone: (62) 3202-4090 - Email: comercial@conexaopro.com.br

REGRAS PARA PUBLICAÇÃO

A Revista Brasileira Militar de Ciências (RBMC) aceitará materiais experimentais (com casuística) para publicação no campo relacionado, direta ou indiretamente, à atividade militar e artigos de revisão. As normas que seguem da revista serão regulamentadas segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Serão aceitos:

1. Artigos originais: que completos sejam prospectivos, experimentais ou retrospectivos.
2. Relatos de casos: de grande interesse desde que bem documentados clínica e laboratorialmente.
3. Série de casos: conjunto de casos alinhados, raros e bem documentados.
4. Números especiais: com anais, coletâneas de trabalhos apresentados nos congressos brasileiros e suplementos com trabalhos versando sobre tema de grande interesse.
5. Artigos de revisão: preferencialmente do tipo sistemática ou meta-análise.
6. Entrevista: inédita, com pessoas que possuam contribuições significativas, seja pela sua prática, seja pela sua produção acadêmica, para a área temática da Revista. Deve ter entre 1.000 e 3.000 palavras.
7. Sucessos do Ofício: texto que preste homenagem a professores que sejam ou que tenham sido marcantes e/ou que tenham contribuído significativamente para a área temática da Revista.
8. Comentários editoriais, a convite, quando solicitados a membros do conselho editorial.
9. As cartas dos leitores versando sobre a matéria editorial poderão ser resumidas sem alteração dos pontos principais. No caso de críticas a trabalhos publicados, a mesma será enviada aos autores do artigo para que sua resposta seja publicada simultaneamente. As críticas deverão ser fundamentadas e acompanhadas de referências bibliográficas. A revista não aceitará material editorial com objetivos comerciais.

PROCESSAMENTO

Todo material enviado será analisado pelo Corpo Editorial da revista composto pelos editores da revista, conselho editorial, colaboradores e adjuntos; sendo vetado à identificação aos revisores dos autores ou do serviço onde os trabalhos foram desenvolvidos, assim como os revisores não serão identificados pelos autores, exceto quando solicitados por aqueles.

Ao recebimento, os artigos serão datados e codificados sendo seus autores comunicados do recebimento. Os artigos que não preencherem as normas editoriais serão rejeitados neste estágio. Aqueles que estiverem de acordo serão enviados a dois revisores indicados pelo Editor. Os autores serão informados sobre a aceitação e das modificações, eventualmente sugeridas, pelo Corpo Editorial. Quando modificações forem solicitadas, os autores deverão retornar o manuscrito corrigido dentro de 15 dias, devendo justificar caso alguma sugestão não for aceita.

DIREITOS AUTORAIS (COPYRIGHT)

É uma condição de publicação em que os autores transferem os direitos autorais de seus artigos a Revista Brasileira Militar de Ciências (RBMC). Todos os artigos deverão ser enviados com uma carta de encaminhamento assinada por todos os autores relatando que o trabalho para publicação é original e que não foi enviado para análise ou publicado em outras revistas, no todo ou parcialmente. Na carta ainda deve estar explícito que os autores transferem os direitos autorais para RBMC e concordam com as normas editoriais. A transferência dos direitos autorais à revista não afeta os direitos de patente ou acordos relacionados aos autores. As figuras, fotos ou tabelas de outras publicações podem ser reproduzidas desde que autorizadas pelo proprietário. A autorização escrita deve ser enviada junto com manuscrito. O material publicado passa a ser propriedade da RBMC, podendo ser reproduzido com sua anuência. A RBMC não se obriga a devolver os originais mesmo em caso de recusa.

ASPECTOS ÉTICOS

O Corpo Editorial segue os princípios da Declaração de Helsinque e recomendamos que os autores dos artigos enviados obedeçam ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e preencham os requerimentos reguladores e legais para experiências em seres humanos com drogas, incluindo consentimento informado, de acordo com os procedimentos necessários em sua instituição ou país. Toda informação do paciente deve ser anônima. Para maiores detalhes, acessar o site da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html

AUTORIDADE E RESPONSABILIDADE

O conteúdo intelectual dos manuscritos é de total responsabilidade de seus autores. O Corpo Editorial não assumirá qualquer responsabilidade sobre as opiniões ou afirmações dos autores. Todo esforço será feito pelo Corpo Editorial para evitar dados incorretos ou imprecisos. O número de autores deve ser limitado em seis.

SUBMISSÃO DOS ARTIGOS

Os autores enviarão por via eletrônica, através do email rmmc@tiradentes.org.br, o arquivo completo, juntamente com as fotos e tabelas (se houver). No email deverá conter o endereço completo, telefone, e email do autor.

ESTRUTURA E FORMATAÇÃO DOS TRABALHOS

Os arquivos devem ser enviados em formato doc, odt ou rtf, tamanho A4, com margens superior, inferior, esquerda e direita de 2,5cm.

Os artigos originais devem conter os seguintes tópicos: Título (português e inglês), resumo (português e inglês), introdução, objetivos, métodos, resultados, discussão, conclusões, agradecimentos e referências. Cada tópico deve ser iniciado em uma nova página.

Os relatos de casos e série de casos devem ser estruturados em: resumo, introdução, relato de caso, discussão e referências.

Os artigos de revisão sistemática devem seguir resumo, introdução com objetivo, revisão de literatura, metodologia, discussão, considerações finais e referências.

As entrevistas podem ser nos formatos jornalísticos "ping-pong" ou "texto corrido" e deverão conter uma foto do entrevistado.

As meta-análises seguem o princípio dos artigos originais.

A primeira página deve incluir: título, primeiro e último nome dos autores e sua filiação, títulos (não mais que 20 letras), palavras-chaves (5-8) e o endereço para correspondência. A segunda página deve conter o título do artigo no cabeçalho e cuidado deve ser tomado no restante do texto para que o serviço ou os autores não possa ser identificado (suprimi-los).

1) Elementos pré-textuais:

Título: Fonte Times New Roman, tamanho 14, negrito, em caixa alta e centralizado. O título deve ter, no máximo, 20 palavras. Deve vir acompanhado do título em inglês.

Resumo: em português, independentemente da língua em que o texto foi escrito. O resumo deve conter entre 120 e 250 palavras, ser escrito em parágrafo único, em fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado. O resumo dos artigos originais devem ser divididos em seções contendo informações que permita ao leitor ter uma ideia geral do artigo, sendo divididos nos seguintes tópicos: objetivos, métodos, resultados e conclusões. O resumo dos relatos de casos deve ser em um único parágrafo. Uma versão em inglês do resumo e das palavras-chaves deve ser fornecido. Palavras-chave: uma linha abaixo do resumo. Em português, independentemente da língua em que o texto foi escrito. Mínimo 3 e máximo 5 palavras-chave, separadas por ponto. Abstract: duas linhas abaixo das palavras-chave. O abstract deve ser escrito em parágrafo único, Times New Roman, tamanho 12, justificado.

Keywords: uma linha abaixo do abstract. Em inglês, independentemente da língua em que o texto foi escrito. Mínimo 3 e máximo 5 keywords, separadas por ponto.

2) Elementos textuais:

a) Corpo do texto: Fonte Times New Roman, tamanho 12; alinhamento justificado; espaçamento de 1,5 entre linhas, simples entre os parágrafos e duplo entre partes do texto;

b) Títulos das seções: Fonte Times New Roman, tamanho 12, em caixa alta e negrito; alinhado à esquerda; não devem ser numerados.

c) Citações: deve-se seguir as normas da ABNT NBR-10520 para citações.

d) Notas de rodapé: devem ser restritas ao mínimo indispensável; devem ser numeradas sequencialmente; alocadas ao final da página correspondente. Alinhamento justificado, com espaço simples dentro da nota e entre as notas.

e) Termos em língua estrangeira devem ser grafados em itálico. Caso seja preciso destacar alguma palavra ou frase, empregar também o itálico.

f) Recomenda-se a grafia dos números de um a dez por extenso, assim como das dezenas e centenas redondas (vinte, trezentos), e a grafia em algarismos para quaisquer idades (50 anos) e períodos de tempo (3 meses, 7 minutos, 80 anos).

g) Conforme a norma ABNT NBR 14724, para apresentação de trabalhos acadêmicos, os recursos visuais (desenhos, esquemas, fluxogramas, fotografias, gráficos, mapas, organogramas, plantas, quadros, retratos, quadros e tabelas) devem trazer sua identificação na parte superior, precedida da palavra designativa, seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, do respectivo título e/ou legenda explicativa de forma breve e clara. Na parte inferior, deve ser inserida a fonte. Caso o trabalho seja aprovado, poderá ser solicitado o envio dos recursos visuais no formato JPG com resolução acima de 300 dpi.

ESTILO

As abreviaturas devem ser em letras maiúsculas e não utilizar ponto após as letras, ex: US e não U.S.. As análises estatísticas devem ser pormenorizadas no tópico referente aos métodos. O uso de rodapé não será permitido, exceto em tabelas. O Corpo Editorial reserva o direito de alterar os manuscritos sempre que necessário para adaptá-los ao estilo bibliográfico da revista.

LITERATURA CITADA

As referências devem ser numeradas consecutivamente à medida que aparecem no texto e depois nas figuras e tabelas se necessárias, citadas em numeral sobrescrito, ex: "Trabalho recente sobre o efeito do ultrassom 22 mostra que...". Todas as referências devem ser citadas no fim do artigo seguindo as informações abaixo:

1. et al. Não é usado. Todos os autores do artigo devem ser citados.

2. As abreviações dos jornais médicos devem seguir o formato do Index Medicus.

3. Trabalhos não publicados, artigos em preparação ou comunicações pessoais não devem ser usadas como referências. Quando absolutamente necessárias, somente citá-las no texto.

4. Não usar artigos de acesso difícil ou restrito aos leitores, selecionando os mais relevantes ou recentes. Nos artigos originais, o número de referência deve ser limitado em 25 e os relatos de casos e cartas em 10.

5. A exatidão dos dados da referência é de responsabilidade dos autores.

As referências devem seguir o estilo ABNT NBR-6023.

AGRADECIMENTOS

Dirigidos às contribuições científicas ou materiais de outros que não justificam co-autoria.

ILUSTRAÇÕES

As legendas das ilustrações devem ser digitadas em páginas separadas. Todas as ilustrações devem ser citadas no texto do artigo e numeradas de acordo com aparecimento, ex: figura 3.

TABELAS E GRÁFICOS

As tabelas devem ser digitadas no corpo do texto conforme a disposição do autor e os seguintes símbolos devem ser usados no rodapé: *, †, ‡.

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE E FINANCIAMENTO DE PESQUISA

O autor deve estabelecer se há relação de conflito de interesse e se há financiamento de pesquisas. Em havendo uma das duas condições, estabelecer e nomeá-las.

ÍNDICE

08

A INCLUSÃO DE DISCIPLINAS OPTATIVAS NO CURRÍCULO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO TOCANTINS

CUNHA, ANDRÉ GUILHERME DA.

20

A RELEVÂNCIA DA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS COMO PREVENÇÃO DE DOENÇAS DO SISTEMA OSTEOMUSCULAR EM DECORRÊNCIA DA ATIVIDADE OPERACIONAL MILITAR

SOUZA, CLÉZIO RODRIGUES. SOUZA, HEDICAZIO DE OLIVEIRA. COSTA, WEBSE DA MOTA. EVANGELISTA, PATRÍCIA GONÇALVES. AMARAL, WALDEMAR NAVES.

29

A TENDÊNCIA PEDAGÓGICA DESENVOLVIDA PELOS COLÉGIOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

SALLES, LEILA MARIA FERREIRA. OLIVEIRA, ANDERSON DE.

38

UM ESTUDO DE CASO SOBRE O COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR UNIDADE AYRTON SENNA

LEILA, MARIA FERREIRA SALLES. OLIVEIRA, ANDERSON DE.

54

CAUSAS DE AFASTAMENTO DO SERVIÇO POLICIAL MILITAR

RIMOLDI, LUÍSA SÔFFA. FARIA, VICTOR CARDOSO DE. COLICCHIO, RAÍSSA VEIGA GIRÃO. GUIMARÃES, GISELLE MACANHAN. AMARAL, WALDEMAR NAVES DO.

58

O EXERCÍCIO DO DIREITO À SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO NO MUNICÍPIO DE FORMOSA GOIÁS

NASCIMENTO, GUILHERME GOMES DO. SOUZA, HEDICAZIO DE OLIVEIRA. COSTA, WEBSE DA MOTA. EVANGELISTA, PATRÍCIA GONÇALVES. AMARAL, WALDEMAR NAVES DO.

ATIVIDADE MILITAR E A CIÊNCIA

A marca da atividade militar é a valorização da moralidade, da ética e da lei, sem esquecer do civismo. Neste sentido a hierarquia, a disciplina e o respeito aos valores do seu povo são imperativos.

A RBMC sob a batuta da Faculdade da Polícia Militar e da Fundação Tiradentes tem cumprido o seu papel, que é aplicar o olhar da ciência na atividade militar.

Com a observação horizontal daqueles princípios, a atividade militar costuma despontar tanto na segurança pública quanto em outras áreas (educação/saúde, etc) promovendo a excelência de resultados.

Assim, por meio desta revista continuaremos a demonstrar a importância da ciência militar e seus bons resultados na prestação de serviços como profissionais.



TEN. CEL. CLEBER APARECIDO SANTOS
DIRETOR - PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO TIRADENTES



CEL. WALDEMAR NAVES DO AMARAL
EDITOR-CHEFE DA REVISTA BRASILEIRA MILITAR DE CIÊNCIAS

A INCLUSÃO DE DISCIPLINAS OPTATIVAS NO CURRÍCULO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO TOCANTINS

ANDRÉ GUILHERME DA CUNHA¹

RESUMO

Este trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica e documental acerca do currículo dos cursos de formação de oficiais da polícia militar e tem por objetivo propor a inclusão de disciplinas optativas na estrutura curricular do curso de formação de oficiais da Polícia Militar do Tocantins (PM-TO). A pesquisa parte do estudo do currículo escolar brasileiro e em seguida, realiza uma análise das estruturas curriculares dos cursos de formação de oficiais da Polícia Militar da Paraíba (PM-PB), da Polícia Militar de Santa Catarina (PM-SC) e da PM-TO. Após tal análise e tendo como base outras pesquisas realizadas na Corporação, o trabalho sugere o acréscimo de duas disciplinas optativas na estrutura curricular dos cursos de formação de oficiais da PM-TO, a saber: Noções de Alimentação Saudável e Noções Básicas de Saúde Física.

PALAVRAS-CHAVE: CURRÍCULO, FORMAÇÃO DE OFICIAIS, POLÍCIA MILITAR.

ABSTRACT

This work presents a bibliographical and documentary research on the curriculum of training courses for police officers and military aims to propose the inclusion of electives in the curricular structure of the training course for officers of the Military Police of Tocantins (PM-TO). The research part of the study of Brazilian curriculum and then performs an analysis of curriculum structures of training courses for officers of the military police of Paraíba (PM-PB) of the military police of Santa Catarina (PM-SC) and PM-TO. After such analysis and based on other surveys conducted in the Corps work suggests the addition of two electives in the curricular structure of training courses for officers of PM-TO, namely: Healthy eating concepts and basics of physical health.

KEYWORDS: CURRICULUM; TRAINING OF OFFICERS; MILITARY POLICE.

INTRODUÇÃO

Muito se discute em relação à uma Segurança Pública de qualidade no Brasil, a qual possa fornecer infra-estrutura de serviço, capacitar aos policiais militares a exercerem o seu papel no cumprimento de suas funções diante de uma sociedade que passa por diversas transformações dia após dia. Os responsáveis pelo ensino dentro das Polícias Militares devem acompanhar tais transformações de modo a transmitir conhecimentos em busca de um profissional mais qualificado e eficiente.

A Lei de Diretrizes Básicas para o Ensino nº 9394/96 (LDB), traz para a família e para o Estado, a obrigatoriedade de educar com finalidade de preparar o indivíduo para exercer cidadania e qualificá-lo para o trabalho.

O trabalho de um profissional de Segurança Pública está voltado para a manutenção da lei e da ordem, cabendo ao Estado prepará-lo para o bom desempenho de suas funções.

As Polícias Militares tem por base institucional a hierarquia e a disciplina. A lei 2.578/2012, definem a Hierarquia e a Disciplina como:

Art. 13. A hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, e a autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico.

§ 1º A hierarquia militar consiste na ordenação da autoridade em níveis diferenciados, dentro da estrutura da Corporação.

§ 2º A ordenação a que se refere o §1º deste artigo se faz por postos ou graduações; e, dentro de um mesmo posto ou graduação, se faz pela antiguidade no posto ou na graduação.

§ 3º O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à sequência de autoridade.

§ 4º Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam a Corporação e coordenam o seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e cada um de seus integrantes.

¹ Acadêmico do Curso, Bacharel em Segurança Pública pela UNITINS/PMTO

§ 5º A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida entre militares da ativa, da reserva remunerada, reformados e de outras organizações militares.

A hierarquia policial militar é ordenada em postos e graduações, variando de Estado para Estado. A lei 2578/12 traz ainda:

Art. 15. Os círculos hierárquicos e a escala hierárquica dos militares estaduais compreendem:

I - o Círculo de Oficiais Superiores:

- a) Coronel;
- b) Tenente-Coronel;
- c) Major;

II - o Círculo de Oficial Intermediário: Capitão;

III - o Círculo de Oficiais Subalternos:

- a) 1º Tenente;
- b) 2º Tenente;

IV - Círculo de Praças Especiais:

- a) Aspirante a Oficial;
- b) Aluno do Curso de Formação de Oficiais, abrangendo:
 1. Cadete III;
 2. Cadete II;
 3. Cadete I;

V - o Círculo de Subtenentes e Sargentos:

- a) Subtenente;
- b) 1º Sargento;
- c) 2º Sargento;
- d) 3º Sargento;

VI - o Círculo de Cabos e Soldados:

- a) Cabo;
- b) Soldado.

Dessa forma temos os Oficiais como superiores, os quais são preparados nas academias para exercerem atividades de Comando, sendo canalizados a eles a maioria dos recursos do Estado destinados ao ensino dentro das Corporações Militares.

Tendo em vista todo esse processo, é fácil entender que um oficial não só cumpre as funções de comando e de policial militar, como também é tido como um multiplicador de conhecimentos. Pois este recebe o conhecimento em um curso e o transmite para uma fração, pelotão, companhia ou até batalhão militar. E todos passam a ter tal conhecimento angariado pelo oficial em seu curso específico.

Dentro das perspectivas trazidas pelas transformações sociais, o oficial deve manter-se atualizado para o embate com os problemas sociais e, neste diapasão, vamos analisar a estrutura curricular de sua formação, a qual não pode deixar de acompanhar as mudanças da sociedade.

1. O CURRÍCULO ESCOLAR BRASILEIRO

O currículo é alvo de constante atenção de docentes e autoridades, porém, cabe nesta reflexão uma questão: Será que ele é elaborado de maneira correta?

Muitas reformas curriculares aconteceram na educação brasileira desde a sua instituição, buscando igualdade e qualidade para o ensino público no Brasil, principalmente na década de 90 com a instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB/1996).

O currículo não é uma união de conhecimentos prontos e imutáveis, e sim uma aliança de concepções históricas e influências teóricas derivada de diferentes fatores socioeconômicos, culturais e políticos. O currículo pode mudar de acordo com o meio social onde ele é aplicado.

A união de conteúdos a serem ensinados, experiências, planos pedagógicos, objetivos e processos de avaliação, traz o entendimento da concepção de currículo.

Lautério e Nehring (2012, p. 3) assim escrevem sobre a LDB/1996:

Este documento em seu Art. 9º delega à União juntamente com Distrito Federal, estados e municípios o dever de elaborar o Plano Nacional de Educação, estabelecer competências e diretrizes para nortear os currículos e seus conteúdos mínimos, garantindo a formação básica comum. Sendo a União responsável por assegurar processos de avaliação do rendimento escolar em toda a Educação Básica e Ensino Superior. A LDB já cita como dever da nação estabelecer competências na educação e a responsabilidade de assegurar processos avaliativos, então a criação de avaliações públicas justificou-se pela necessidade de definição de prioridades e a busca pela melhoria da qualidade do ensino, deixando clara a intenção de uma avaliação nacional, constituir-se como política reguladora dos diferentes níveis de ensino.

O educador tem participação significativa na elaboração do currículo, tendo em vista as experiências advindas do estudo e de seu ofício na arte de ensinar, conforme descrito por Moreira e Candau (2007, p. 19), “o papel do educador no processo curricular é, assim, fundamental. Ele é um dos grandes artífices, queira ou não, da construção dos currículos que se materializam nas escolas e nas salas de aula”.

Seguindo este raciocínio, para trazer conhecimentos à escola através do currículo, um ponto a ser observado é a pluralidade cultural dos alunos e educadores, e ainda conflitos e confrontos, os quais podem enriquecer ainda mais a atuação do educador.

Destarte, não deve haver conformismo com uma única idéia trazida pelo conhecimento, ao contrário, embates, discussões, resistências e transformações são sempre bem vindas na construção curricular.

Assim, percebe-se o percurso da construção do conhecimento como sendo de grande relevância em busca da adaptação deste na realidade do aluno, adquirindo assim novos caminhos e perspectivas para a produção do saber.

O professor deve esforçar-se em sua atualização profissional em relação às veiculações midiáticas, desenvolvimento tecnológico e legislações, em busca da seleção e organização dos conhecimentos escolares para desenvolver atividades, as quais se adéquem ao patamar mental em que o aluno está.

O fator cultural está intimamente ligado ao processo de construção do currículo, pois, aquele é proporcional à realidade social de cada aluno e, quando mal direcionado pode acarretar em discriminação por parte do próprio corpo docente, como podemos observar a seguir:

[...] no currículo se evidenciam esforços tanto por consolidar as situações de opressão e discriminação a que certos grupos sociais têm sido submetidos, quanto por questionar os arranjos sociais em que essas situações se sustentam. Isso se torna claro ao nos lembrarmos dos inúmeros e expressivos relatos de práticas, em salas de aulas, que contribuem para cristalizar preconceitos e discriminações, representações estereotipadas e desrespeitosas de certos comportamentos, certos estudantes e certos grupos sociais. Em Conselhos de Classe, algumas dessas visões, lamentavelmente, se refletem em frases como: "vindo de onde vem, ele não podia mesmo dar certo na escola!" (MOREIRA e CANDAU, 2007, p. 28).

Assim o docente deve estar preparado para um espaço multicultural buscando a contextualização do currículo visando sua adaptação à realidade das pessoas envolvidas no processo ensino-aprendizagem.

Na formação curricular, faz-se primordial que se considere todas as culturas, realizando até estudos de caso para analisar histórias de vida versando sobre a discriminação ou desrespeito em virtude da cultura, raça ou cor dos integrantes da sala de aula. Tais debates trazem crescimento ao grupo e ao currículo.

Segundo Moreira e Candau (2007, p. 32), após a adoção de uma nova postura frente à pluralidade, outros princípios e propósitos podem mostrar-se úteis na formulação dos currículos.

Ao mundo é proporcionado geralmente a verdade do opressor ou dominante. Enxergar o planeta com olhar subalternizado nos ajuda a enxergar a verdade suprimida, escondida. Não se deve trocar um conhecimento pelo outro, pelo contrário, se deve provocar a discussão, o embate.

Não se espera, cabe reiterar, substituir um conhecimento por outro, mas sim propiciar aos(às) estudantes a compreensão das relações de poder envolvidas na hierarquização das manifestações culturais e dos saberes, assim como nas diversas imagens e leituras que resultam quando certos olhares são privilegiados em detrimento de outros. (MOREIRA e CANDAU, 2007, p.35)

Outra estratégia a ser adotada é a de provocar discussões em busca do entendimento sobre como o conhecimento sobre determinada área surge e se difunde. Com isso estabelecer-se-

-ão novas idéias de conhecimento desmitificando aquilo que é imposto como verdade, permitindo novas reflexões.

O currículo deve dinamizar a construção de uma identidade cultural visando mostrar ao educador a pluralidade de culturas a ser trabalhada. Segundo Moreira e Candau (2007, p. 38) "desvelar essa realidade e favorecer uma visão dinâmica, contextualizada e plural das identidades culturais é fundamental, articulando-se as dimensões pessoal e coletiva desses processos".

Em um espaço escolar há grande variedade cultural e, outra idéia para construção do currículo é a abertura da escola para manifestações culturais. Tais manifestações facilitariam a compreensão de cada realidade.

O professor deve manter-se atualizado com os problemas socioculturais que o envolvem visando adquirir um posicionamento para proporcionar ao seu aluno uma visão maior de mundo, estimulando ao aluno a necessidade de pesquisar mais e construir seus próprios conceitos.

2. O CURRÍCULO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR

Entendendo a Segurança Pública como a harmonia e incolumidade dos bens, pessoas e patrimônio público, temos os órgãos responsáveis pela manutenção desta, como a Polícia Militar, a qual é o objeto da nossa pesquisa.

A Polícia Militar tem atribuição de Polícia Ostensiva, ou seja, é identificada pelo uso da farda, viatura ou equipamento.

Fonseca (1992, p.317) conceitua Polícia Ostensiva como:

Tomando-se a expressão Polícia Ostensiva divorciada ou abstraída do conceito de preservação da ordem pública, como em verdade assim a empregaram os legisladores constituintes, passa ela a abranger em uma acepção própria e particular, apenas as ações que tenham como características: a) predominância do aspecto preventivo e que sejam desenvolvidas por elementos ou fração de tropa identificados pelo uniforme (ostensividade), viatura ou tipo de equipamento (ostensividade); b) que tenha como objeto de planejamento uma universalidade de fatos ainda que em local determinado por um evento certo, como, v.g., jogos programados em estádios desportivos, concentrações em festas populares, conhecidas entre nós como 'festas populares', shows artísticos, etc.; c) que a ostensividade determinada pelas condições de identificação dos elementos empenhados ou fração de tropa, relativamente a uniforme, viatura e tipo de equipamento, sejam intrínsecas à própria estratégia operacional.

Conforme preconiza a Constituição Federal no seu artigo 144:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

V- polícias militares e corpos de bombeiros militares

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Analisando o texto da Carta Magna, se conclui que para prestar tão relevantes serviços à sociedade, o policial militar deve possuir uma formação com alto padrão intelectual e físico. Por isso a Secretaria Nacional de Segurança Pública-SENASP, elaborou em 2007 a Matriz Curricular Nacional para Formação em Segurança Pública, sendo que esta busca desenvolver o profissional de Segurança Pública à uma melhor qualidade de serviço acompanhando a evolução da sociedade.

Matriz Curricular Nacional expressa um conjunto de componentes a serem “combinados” na elaboração dos currículos específicos ao mesmo tempo em que oportuniza o respeito às diversidades regionais, sociais, econômicas, culturais, políticas existentes no país, possibilitando a utilização de referências nacionais que possam traduzir “pontos comuns” que caracterizem a formação em Segurança Pública pretendida nas diversas regiões brasileiras. (SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2007, p. 6)

O policial, inserido no processo da Segurança Pública, para atender às demandas sociais, deve receber investimento do Estado em sua capacitação e infra-estrutura do serviço. Por estar inserido na sociedade, também está propício às constantes transformações por ela proporcionadas.

A população brasileira cresce exponencialmente, conforme dados do último censo do IBGE, com isso a criminalidade também aumenta, exigindo que os oficiais de instituições militares tenham formação na área de gestão em segurança.

Cabe salientar que o oficial não só cumpre com suas missões constitucionais, como também desempenha o papel de Polícia Judiciária Militar quando apura, à luz do direito, transgressões de militares em procedimentos disciplinares.

O Oficial de Polícia Militar é o elemento de comando; portanto, um componente de alto valor. O Oficial PM: colhe dados estatísticos; prevê, planeja; executa e faz executar; fiscaliza; comanda [...] A sociedade espera do Oficial PM: eficiência; dedicação; integridade; desprendimento; coragem; lealdade; espírito de justiça; cultura profissional. É no Oficial PM que está depositada a fé pública, trazida como a confiança do povo. Significa que o povo deposita toda a confiança no Oficial PM. É para o Oficial PM que converge toda a responsabilidade do dever policial militar, perante a sociedade. (IPONEMA 1983 apud RUDINICK, 2007, p. 145):

O ingresso nos Cursos de Formação de Oficiais é realizado mediante concurso público onde são testadas habilidades intelectuais, físicas e psicológicas dos candidatos. Ao final dos testes e antes de serem homologados, passam por exames médicos e investigação da vida pregressa.

No curso, o cadete passa por uma formação voltada aos anseios sociais relacionados à Segurança Pública recebendo aulas de matérias no campo do direito, saúde física, psicologia, estatística e tiro policial dentre outras.

Os Cursos de Formação de Oficiais das Polícias Militares dos estados de Santa Catarina e Paraíba foram os escolhidos para se integrarem à nossa pesquisa tendo em vista serem as únicas a disponibilizarem malhas curriculares dos CFOs na internet.

Vejamos a malha curricular do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar de Santa Catarina:

1º SEMESTRE – 2009		
Nº	DISCIPLINA	C.H (h/a)
1	Ética e Cidadania	20
2	História de Polícia	20
3	Criminologia	20
4	Doutrina de Polícia I	40
5	Relacionamento Interpessoal e Saúde Mental	30
6	Português Instrumental e Redação Oficial	30
7	Direito Constitucional Aplicado	20
8	Sistema de Segurança Pública no Brasil	20
9	Polícia Ostensiva I	30
10	Legislação Institucional I	45
11	Tecnologias da Informação	30
12	Direito Disciplinar I	30
13	Técnicas de Polícia Preventiva	40
14	Telecomunicações	20
15	Direitos Humanos e Atividade Policial	20
16	Defesa Interna e Territorial	25
17	Gestão Logística	30
18	Legislação de Trânsito	55
19	Socorros Urgentes	55
20	Armamento, Munição e Tiro Policial I	40
21	Ordem Unida I	45
22	Saúde e Atividade Física I	55
23	Defesa Pessoal I	40
Total	23	760

Tabela 1: Grade Curricular CFO/2009-01

Fonte: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina

2º CFO

2º SEMESTRE – 2009		
Nº	DISCIPLINA	C.H (h/a)
		CFO 2009
1	Policiamento Ostensivo de Trânsito I	30
2	Direito Disciplinar II	30
3	Direito Penal Militar	60
4	Direito Penal Aplicado	30
5	Operações de Polícia I	60
6	Doutrina de Polícia II	30
7	Técnica Policial II	50
8	Polícia Ostensiva II	30
9	Comando e Estado Maior e Planejamento Operacional I	40
10	Legislação Institucional II	30
11	Segurança Física de Instalações	30
12	Criminalística	40
13	Direção Defensiva e Policial	40
14	Termo Circunstanciado	30
15	Processo Decisório	30
16	Armamento, Munição e Tiro Policial II	45
17	Saúde Física II	60
18	Ordem Unida II	40
19	Defesa Pessoal II	40
20	Seminários (Psicologia Organizacional, Medicina Legal e Direito da Criança e do Adolescente)	30
Total	20	775

Tabela 2: Grade Curricular CFO/2009-02

Fonte: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina

3º CFO

3º SEMESTRE – 2009		
Nº	DISCIPLINA	C.H (h/a)
		CFO 2009
1	Operações de Polícia II	45
2	Policiamento Ostensivo de Trânsito II	30
3	Direito Processual Penal Militar	45
4	Gestão de Recursos Humanos	45
5	Teoria Geral da Administração	45
6	Chefia e Liderança	30
7	Direito Ambiental Aplicado	45
8	Técnicas de Prevenção e Combate a Incêndios	30
9	Metodologia de Ensino Superior	45
10	Cerimonial e Protocolo	30
11	Tópicos Especializados em Policiamento	45

12	Gestão em Defesa Civil	45
13	Abordagem Sócio – Psicológica da Violência e do Crime (Seminário)	30
14	Comando e Estudos de Estado Maior	30
15	Armamento, Munição e Tiro Policial III	45
16	Defesa Pessoal III	45
17	Educação Física III	45
18	Ordem Unida III	30
19	Metodologia da Pesquisa	45
Total	19	765

Tabela 3: Grade Curricular CFO/2010/01

Fonte: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina

4º CFO

4º SEMESTRE – 2009		
Nº	DISCIPLINA	C.H (h/a)
		CFO 2009
1	Gestão de Recursos na Segurança Pública	105
2	Legislação, Doutrina e Segurança de Trânsito	45
3	Mídia e Comunicação Institucional	30
4	Inteligência Policial e Epidemiologia do Crime	60
5	Administração Penitenciária	30
6	Geoprocessamento e Sistemas de Informações	45
7	Polícia Judiciária Militar Aplicada	45
8	Programas Institucionais em Segurança Pública	45
9	Armamento, Munição e Tiro Policial IV	45
10	Ordem Unida IV	30
11	Saúde, Atividade Física e Qualidade de Vida	45
12	Defesa Pessoal IV	30
13	Orientação e Monografia	45
14	Gerenciamento de Crise e Processo Decisório	60
Total	14	600

Tabela 4: Grade Curricular CFO/2010/02

Fonte: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina

Agora vejamos o ementário do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar da Paraíba:

Nº	DISCIPLINAS	C.H
PARTE CULTURAL		
1	Comunicação Social	30
2	História da PMPB	20
3	Introdução à Administração	30
4	Introdução à Psicologia	45

5	Língua Estrangeira I	45
6	Língua Portuguesa	45
7	Metodologia do Trabalho Científico	30
8	Introdução à Sociologia	30
PARTE JURÍDICA		
9	Direito Constitucional	30
10	Direito da Criança e do Adolescente	30
11	Direito penal I	45
12	Direitos Humanos I	20
13	Introdução ao Estudo do Direito	60
14	Legislação e Regulamentos PM I	30
PARTE TÉCNICA		
15	Administração Financeira e Orçamentária	30
16	Armamento e Tiro Defensivo I e II	60
17	Correspondência Militar	30
18	Doutrina de Policiamento Ostensivo I e II	60
19	Educação Física e Desportos I e II	120
20	Emergências Pré-Hospitalares	45
21	Judô I e II	90
22	Operações de Choque I	20
23	Ordem Unida I e II	60
24	Policiamento Ostensivo de Guardas e Escortas	20
25	Policiamento Ostensivo de Praças Desp. e Eventos Especiais	30
26	Telecomunicação Operacional	20
SUB-TOTAL		1.075
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		35
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO		90
CARGA HORÁRIA TOTAL		1.200

Tabela 5: GRADE CURRICULAR DO CFO PM 1º ANO

Fonte: Polícia Militar do Estado da Paraíba

Nº	DISCIPLINAS	C.H
PARTE CULTURAL		
1	Comunicação Social	45
2	História da PMPB	30
3	Introdução à Administração	45
4	Introdução à Psicologia	30
PARTE JURÍDICA		
5	Direito Administrativo	30
6	Direito Ambiental	45
7	Direito Civil	60
8	Direito Penal II	45
9	Direitos Penal Militar	30

10	Direitos Humanos II	20
11	Legislação e Regulamentos PM II	20
PARTE TÉCNICA		
12	Administração de Recursos Humanos	30
13	Administração Patrimonial e de Material	30
14	Armamento e Tiro Defensivo III e IV	60
15	Criminalística	45
16	Defesa Civil	30
17	Defesa Pessoal I e II	60
18	Educação Física e Desportos III e IV	120
19	Gerenciamento de Crises	30
20	Operações de Choque II	20
21	Ordem Unida III e IV	60
22	Policiamento Ambiental e Florestal	20
23	Policiamento Montado	60
24	Policiamento Ostensivo de Trânsito I e II	60
25	Prevenção e Combate a Incêndios e/ou Explosões	30
26	Processo Decisório	20
27	Segurança Física de Instalações e Dignitários	30
SUB-TOTAL		1.105
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		30
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO		90
CARGA HORÁRIA TOTAL		1.225

Tabela 6: GRADE CURRICULAR DO CFO PM - 2º ANO

Fonte: Polícia Militar do Estado da Paraíba

Nº	DISCIPLINAS	C.H
PARTE CULTURAL		
1	Didática	45
2	Ética Profissional	30
3	Introdução à Microinformática I e II	60
4	Língua Estrangeira III	45
5	Oratória	30
6	Psicologia da Personalidade	30
PARTE JURÍDICA		
7	Criminologia	60
8	Direito Eleitoral	30
9	Direito Processual Penal I e II	60
10	Direito Processual Penal Militar I e II	60
11	Direitos Humanos III	20
12	Medicina Legal	60

PARTE TÉCNICA		
13	Armamento e Tiro Defensivo V e VI	60
14	Atividades de Comando e Estado Maior	60
15	Defesa Pessoal III e IV	60
16	Educação Física e Desportos V e VI	120
17	Inteligência Policial I e II	60
18	Ordem Unida V e VI	60
19	Policiamento Comunitário	45
20	Operações de Choque III	20
SUB-TOTAL		1.115
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		30
CARGA HORÁRIA TOTAL		1.045

Tabela 7: GRADE CURRICULAR DO CFO - 3º ANO

Fonte: Polícia Militar do Estado da Paraíba

3. O CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS MILITARES DO TOCANTINS

O Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Tocantins recebe seus acadêmicos após aprovação em concurso público, no qual são submetidos a testes intelectuais, físicos e psicológicos e, ao final, os candidatos tem de comprovar conclusão de Ensino Médio escolar.

Ao término de todo o certame do concurso, o aluno é lotado na Academia de Polícia Militar Tiradentes e recebe a graduação de Cadete, tendo hierarquia superior a de um Subtenente.

O curso tem duração de três anos e contém uma carga horária de 4670 horas/aula.

A LDBEN 9.394/96, em seu artigo 83, reconhece o “Ensino Militar” como sistema regido por Lei específica, admitindo equivalência, se houver disposição dos sistemas de ensino. Amparado por tal dispositivo, Em fevereiro de 2008, o CFO passou a ter reconhecimento como equivalente ao Bacharelado em Segurança Pública pelo Conselho Estadual de Educação, viabilizando o acesso a cursos de especialização e a curso superior em universidades, como portador de diploma.

Visando formar um oficial que atenda as perspectivas sociais no combate à criminalidade e à violência, durante o curso, o aluno é submetido a disciplinas que regulam a sua formação nos campos da História, do Direito, da Psicologia, da Filosofia, e ainda da Sociologia. O cadete ainda recebe aulas de tiro policial, estatística e português.

Constantemente, ocorrências policiais tem início em áreas pavimentadas e terminam ou percorrem áreas de grande vegetação, ou ocorrem propriamente nas áreas de terreno irre-

gular. Por isso, o Curso de Formação de Oficiais contempla tais situações realizando jornadas de dois ou três dias instruindo ao cadete sobre condutas militares em área verde, bem como algumas técnicas de sobrevivência em ambientes hostis.

Vejamos como é a estrutura curricular do Curso de Formação de Oficiais na Polícia Militar do Estado do Tocantins:

1º ANO	
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA - H/A
Sistemas, Inst. e Gestão em Segurança Pública	40
Teoria Geral da Administração	50
Código de Ética e Disciplina - Leg. e proc.	40
Direitos Humanos I	40
Controle de Distúrbios Cívicos	40
Comunicação Social	40
Policiamento Ostensivo Geral	60
Estágio Supervisionado I	120
Educação Física I	120
Telecomunicações	40
Direito Penal Militar I	40
Introdução Ao Estudo Do Direito	60
Tiro Policial I	60
Armamento E Equipamento I	50
Treinamento Desportivo - Judô	100
Defesa Pessoal Policial I	40
Instrução Geral I	60
Estatística Aplicada	30
Ordem Unida I	60
Filosofia Aplicada	30
Pronto Socorrimento	40
Psicologia Aplicada	30
Noções De Bombeiros	30
Economia Política	50
Redação Oficial E Militar	40
Português, Leitura E Redação	50
Policiamento Comunitário I	20
Técnicas De Busca E Abordagem	60
Policiamento Ostensivo De Trânsito E Rodoviário	60
Direito Penal I	60
Treinamento Desportivo-Atletismo	100
Treinamento Desportivo-Futebol	100
Treinamento Desportivo-Natação	100
Sociologia Aplicada	30

Estrutura Econ. E Social Do Tocantins	30
Metodologia Científica I	40
Informática I	40
Inglês Aplicado I	30
TOTAL GERAL	2.030

Tabela 8: Grade Curricular do 1º Ano do Curso de Formação de Oficiais da PM-TO.

Fonte: Boletim Geral da PM-TO

Treinamento Desportivo	Futebol	80
	Judô	80
	Atletismo	80
	Basquetebol	80
TOTAL C/H		1750

Tabela 9: Grade Curricular do 2º Ano do Curso de Formação de Oficiais da PM-TO.

Fonte: Boletim Geral da PM-TO

2º ANO	
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Comunicação Organizacional	40
Português, Leitura e Redação II	30
Violência, Cultura e Criminalidade	30
Criminalística	50
Ciências Políticas	40
Direito Constitucional	60
Direito Penal II	60
Legislação Especial	60
Direito Penal Militar II	50
Direito Processual Penal I	40
Direito Processual Penal Militar I	60
Gestão de Pessoas	40
Chefia e Liderança	40
Inglês II	30
Direitos Humanos II	30
Educação Física II	100
Ordem Unida II	30
Instrução Geral II	30
Administração Material e Patrimonial	30
Trabalho de Comando I	40
Controle de Distúrbios Cíveis II	40
Tiro Policial II	40
Defesa Pessoal Policial II	30
Policiamento de Guardas e Estabelecimento Prisional	30
Segurança de Dignitários	30
Policiamento e Legislação Ambiental	40
Polícia Comunitária (Nível Promotor)	40
Didática I	30
Direito Administrativo I	60
Abordagem Policial I – Prática	60
Estágio Supervisionado II	120
A Disposição da Divisão de Ensino	20

3º ANO	
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Didática Policial Militar	30
Treinamento Físico Militar	100
Estatística II	30
Etiqueta Social	30
Metodologia Científica II	70
Oratória	30
Planejamento Estratégico	30
Abordagem Policial Prática II	40
Administração Financeira e Orçamentária	40
Atividades de Inteligência	30
Operações em Biomas: Cerrado, Pântano e Floresta	40
Curso Proerd	30
Defesa Civil	30
Direito Administrativo II	30
Direito Civil	30
Direito da Infância e da Juventude	40
Direito Penal III	30
Direito Processual Penal Militar II	40
Direitos Humanos III	20
Gerenciamento de Crises	60
Medicina Legal	30
Ordem Unida III	50
Processo e Procedimento Administrativo	30
Técnicas e Tecnologias não Letais	30
Tiro Policial Defensivo – Método Giraldi	80
Trabalho de Comando II	40
Estágio Supervisionado III	50
*TCC / Comunicação	30
*TCC / Ensino	30
*TCC / Gestão em geral	30
*TCC / Inteligência e Contra-Inteligência	30
*TCC / Assistência Social e Saúde	30
*TCC / Planejamento	30

*TCC / Técnica Policial Militar	30
*TCC / Tecnologia da Informação	30
**PESQUISA PARA TCC	220
**Á DISPOSIÇÃO DO COMANDO DA APMT	40
**PALESTRAS	20
CARGA HORÁRIA TOTAL H/A	1400

Tabela 10: Grade Curricular do 3º Ano do Curso de Formação de Oficiais da PM-TO.

Fonte: Boletim Geral da PM-TO

Analisando tal currículo é possível afirmar a não contemplação por ele das disciplinas de Noções Básicas de Saúde Física e Noções de Alimentação saudável. O que se contempla é a disciplina de Educação Física, cuja preocupação se dá apenas em ministrar instruções, visando apenas o bom condicionamento físico dos alunos, e não formar oficiais qualificados em confeccionar um programa de treinamento físico ou uma dieta.

Com toda a malha curricular do CFO da Polícia Militar do Tocantins, algumas áreas não são contempladas no quesito conhecimento para que o oficial seja um multiplicador deste em benefício para a tropa. O que veremos no tópico a seguir.

Para o Curso de Formação da Polícia Militar do Tocantins, sugere-se tal grades curriculares:

1º ANO	
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Sistemas, Inst. e Gestão em Segurança Pública	40
Teoria Geral da Administração	50
Código de Ética e Disciplina - Leg. e proc.	40
Direitos Humanos I	40
Controle de Distúrbios Cíveis	40
Comunicação Social	40
Policiamento Ostensivo Geral	60
Estágio Supervisionado I	120
Educação Física I	120
Noções de Alimentação saudável	60
Noções de Saúde Física	60
Telecomunicações	40
Direito Penal Militar I	40
Introdução ao Estudo do Direito	60
Tiro Policial I	60
Armamento e Equipamento I	50
Treinamento Desportivo - Judô	100
Defesa Pessoal Policial I	40
Instrução Geral I	60

Estatística Aplicada	30
Ordem Unida I	60
Filosofia Aplicada	30
Pronto Socorrismo	40
Psicologia Aplicada	30
Noções de Bombeiros	30
Economia Política	50
Redação Oficial e Militar	40
Português, Leitura e Redação	50
Policiamento Comunitário I	20
Técnicas de Busca e Abordagem	60
Policiamento Ostensivo de Trânsito e Rodoviário	60
Direito Penal I	60
Treinamento Desportivo-Atletismo	100
Treinamento Desportivo-Futebol	100
Treinamento Desportivo-Natação	100
Sociologia Aplicada	30
Estrutura Econ. e Social do Tocantins	30
Metodologia Científica I	40
Informática I	40
Inglês Aplicado I	30
TOTAL GERAL	2.150

Tabela 11: Sugestão de Grade Curricular 01 do 1º Ano do Curso de Formação de Oficiais da PM-TO

Fonte: Da Pesquisa (2014)

2º ANO	
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Comunicação Organizacional	40
Português, Leitura e Redação II	30
Violência, Cultura e Criminalidade	30
Criminalística	50
Ciências Políticas	40
Direito Constitucional	60
Direito Penal II	60
Legislação Especial	60
Direito Penal Militar II	50
Direito Processual Penal I	40
Direito Processual Penal Militar I	60
Gestão de Pessoas	40
Chefia e Liderança	40
Inglês II	30
Direitos Humanos II	30

Educação Física II	100	
Noções de Alimentação Saudável II	60	
Noções de Saúde Física II	60	
Ordem Unida II	30	
Instrução Geral II	30	
Administração Material e Patrimonial	30	
Trabalho de Comando I	40	
Controle de Distúrbios Cíveis II	40	
Tiro Policial II	40	
Defesa Pessoal Policial II	30	
Policiamento de Guardas e Estabelecimento Prisional	30	
Segurança de Dignitários	30	
Policiamento e Legislação Ambiental	40	
Polícia Comunitária (Nível Promotor)	40	
Didática I	30	
Direito Administrativo I	60	
Abordagem Policial I – Prática	60	
Estágio Supervisionado II	120	
A Disposição da Divisão de Ensino	20	
Treinamento Desportivo	Futebol	80
	Judô	80
	Atletismo	80
	Basquetebol	80
TOTAL C/H	1870	

Tabela 12: Sugestão de Grade Curricular 02 do 2º Ano do Curso de Formação de Oficiais da PM-TO.

Fonte: Da Pesquisa (2014)

3º ANO	
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Didática Policial Militar	30
Treinamento Físico Militar	100
Noções de Alimentação Saudável	60
Noções de Saúde Física	60
Estatística II	30
Etiqueta Social	30
Metodologia Científica II	70
Oratória	30
Planejamento Estratégico	30
Abordagem Policial Prática II	40
Administração Financeira e Orçamentária	40
Atividades de Inteligência	30
Operações em Biomas: Cerrado, Pântano e Floresta	40

Curso Proerd	30
Defesa Civil	30
Direito Administrativo II	30
Direito Civil	30
Direito da Infância e da Juventude	40
Direito Penal III	30
Direito Processual Penal Militar II	40
Direitos Humanos III	20
Gerenciamento de Crises	60
Medicina Legal	30
Ordem Unida III	50
Processo e Procedimento Administrativo	30
Técnicas e Tecnologias não Letais	30
Tiro Policial Defensivo – Método Giraldi	80
Trabalho de Comando II	40
Estágio Supervisionado III	50
*TCC / Comunicação	30
*TCC / Ensino	30
*TCC / Gestão em geral	30
*TCC / Inteligência e Contra-Inteligência	30
*TCC / Assistência Social e Saúde	30
*TCC / Planejamento	30
*TCC / Técnica Policial Militar	30
*TCC / Tecnologia da Informação	30
**PESQUISA PARA TCC	220
**À DISPOSIÇÃO DO COMANDO DA APMT	40
**PALESTRAS	20
CARGA HORÁRIA TOTAL H/A	1620

Tabela 13: Sugestão de Grade Curricular 03 do 3º Ano do Curso de Formação de Oficiais da PM-TO.

Fonte: Da Pesquisa (2014)

4. POSSIBILIDADES PARA UM NOVO CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS MILITARES DO TOCANTINS

A Constituição Federal em seu artigo 144 traz a obrigação constitucional da Polícia Militar, a qual consiste em utilizar-se do poder ostensivo para proporcionar segurança pública aos brasileiros, admitindo ser regulada por legislação específica. Tais legislações, de âmbito estaduais, selecionam para o ingresso nas corporações militares os candidatos que melhor estejam preparados fisicamente para o cumprimento do dever.

Barbosa (2012) realizou uma pesquisa com 35 alunos do Curso de Formação de Oficiais da 1ª Turma (2003-2006), em

alunos voluntários, testes de medidas antropométricas, corrida de 12 minutos, flexão abdominal, flexão de braços no solo e flexão de braços na barra fixa, obtendo os seguintes resultados:

As Tabelas 14 e 15 apresentam, respectivamente, as características antropométricas e as informações acerca do percentual de gordura com as relativas proposições dos voluntários através da descrição das médias e desvios padrão.

	Idade (anos)	Massa Corporal (kg)	Estatura (cm)	ICM (kg/m ²)	C. Cintura (cm)	RCQ
Homem	29,4 (±0,5)	72,6 (±13,3)	1,75 (±0,06)	25,06 (±1,60)	84,9 (±6,06)	0,86 (±0,04)
Mulheres	28,3 (±4,13)	59,03 (±8,83)	1,66 (±0,06)	22,28 (±3,32)	71,3 (±4,79)	0,72 (±0,01)

Tabela 14: Médias e desvios padrão das variáveis: idade, massa corporal, estatura e circunferências para homens (n=31) e mulheres (n=6).

Fonte: Adaptado de Barbosa (2012).

	Densidade Corporal	% de Gordura	Massa Negra	Massa Gorda	Σ Dobras
Homem	1 (±0,01)	12 (±4,45)	68 (±7,1)	11 (±7,2)	100 (±30,24)
Mulheres	1 (±0,1)	21 (±4,7)	48 (±6,96)	13 (±4,49)	134 (±20,59)

Tabela 15: Médias e desvios padrão das variáveis referentes ao percentual de gordura através das dobras cutâneas para homens (n=31) e mulheres (n=6).

Fonte: Adaptado de Barbosa (2012).

Cabe salientar que o aluno quando em Curso de Formação constantemente tem sua capacidade física exigida, seja em instrução, ou em atividades relacionadas às suas obrigações como policial. Somando-se a esse quesito, trata-se de uma pessoa recém-chegada na vida miliciana e não passa por descansos em longos períodos após uma longa carga de trabalho, tendo boa capacidade física quando comparado a um militar lotado em batalhão, como veremos a seguir.

Cunha (2014) realizou um estudo com 123 militares que executam serviço de rádio-patrolha, os quais estão lotados no 1º Batalhão de Polícia Militar em Palmas-TO, ou seja, policiais que já concluíram seus cursos de formação e servem à instituição em trabalho operacional.

Na tropa avaliada, constata-se alta prevalência de sobrepeso e obesidade (Tabela 03). A soma de policiais com diagnóstico de sobrepeso e obesidade foi de 90 (73%). Entretanto, apenas 33

(13,8%), apresentavam risco de morbidades conforme a circunferência da cintura e RCQ, respectivamente.

Cunha (2014) cita ainda:

A classificação do IMC dispõe dos seguintes limites de corte e seus respectivos diagnósticos nutricionais: Eutrofia de 18,5 a 24,9 kg/m²; Sobrepeso de 25,0 a 29,9 kg/m²; Obesidade grau I de 30,0 a 34,9 kg/m²; Obesidade grau II de 35 a 39,9 kg/m²; Obesidade grau III $\geq 40,0$ kg/m².

Na pesquisa realizada por Barbosa (2012), alunos do Curso de Formação de Oficiais tiveram média de 25,06% de IMC. Já na pesquisa realizada por Cunha (2014) os policiais pesquisados tiveram média de 27,5 % de IMC sendo que 13% dos pesquisados apontam para a obesidade mórbida.

Barbosa (2012) preceitua que o conhecimento em relação à aptidão física e aferição do percentual de gordura é benéfico para os policiais nas instituições militares, uma vez que poderá reduzir os riscos para a saúde dos profissionais.

Cita Cunha (2014):

A necessidade de um grau elevado de aptidão física, para o atendimento imediato das ocorrências pertinentes à profissão, atribui ao policial militar a necessidade do gozo de saúde plena, portanto necessita-se de um programa de orientação, quanto à alimentação saudável e seus benefícios à saúde. Ações de educação alimentar e nutricional para profissionais militares, através de aconselhamento nutricional, tratamento de co-morbidades patológicas, mudança alimentar e a implementação de hábitos saudáveis podem contribuir positivamente, na prevenção e aparecimento de doenças crônicas não transmissíveis e melhorar a qualidade de vida dos policiais militares, atribuindo mais saúde e preparo para a árdua missão de lutar, na defesa da sociedade da cidade de Palmas-TO, mesmo com o risco ou sacrifício da própria vida.

O Policial Militar é formado para tentar atender aos anseios sociais, de forma a não ser salutar que desenvolva suas atividades laborais estando acima do peso, tendo em vista uma maior dificuldade na movimentação em ocorrências de perigo, bem como na correta conduta com o armamento podendo comprometer sua vida e a de terceiros.

O Policial Militar, tendo conhecimentos nas disciplinas de Noções Básicas de Saúde Física poderá se organizar buscando a prática dos exercícios físicos adequados à sua capacidade corporal e evitar lesões.

Já na disciplina de Noções de Alimentação saudável trabalhar-se-á a perspectiva do policial militar escolher melhor os alimentos, traduzindo efeitos benéficos em sua saúde física

e mental prevenindo o excesso de peso, minimizando o risco de obesidade e comorbidades associadas.

Dessa forma, dentro da perspectiva de possuímos o Oficial de Polícia Militar como multiplicador de conhecimentos e exemplo para a tropa é que se sugere a inclusão das disciplinas de Noções de Alimentação Saudável e Noções Básicas de Saúde Física na malha curricular do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Tocantins, prezando a boa forma física e o cultivo da alimentação saudável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vistas os estudos realizados acerca do currículo dos cursos de formação de oficiais das polícias militares da Paraíba, de Santa Catarina e do Tocantins. E ainda, a pesquisa desenvolvida com oficiais em seus períodos de formação, em que foram feitos testes de medidas antropométricas, corrida de 12 minutos, flexão abdominal, flexão de braços no solo e flexão de braços na barra fixa. E outra pesquisa, com policiais com mais tempo de serviço, lotados nas radio patrulhas.

Esta pesquisa direcionou para a indicação de duas disciplinas optativas para os cursos de formação de oficiais da PM-TO, a saber: Noções de Alimentação Saudável e Noções Básicas de Saúde Física, tendo em vista a mudança da cultura da corporação, em busca de policiais mais bem preparados fisicamente e de alimentação adequada para evitar doenças provenientes do excesso de peso e obesidade.

REFERÊNCIAS BÍBLICAS

- MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. In: BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. – Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2007.
- FONSECA, Carlos Anselmo da. A segurança pública e as polícias civil e militar diante do texto constitucional – Uma visão interpretativa do artigo 144 da Constituição Federal, Revista Ciência Jurídica. Brasília, nº 44, mar./abr. 1992, p. 317.
- BARBOSA, Wélere Gomes. A relação entre aptidão física e o percentual de gordura corporal em militares - Tese (Licenciatura em Educação Física do Programa Universidade Aberta do Brasil - UAB). Porto Nacional: UNB, 2012
- CUNHA, Meire Guilherme da. Estado nutricional e hábitos alimentares dos policiais do 1º Batalhão de Polícia Militar de Palmas-TO. - Tese (Nutrição). Palmas: UFT, 2014

- LAUTÉRIO, Ana Queli Mafalda Reis. NEHRING, Cátia Maria. Reestruturação do currículo escolar: a trajetória do ensino médio e o conceito de contextualização. IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul - ANPED SUL. 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/561/117>> Acessado em 2/6/2014.
- RUDNICKI, Dani. A Formação Social de Oficiais da Polícia Militar: análise do caso da Academia da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. 365 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12037/000612895.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 10 Jun. 2014.
- TOCANTINS. Lei 2.578 de 20 de Abril de 2012. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins, e adota outras providências. Publicada no Diário Oficial nº 3.612. Palmas – TO, 2012.
- PARAÍBA. Polícia Militar do Estado da. Currículo dos Cursos de Formação de Oficiais PM a partir de 2000. João Pessoa. 1999. Disponível em: <https://intranet.pm.pb.gov.br/webapplication/novo_layout/scripts/ce/arquivos/Curriculo_do_CFO_PM_-_APOS_2000.pdf>
- SANTA CATARINA. Polícia Militar do Estado de. Projeto pedagógico de curso. Curso de Formação de Oficiais. Bacharelado em Ciências Policiais. Florianópolis. 2013. Disponível em: <http://www.pm.sc.gov.br/fmanager/pmsc/upload/919744/ART_919744_2013_04_09_153632_projeto_pe.pdf>
- TOCANTINS. Polícia Militar do Estado de. Boletim Geral da Polícia Militar do Estado do Tocantins. Palmas. 2014. Disponível em: <http://intranet.pm.to.gov.br/intranet/boletimgeral/2014/site_search.asp?search=1&submit=Procurar&mode=phrase>

A RELEVÂNCIA DA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS COMO PREVENÇÃO DE DOENÇAS DO SISTEMA OSTEOMUSCULAR EM DECORRÊNCIA DA ATIVIDADE OPERACIONAL MILITAR

THE RELEVANCE OF THE PRACTICE OF PHYSICAL EXERCISES AS A PREVENTION OF OSTEOMUSCULAR SYSTEM DISEASES AS A RESULT OF THE MILITARY OPERATIONAL ACTIVITY

SOUZA, CLÉZIO RODRIGUES¹, SOUZA, HEDICAZIO DE OLIVEIRA², COSTA, WEBSE DA MOTA³, EVANGELISTA, PATRÍCIA GONÇALVES³, AMARAL, WALDEMAR NAVES⁴

RESUMO

O presente artigo buscou demonstrar a relevância da prática de exercícios físicos como prevenção de doenças osteomusculares em decorrência do serviço operacional militar, por meio de ampla revisão bibliográfica. Nos 15 trabalhos selecionados, foi possível identificar a relação entre a incidência desses distúrbios e as características intrínsecas da atividade ostensiva militar, assim como a associação da sua ocorrência com o excesso de peso e o sedentarismo. Constatou-se, ainda, dados significativos sobre o número de afastamentos provocados pelo comprometimento osteomuscular em policiais, especialmente praças, influenciando, direta e indiretamente, na função-fim da corporação. Nessa perspectiva, conclui-se ser necessária uma sistematização de estratégias e planos de atividades físicas regulares, em nível corporacional, a fim de promover a prevenção dos problemas osteomusculares e garantir a excelência na prestação da segurança pública à sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: ATIVIDADE OPERACIONAL MILITAR; DOENÇAS OSTEOMUSCULARES; EXERCÍCIOS FÍSICOS; PREVENÇÃO DE DOENÇAS.

ABSTRACT

The present article sought to demonstrate the relevance of the practice of physical exercises as prevention of musculoskeletal diseases as a result of the military operational service, through a wide bibliographical review. In the 15 papers selected, it was possible to identify the relationship between the incidence of these disorders and the intrinsic characteristics of military ostensive activity, as well as the association of their occurrence with overweight and sedentary lifestyle. We also found significant data on the number of departures caused by musculoskeletal impairment in police officers, especially in squares, directly and indirectly influencing the end-function of the corporation. From this perspective, it is concluded that a systematization of strategies and regular physical activity plans at the corporate level are necessary, in order to promote the prevention of musculoskeletal problems and to ensure excellence in the provision of public security to society.

KEYWORDS: MILITARY OPERATIONAL ACTIVITY; MUSCULOSKELETAL DISEASES; PHYSICAL EXERCISES; PREVENTION OF DISEASES.

¹ Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás – CAPM, cleziorsoza@outlook.com;

² Doutorando em Ciências da Saúde da Universidade Federal de Goiás (UFG)

³ Mestrando em Ciências da Saúde da Universidade Federal de Goiás (UFG)

⁴ Médico, Docente da Universidade Federal de Goiás (UFG), Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira, cuja violência e criminalidade ascendem difusamente, possui a Polícia Militar como instituição indispensável à garantia da ordem pública nacional, de fundamental função no resguardo e promoção dos direitos individuais e coletivos.

Frente à notável incumbência, objetivando atender com qualidade às demandas e circunstâncias do ambiente social, exigidas são dos agentes capacidades e características singulares. Dentre essas, está a condição de desempenho físico superior à média da população, especialmente ao tratar-se da atividade operacional ostensiva, sendo, inclusive, requisito de aferição preliminar por meio do Teste de Aptidão Física (TAF) quando para o ingresso na carreira.

Segundo a Ementa da disciplina de Educação Física Militar e Saúde (2017), a polícia militar e a educação física sempre possuíram ligação, dado o enfoque atribuído ao desempenho das competências afetas à execução de missões de combate. Ao mesmo tempo, o enfoque da saúde é também requisito fundamental para o cumprimento de quaisquer funções, ou seja, são de interesse da instituição militar o bom condicionamento físico e o comprometimento individual dos policiais com a manutenção da qualidade de vida.

No contexto histórico, tamanha é a afinidade entre atividade física e corporação, que os militares lograram relevante papel na constituição de uma doutrina de Educação Física no Brasil, culminando na criação do curso de Educação Física (SILVA e ROSA, 2013).

Afinidade referida anteriormente acontece devido à exigência por habilidades e robustez física em decorrência da demanda ocasionada pelas extenuantes rotinas de serviço, aliás, parafraseando um trecho da “Canção do Bope”: é com extrema energia que se precisa combater todos os inimigos - Canção do BOPE: “[...] com extrema energia combatemos todos os nossos inimigos [...]”.

O Manual de Educação Física da Polícia Militar de Santa Catarina - MEFPMSC (SILVA e ROSA, 2013), documento que consolida conhecimento amplo sobre a importância de aperfeiçoar o condicionamento físico de policiais militares, apresenta as considerações de Magalhães e Santos (2007):

(...) um policial militar, para desempenhar seu papel de sentinela da sociedade, deve deter condicionamento imprescindível para sustentar sua disposição e sua postura. Porém, como humano e suscetível à fadiga, o guardião da sociedade não terá condição de manter sua disposição sem um preparo físico adequado às exigências pelas quais passará o seu corpo durante uma jornada de serviço (SILVA e ROSA, 2013, p. 29).

Cabe destacar, que a prática constante e regular de atividade física não se coaduna somente em preparar o agente para conse-

ção, de modo produtivo, das ações advindas da profissão, mas também como estratégia para prevenção de possíveis lesões e doenças físicas decorrentes das mesmas ações.

Minayo, Souza e Constantino (2008), tratam os policiais militares, em trabalho realizado na cidade do Rio de Janeiro, como categoria que trabalha sob alto risco epidemiológico e social. Dentre os riscos epidemiológicos, destaca-se a probabilidade do acontecimento de lesões, visto que os corpos daqueles são expostos de forma permanente, prejudicando-os quanto à integridade física e saúde, corroborando até mesmo para um possível afastamento do serviço público.

Em referência aos principais problemas de saúde dos policiais militares, Minayo, Assis e Oliveira (2011), afirmam que os distúrbios osteomusculares apresentam posição relevante e, por isso, preocupante, reflexo das condições e rotinas de trabalho, assim como da inatividade física e estilo de vida sedentário.

Concomitantemente, cumpre destacar que qualquer agravo de saúde, dentre outros aspectos, acarreta um custo financeiro, seja ele direto ou indireto. Nesse contexto, Neto et al. (2013) qualifica como custo direto as despesas médicas e não médicas, e como custo indireto a perda de produtividade. Ainda sob essa perspectiva, Oliveira e colaboradores (2015) confirmam o fato de que as lesões e doenças do sistema osteomuscular podem provocar distintos níveis de incapacidade funcional, aumentando a propensão ao absenteísmo.

Por conseguinte, o conhecimento sobre os problemas osteomusculares mais recorrentes e sua correlação com a atividade corporal e condicionamento físico é indispensável para subsidiar debates, políticas e programas que incentivem a adoção e aperfeiçoamento da prática de atividade física por policiais militares. A saber, referenciando o Comandante-Geral da Polícia Militar (PM) de Santa Catarina ao prefaciá-lo o MEFPMSC (SILVA e ROSA, 2013) e, tomando liberdade, estender a importância para toda categoria institucional nacional:

O condicionamento físico é, sem dúvida, uma das mais relevantes dimensões do capital humano de uma instituição policial militar, pois somente com policiais militares saudáveis conseguiremos proteger, de forma mais efetiva, o povo catarinense (SILVA e ROSA, 2013, p. 11).

Portanto, face às considerações expostas, o objetivo do presente artigo foi demonstrar a relevância da prática de exercícios físicos como prevenção de doenças do sistema osteomuscular em decorrência do exercício operacional militar, por meio da revisão bibliográfica, demonstrando os principais sinais e sintomas, a consequente perda de produtividade e a validação do impacto da prática de atividade física para o ganho em efetividade dos serviços prestados à sociedade pelo policial militar.

A seleção dos artigos, teses e dissertações, foi realizada pela leitura dos respectivos resumos, fase esta posterior ao

levantamento bibliográfico auferido por meio dos termos de busca seguintes: lesões osteomusculares; doenças osteomusculares em policiais militares; prática de exercícios físicos por policiais militares; saúde do policial militar; qualidade de vida no trabalho da polícia militar; aptidão física; doenças em policiais militares e a importância da atividade física na prevenção de doenças.

Com relação aos recursos de busca, foram utilizadas as bases de dados: Portal da Capes (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>), Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>), Scielo (<http://www.scielo.org/php/index.php>) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (<http://bdtd.ibict.br/vufind/>), não sendo considerada a definição do lapso temporal de publicação, uma vez que poucos trabalhos que abordam a proposta temática deste artigo foram identificados.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A polícia militar encontra respaldo na Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo nº. 144, como um dos órgãos responsáveis por garantir a segurança pública, cabendo à citada categoria atividades ostensiva e de preservação da ordem pública, obrigação do Estado, direito e compromisso de todos.

A busca pela efetividade dos serviços militares, um dos propósitos consolidados no Plano Estratégico 2016-2022 da Polícia Militar do estado de Goiás, pressupõe ser necessário, entre outros aspectos, a excelência da aptidão física dos agentes, no sentido de fomentar e maximizar resultados almejados. Desse modo, a boa condição física pode ser considerada não somente como premissa para a incorporação na carreira, mas também como um importante atributo na consolidação das atribuições conferidas à profissão e o conseqüente reflexo na qualidade de vida.

Em síntese, por aptidão física é entendida a capacidade de desempenhar atividades rotineiras com eficácia e presteza, sem exaustão e com disposição para enfrentar emergências, sendo caracterizada pelos seguintes atributos: estabilidade corporal, tempo de resposta, flexibilidade, resistência do sistema cardiorrespiratório, agilidade, tenacidade muscular e composição corpórea (GONÇALVES, 2006).

Ressalta-se, a título de exemplo, que o policial militar está exposto a inúmeras variáveis que requerem suficiente nível de condicionamento e aptidão física, dentre elas a sobrecarga física intensa, esforços repetitivos, extensas jornadas de trabalho em posição ortostática (em pé), posições de trabalho anti-ergonômicas e levantamento de cargas (SILVA e VIEIRA, 2008). Nesse sentido, e da mesma forma, o bom condicionamento físico torna-se importante na prevenção dos problemas que possam advir dessas e de outras características intrínsecas ao serviço operacional, como dores e incômodos locais e, até mesmo, lesões e doenças físicas.

Destaca Santos (2016), por exemplo, que:

A sobrecarga provocada pelo uso do colete balístico e cinto de guarnição por 12 horas seguidas, pode causar danos na coluna vertebral, comprometendo músculos e articulações e desencadeando dores, principalmente lombares, capazes de afetar a função da atividade-fim, reduzindo o desempenho profissional e, posteriormente, podendo levar o afastamento do policial militar de suas atividades laborais (SANTOS, 2016, p.16).

Quanto ao trabalho estático, demandada é a contração contínua de músculos específicos para sustentar o corpo em determinadas posições, que por isso, torna-se altamente fatigante. Em relação aos policiais militares, quando ao trabalho muscular estático passa a ser somada a carga dos coletes balísticos e outros equipamentos, aumenta-se a predisposição precoce à exaustão e às lesões do sistema músculo-esquelético (PAULA, 2011; PESSOA et al., 2016).

Nesse sentido, além dos fatores supracitados, a inatividade física fora ressaltada por Trindade et al. (2015), em estudo realizado com policiais militares, como um elemento que pode estar associado à elevada predominância de disfunções músculo-esqueléticas em distintos locais do corpo, tornando-se assim, um contingente agravante.

Minayo, Assis e Oliveira (2011), afirmam que os distúrbios osteomusculares apresentam posição considerável no ranking de problemas que acometem policiais militares e, por isso, é um dado preocupante em relação à saúde desses agentes. Por conseguinte, torna-se pertinente validar que as manifestações dos transtornos osteomusculares possuem relação também com a faixa etária, pois essas evoluem de modo progressivo, revelando-se, geralmente, no apogeu da experiência e produtividade profissional (RODRIGUES et al., 2013).

Os distúrbios músculo-esqueléticos ou osteomusculares são considerados doenças ocupacionais decorrentes de diversos fatores causais, dentre eles: psicológicos, de organização do trabalho, sociais e físicos – como os acima expostos –, conceituados de forma específica por Grandjean e Kroemer (2005), enaltecendo os fatores de ordem física, como sendo ocasionados pelo esforço excessivo imposto ao sistema músculo-esquelético e pela falta de tempo para sua recuperação, ou seja, associados a lesões por traumas cumulativos.

Guimarães (2003) conceitua ainda:

A terminologia de distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho é o nome genérico dado a um conjunto de afecções heterogêneas, acometendo músculos, tendões, sinóvias, articulações, vasos e nervos, que podem aparecer em trabalhadores submetidos a certas condições de trabalho. Estes distúrbios podem ocorrer em qualquer local do aparelho locomotor, embora a região cervical, lombar e os membros

superiores sejam os mais frequentemente comprometidos (GUIMARÃES, 2003, p. 08).

Os sinais e sintomas podem ser exteriorizados na forma de dormência ou diminuição da sensação tátil, tremores, falta de habilidade ao manusear artefatos, enfraquecimento e insuficiente resistência corporal, fadiga, dores e limitação ao abrir e fechar as mãos, articulações enrijecidas, dores no pescoço, costas e coluna e dificuldade para realizar precisos e específicos movimentos (RODRIGUES et al., 2013). As doenças propriamente ditas, resultantes das evoluções sintomáticas descritas, encontram-se elencadas e podem ser consultadas na Portaria do Ministério da Saúde nº. 1.339, de 18 de novembro de 1999.

Consoante Oliveira et al. (2015, p. 288), “as doenças do sistema osteomuscular podem ocasionar diferentes graus de incapacidade funcional e representam a maior parte dos afastamentos do trabalho no Brasil”. Martins (2000) completa salientando que essas doenças podem ser retratadas em quatro estágios, com possibilidades de remediação diretamente proporcionais aos respectivos graus, a saber: estágio 01 (prognose do tratamento é bom); estágio 02 (prognose do tratamento ainda é promissor); estágio 03 (prognose do tratamento é moderado) e estágio 04 (prognose do tratamento é ruim).

Nessa acepção, o Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde do Ministério da Saúde, nº. 114 de 2001 esclarece que, para a diagnose, é relevante a exposição detalhada dos sinais e sintomas quanto ao local, modo e época de instalação, espaço de tempo em relação à existência e caracterização do progresso temporal, intensidade, assim como os fatores que influenciam na melhora ou piora do quadro.

Em contrapartida, ainda que a ausência de doenças nos remeta à saúde, essa é definida na atualidade como resultado de uma série de aspectos do ser humano arrolados à condição de pleno gozo do bem-estar físico, psíquico-cognitivo e social. Assim, não é suficiente apenas não possuir doenças para ter saúde, mas necessários são os comportamentos que distanciem ao máximo os elementos de risco que podem desencadear problemas nas respectivas áreas (GONÇALVES, 2006; WHO, 1978).

Minayo, Assis e Oliveira (2011) descrevem:

Na epidemiologia das doenças do trabalho, “risco” é o conceito central, entendido como probabilidade, medida de exposição, situação ou fator que determinam efeitos adversos. No caso da saúde dos policiais, no entanto, “risco” é mais que uma medida de exposição ou dispositivo técnico: é um conceito estruturante da própria profissão (MINAYO, ASSIS e OLIVEIRA, 2011, p. 2200).

Logo, no arcabouço das atitudes e comportamentos que deflagram a prevenção e a terapêutica de doenças, bem como a qualidade de vida, pode-se citar a prática de exercícios

físicos como um artifício crucial, principalmente quando se é requisito o bom condicionamento físico para execução de funções cotidianas, a citar - reforçando o que já fora relatado - o cumprimento das missões e atividades-fim da polícia militar.

O exercício físico caracteriza-se por ser um dos tipos de atividade física projetada, estruturada e reiterada, que promove o aumento da capacidade física dos indivíduos e está associado a benefícios em efetividade no funcionamento do organismo, no desenvolvimento de habilidades motoras e capacidades físicas como: força, velocidade, coordenação e flexibilidade (NAHAS, 1989; BOLDORI, 2002).

Rodriguez Añez (2003, p. 32) relata “a força, a resistência muscular e a flexibilidade como moduladores músculo-esqueléticos, que previnem problemas posturais, articulares e lesões; importantes para a qualidade de vida dos indivíduos”.

Ademais, Matsudo (2009) confirma o que outros autores relatam, ao apontar dentre os benefícios propiciados pelo exercício físico regular, o aumento da potência muscular dos membros superiores e inferiores e da coluna vertebral, assim como da flexibilidade corporal, permitindo reduzir, por exemplo, o risco de lesões articulares e dores nas costas. Nesse sentido, as principais formas de atividade física que podem contribuir na prevenção das doenças osteomusculares são: alongamento e flexibilidade, exercícios de fortalecimento muscular, hidroginástica, caminhada, etc (GUIMARÃES, 2003).

No ofício policial, a flexibilidade é continuamente exigida em diversas operações, porquanto no fluir do trabalho o agente é sujeitado a realizar manobras repentinas e vigorosas como ingressar e sair celeremente de uma viatura, correr, escalar muros e nadar, sempre acompanhado de artefatos, por vezes pesados (MACHADO, 2011).

Machado (2011) explica:

Indivíduos que apresentam índices de flexibilidade mais elevados tendem a movimentar-se com mais facilidade, são menos susceptíveis a lesões quando submetidos a esforços físicos intensos e, geralmente, apresentam menor incidência de problemas na esfera ósteo-mio-articular – sistema responsável pela movimentação e sustentação do corpo humano (MACHADO, 2011, p. 26).

Todavia, contrário ao senso comum de que os policiais correspondem a um grupo fisicamente ativo, estudos relatam que a aptidão física demonstrada na fase do ingresso na organização não é mantida ao longo da carreira, principalmente devido ao mau estilo de vida. Essa tendência aumenta significativamente com os anos de profissão, devido, dentre outros elementos, à diminuição no treinamento físico (LAGESTADT & VAN DEN TILLAAR, 2014 apud SILVEIRA, 2017).

Além disso, salienta-se que as más condições de saúde

de um único profissional da área de segurança, por exemplo, não o prejudica somente, mas afeta todos da equipe, colocando-os em risco, posto que policiais não laboram sozinhos e, não conseguindo corresponder ao serviço com qualidade, submete os demais agentes a perigo adicional para além do qual naturalmente estão predispostos, assim como mitiga a necessidade da população por segurança. Logo, pode-se vislumbrar o preparo físico, a integridade e a adequada aptidão física como mais que necessidades pessoais, são essenciais para o bem cumprir do dever institucional da polícia militar.

Nessa perspectiva, o Ministério da Saúde (2002) advertiu, baseado em uma série de estudos, que instituições ao desenvolverem e aplicarem programa de fomento à prática de atividades físicas auferiram vantagens econômicas adicionais correlacionadas à produtividade dos trabalhadores.

Em suma, cabe destacar que a falta de programas que incentivem a prática de exercícios físicos repercute na liberdade dos trabalhadores em realizar seus próprios planos de exercícios, podendo incidir no não comprometimento com o preparo físico ou, inclusive, em problemas pela execução realizada de forma incorreta e sem o acompanhamento profissional, o que, para as instituições militares, poderia incorrer em deficiências operacionais (GONÇALVES, 2006).

Reforça Matsudo (2009), que o sedentarismo, mais que o envelhecimento, “é razão determinante para a decadência da capacidade física das pessoas. Os benefícios dos exercícios são perdidos assim que o indivíduo deixa de praticá-los.” Ademais, o sedentarismo contribui, dessa forma, para um estilo de vida inadequado e mostra-se precursor, somado a outros fatores, de inúmeras doenças, tornando-se caso de preocupação de saúde pública (GONÇALVES, 2006).

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2015) mostram, considerando a população com 15 anos de idade ou mais e todos os estados do Brasil, incluindo o Distrito Federal, que 62,1% dos brasileiros não praticaram atividade física entre setembro de 2014 a setembro de 2015.

Jesus e Jesus (2012), em trabalho realizado com militares de Feira de Santana – Bahia, descreveram a ocorrência de 37% de policiais insuficientemente ativos e apresentaram as barreiras consideradas por estes para a falta da prática de atividade física, onde se sobressaíram: compromissos familiares, jornada de trabalho, falta de equipamento, ambiente inseguro, falta de companhia, tarefas domésticas e falta de recursos financeiros.

Jesus e Pitanga (2011) apontaram em estudo que também buscou avaliar o nível de atividade física dos policiais militares da Mata de São João - Bahia, a predominância no nível de atividade física abaixo do recomendado para a categoria. De acordo com Rodriguez Añez (2003), do mesmo modo, diversos

trabalhos indicam níveis insuficientes na aptidão física de policiais militares do estado de Santa Catarina.

Nesse âmbito, acentua-se que as causas da ascensão da inatividade física estão consideravelmente relacionadas, ainda, às transformações no modo de vida dos indivíduos, associadas às facilidades proporcionadas pelos avanços tecnológicos como o recorrente uso de transportes motorizados e o lazer e entretenimento hipocinético em detrimento de programações que demandam do corpo esforço e ação (JESUS, JESUS, 2012).

Bueno et al. (2016), em estudo de revisão cujo objetivo foi avaliar os custos da inatividade física no mundo, demonstrou que os impactos em recursos financeiros relacionados à inatividade física e o desenvolvimento de doenças crônicas, como a diabetes e problemas cardiovasculares, são consideráveis. Em 2012, 10,1% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial foram destinados e gastos com subsídio para a saúde. No mesmo ano, esse percentual no Brasil foi de 9%. Ou seja, recursos que chegam à casa dos bilhões de reais.

Ainda com relação às conclusões de Bueno et al. (2016), os resultados por eles analisados indicam, como esperado, custos superiores para a parcela das pessoas inativas quando comparadas àquelas fisicamente ativas. Tal correlação pode ser estendida à sistemática da polícia militar, quando pela inatividade física acumulada à alimentação desregrada e fora de horário, às exigências físicas acima da média e às jornadas de trabalho prolongadas, podem provir afastamentos de policiais por problemas de saúde, incluindo-se as doenças do sistema osteomuscular, desencadeando custos diretos e indiretos para a instituição.

Pode-se citar, como um exemplo dessas doenças, a ocorrência de lombalgias devido à sobrecarga sobre as estruturas músculo-esqueléticas da coluna vertebral, visto as condições do serviço policial militar exigir padrões posturais inadequados (SANTOS, 2016). E, novamente, o ganho de peso, o sedentarismo e a falta de condicionamento físico estão associados com problemas de saúde, desta vez considerando o desenvolvimento da lombalgia, como aponta Victorino (2010).

Portanto, sujeitos com baixos níveis de aptidão física e estilo de vida inadequado correm o risco de serem menos produtivos e de apresentarem baixa competência para decisões, assim como se tornam mais propensos ao absenteísmo e demandam por mais investimentos em recursos (MACHADO, 2011)

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os 15 trabalhos que fundamentam os resultados deste estudo foram desenvolvidos entre os anos de 2003 a 2017, apresentam dados estatisticamente relevantes e atenderam, direta ou indiretamente, os objetivos propostos pelo presente artigo. Antemão, foi possível perceber que existe atualmente

um pequeno número de obras científicas que tratam das comorbidades osteomusculares, principalmente em se tratando de policiais militares. Por outro lado, um cômputo maior foi observado quanto às referências que demonstram a prática e o nível de atividade física por esses profissionais; que identificam os graus de sedentarismo e obesidade e que apontam os benefícios do exercício físico regular para melhor qualidade de vida fora e dentro da corporação. Porém, com a pretensão de não tornar as informações repetitivas, visto considerável parte desses conteúdos ter sido explanada no tópico “Revisão de literatura”, foram selecionados somente algumas novas contribuições para o entendimento e discussão dos resultados.

Por conseguinte, não se notou, necessária e explicitamente, trabalhos que explorassem resultados em termos numéricos quanto à relação direta da prática de atividades físicas com a maior ou menor incidência de lesões e doenças músculo-esqueléticas, mas possível foi inferir algumas correspondências indiretas que adiante serão demonstradas.

Como sabido e apresentado ao longo deste trabalho, o labor dos policiais militares é consideravelmente estressante e acaba favorecendo o surgimento de problemas osteomusculares. Nesse sentido, 80,9% dos policiais militares do Rio de Janeiro que participaram de ampla pesquisa realizada por Minayo, Assis e Oliveira (2011), atribuíram ao exercício profissional o acometimento por lesões físicas permanentes.

Minayo, Souza e Constantino (2008) reforçam o dado anterior ao defender que as condições de risco que esses agentes vivenciam manifestam-se na frequência e nos tipos de lesões físicas permanentes que apresentam. Expuseram em pesquisa realizada com uma população de 1.108 policiais, em 17 unidades restritas à capital do Rio de Janeiro, que desse total, 21,3% dos oficiais e 12,7% dos não-oficiais tiveram pelo menos um tipo de lesão física permanente, sendo as deformidades de membros inferiores e superiores as mais comuns.

Silva, Lima e Góes (2012) também apresentaram dados valiosos em estudo realizado com militares da Bahia que procuraram o serviço de saúde no período de janeiro de 2003 a dezembro de 2007. A maior incidência de relatos do desenvolvimento de doenças músculo-esqueléticas se deu com PM's de 26 a 34 anos (30,50%), em militares praças (27,80%), sendo o setor operacional (27,8%) a categoria com a maior ocorrência, ostentando 16 vezes mais probabilidade de adoecerem por essas enfermidades quando comparado ao setor administrativo. Ademais, observaram que entre os militares com faixa etária acima de 35 anos, 98,6% das lesões nos membros inferiores atingiram os praças quando comparados aos oficiais (1,4%). Dessas lesões 45,94% ocorreram na região do joelho e 26,61% em tornozelo e pé.

Os resultados de Pessoa et al. (2016), ao analisar a prevalência de distúrbios osteomusculares em policiais

militares pelo impacto do uso de colete balístico, apontam que os maiores índices de dor músculo-esquelética prevaleceram na região da coluna dorsal e lombar, assim como na região do pescoço.

Neto et al. (2013) citam em seus estudos que no policiamento ostensivo, o labor em pé por muitas horas e a utilização de equipamentos podem levar a sobrecarga da coluna. Relataram que, no período de 02 anos de pesquisa, 9.978 atendimentos foram realizados na Junta Médica de Saúde da Polícia Militar da Bahia, dos quais 1.633 foram em virtude de patologias relacionadas ao sistema músculo-esquelético, acarretando uma média aproximada de dois meses de afastamento, com total de 145 afastamentos e 658 conduções de policiais para serviços administrativos.

Do estudo com 262 policiais, Trindade et al. (2015) identificou que 198 agentes (75%) apresentaram sintomas de distúrbios osteomusculares nos últimos 12 meses e 135 (51,5%) nos últimos setes dias de pesquisa, sendo a região lombar a mais acometida (25,2%).

Benedet (2012), apoiando-se em análise de prontuários médicos fornecidos pelo Hospital da Polícia Militar de Santa Catarina Lara Ribas, referentes ao período de 2001 a 2011, obteve uma amostra final de 473 policiais, na qual foi possível identificar que 163% dos praças tiveram doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo. Da mesma forma, entre os oficiais, a maior parte das doenças identificadas refere-se à do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo.

Na mesma perspectiva, buscando descrever o perfil dos casos de afastamento entre militares do Exército em serviço no estado do Amazonas, Turatti (2012) aponta resultados significativos, tais como as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (41,4%) terem sido indicadas como as principais causas de afastamento entre os 3.455 praças, e que a variação percentual durante os anos de pesquisa mostrou um crescimento constante das licenças médicas por essas morbidades. Salientou, ainda, que o tempo médio de afastamento entre esses agentes foi de 26,9 dias. Já no grupo de oficiais, as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (20,0%) ficaram atrás somente dos transtornos mentais e comportamentais (23,3%), sendo de 29,7 dias o tempo médio de afastamento.

Complementando os dados supracitados, Moore et al. (2013), em Araújo (2017), confirmam que as lesões músculo-esqueléticas, historicamente, são os principais motivos de entrada em ambulatório para o tratamento de militares.

Consoante às estatísticas, os resultados expostos acima sinalizam uma mesma tendência, a de um perfil de adoecimento promovido e/ou corroborado pelas características das atividades prestadas pelas diferentes categorias, uma vez que os praças são expostos a uma sobrecarga física mais comprometedor e, por isso, tornam-se mais susceptíveis a apresentar doenças

osteomusculares, de modo que, em contrapartida, os oficiais estão submetidos a um trabalho mental mais intenso.

Todavia, além dos riscos intrínsecos à profissão, fatores relacionados ao estilo de vida versus incidência de problemas músculo-esqueléticos foram apontados por alguns autores em avaliações importantes. Monteiro, Alexandre e Rodrigues (2006), por exemplo, demonstraram associação entre as doenças osteomusculares e a obesidade. Em seu estudo, 68% dos indivíduos obesos apresentaram enfermidades relacionadas ao sistema osteomuscular, indicando assim, serem, tanto a obesidade como essas patologias, conseqüências do sedentarismo ou do baixo nível de atividade física.

Benedet (2012), investigando as relações entre a inatividade física, condições de saúde e comorbidades em policiais militares de Santa Catarina, concluiu, quanto aos aspectos físicos, a ocorrência do excesso de peso e a precária freqüência da prática de atividade física. Além disso, dentre os principais problemas de saúde, foram constatados: dores no pescoço, nas costas e na coluna.

Retomando os dados de Minayo, Souza e Constantino (2008), dos 1.108 policiais, 23,4% dos oficiais e suboficiais de maior nível hierárquico predominaram no grupo de obesos quando comparados aos não-oficiais com menor qualificação profissional (15,6%). Os obesos somados aos que tinham sobrepeso (48,3% e 47,1%, respectivamente) refletiram um percentual elevado de servidores acima do peso ideal na corporação. Revelaram, também, que não havia uma sistematização de atividades voltadas para o preparo físico, defendendo a necessidade de ações acerca da valorização de um rigoroso planejamento físico-nutricional.

Jorge e Piccoli (2007), em estudo realizado com 50 profissionais do policiamento ostensivo da Brigada Militar de Porto Alegre, no ano de 2007, assinalaram 42% deles como insuficientemente ativos, 32% muito ativos e 26% suficientemente ativos. Foi detectado, ainda, que os indivíduos que se encontravam ativos tiveram menor propensão ao estresse que os sujeitos inativos, reforçando os benefícios que a atividade física regular produz ao sistema fisiológico e psicológico, e a necessidade de as instituições militares de policiamento incentivarem a prática de atividade física em favor da melhoria do desempenho para o serviço operacional.

No que tange à importância da adoção da atividade física pelos policiais, Araújo et al. (2017), em estudo com 86 alunos do Curso de Formação de Soldados para integrar o efetivo da Polícia Militar do estado de São Paulo, observaram no final dos testes que, entre as avaliações inicial e final, houve melhora significativa da resistência aeróbica, da força muscular, velocidade e escore corporal. Sugerindo o treinamento resistido adequado e a utilização de exercícios de flexibilidade e relaxamento, especialmente antes de trabalho intenso, como estratégia que

pode contribuir para reduzir o número de lesões.

Guimarães (2003) explica que os exercícios físicos agem nas dores musculares devido ao desenvolvimento adequado das grandes sinergias, que estabilizam a coluna vertebral e as articulações dos membros, além de prevenir a ocorrência dos distúrbios osteomusculares. Concomitantemente, ressalta que a persistência dos fatores de risco ocupacionais ao longo do tempo, as características peculiares de cada indivíduo e a adoção de medidas corretivas ou preventivas determinam as condições sob as quais as lesões aparecerão ou não.

Polito e Bergamachi (2010) defendem que a prática de atividade física é crucial aos indivíduos, pois fomenta o desenvolvimento osteomuscular, nervoso e cardiorrespiratório. Nesse âmbito, Azevedo et al. (2016), como resultado de sua pesquisa, indicam que a prática regular da atividade física é muito eficaz em diminuir o desconforto e prevenir distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho, melhorando assim, a qualidade de vida dos policiais.

Diante desses achados, a presente revisão confirma as doenças osteomusculares como problemas que merecem a atenção por parte da corporação militar, pois podem mitigar a excelência dos serviços prestados à sociedade, provocar afastamentos por licenças médicas e desmotivar os agentes, que carecem, indiscutivelmente, de boas condições físicas e de saúde adequada. Torna-se necessário, portanto, o emprego de avaliações periódicas, de estratégias preventivas, tal como programas padronizados de atividades físicas, e de promoção à saúde do policial militar.

Em síntese, a prevenção, segundo Guimarães (2003), deve se basear no controle dos fatores de risco, quando possível, aliado a exercícios físicos. Entretanto, apesar de existirem estudos que sugerem a sua prática, como os que foram expostos neste artigo, não há, reiterando as colocações iniciais, obras publicadas em número significativo que elucidem ou retratem a ação direta dos exercícios físicos, como recurso para prevenção ou tratamento, sobre as doenças osteomusculares. O que se pode confirmar é que o sedentarismo e o excesso de peso agravam o quadro dessas patologias e a atividade operacional oferece mais probabilidade de as mesmas ocorrerem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo, cujo cerne foi demonstrar a relevância da prática de exercícios físicos como prevenção de problemas osteomusculares em decorrência da atividade operacional militar, permitiu identificar que as rotinas e as condições do trabalho ostensivo desses agentes contribuem, sim, para o surgimento de distúrbios osteomusculares e, indiretamente, possibilitou concluir que a adoção da atividade física configura-se como uma importante estratégia para prevenção

das citadas doenças, principalmente por ter sido observado que o excesso de peso e o sedentarismo, dois fenômenos conseqüência da inatividade física, estão associados à maior incidência das comorbidades osteomusculares, provocando distintos níveis de incapacidade operacional e, nos casos mais graves, acarretando o absenteísmo.

Torna-se relevante destacar que, além da inatividade física e das doenças osteomusculares contribuírem para a má qualidade de vida do policial, interferem no grau de efetividade dos serviços prestados. Ou seja, em contrapartida, quanto mais saudável for o policial, mais será possível conseguir proteger a sociedade de forma efetiva. Desse modo, enfatiza-se, mais uma vez, que o preparo físico é um fator crucial para prevenção de doenças, distanciando os riscos que podem desencadear os problemas osteomusculares, e essencial para o bom desempenho profissional.

Recomenda-se, portanto, a aplicação de estratégias e planos de ação para promover a atividade física padronizada em nível corporacional e complementá-los com o acompanhamento da saúde dos militares, a favor de melhorar e/ou manter as boas condições físicas desses agentes, de prevenir problemas de saúde e garantir a excelência laboral. Outrossim, pelo pequeno número de trabalhos identificados, sugere-se que as pesquisas de campo sejam ampliadas com o intuito de convalidar a tendência dos resultados abordados neste artigo e subsidiar iniciativas que incentivem a prática de atividade física por parte dos agentes do serviço operacional militar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, L. G. M. et al. Aptidão física e lesões: 54 semanas de treinamento físico com policiais militares. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 98-102, 2017.
- AZEVEDO, E. M. et al. Análise da qualidade de vida e do nível de atividade física dos policiais militares do comando geral da polícia militar de Mato Grosso para prevenção de doenças. *Revista de Administração do Sul do Pará, Amazônia*, v. 3, n. 2, p. 14-31, 2016.
- BENEDET, C. M. Atividade física, saúde e comorbidades em policiais militares de Santa Catarina. Florianópolis, 2012. 118 p.
- BOLDORI, R. Aptidão física e sua relação com a capacidade de trabalho dos bombeiros militares do estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2002. 71 p.
- BUENO, D. R. et al. Os custos da inatividade física no mundo: estudo de revisão. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n.4, p. 1001-1010, 2016.
- Doenças relacionadas ao trabalho: Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde. Série A. Normas e Manuais Técnicos, nº. 114. Brasília, DF, 2001. 580 p.
- Ementa: Educação física Militar e Saúde. pdf. Disponível em: <<https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/handle/123456789/397>>. Acesso em: 15 fev. 2018.
- GONÇALVES, L. G. O. Aptidão física relacionada à saúde de policiais militares do município de Porto Velho/RO. Brasília, DF, 2006. 88 p.
- GRANDJEAN, E.; KROEMER, K. H. Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005. 327 p.
- GUIMARÃES, G. M. S. LER/DORT: a atividade física como estratégia de prevenção. Campinas, SP, 2003. 70 p.
- JESUS, C. C. B.; PITANGA, C. P. S. Nível de atividade física dos policiais militares da 53º CIPM em Mata de São João – Bahia. *Revista do Curso de Educação Física – UNIJORGE*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 25-36, 2011.
- JESUS, G. M.; JESUS, E. F. A. Nível de atividade física e barreiras percebidas para a prática de atividades físicas entre policiais militares. *Revista Brasileira de Ciência & Esporte*, Florianópolis, v. 34, n. 2, p. 433-448, 2012.
- JORGE, Anderson; PICCOLI, João Carlos. Nível de estresse e de atividade física de policiais militares da brigada de Porto Alegre: um estudo diagnóstico. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd135/nivel-de-estresse-de-policiais-militares.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2018.
- MACHADO, A. J. M. Flexibilidade em policiais militares: um estudo descritivo. Porto Velho, RO, 2011. 44 p.
- MARTINS, C. D. O. Efeitos da ginástica laboral em servidores da reitoria da UFSC. Santa Catarina, 2000. 109 p.
- MATSUDO, S. M. M. Envelhecimento, atividade física e saúde. *Boletim Instituto de Saúde*, São Paulo, n. 47, p. 76-78, 2009.
- MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; OLIVEIRA, R. V. C. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 2199-2209, 2011.
- MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. 328 p.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Programa Nacional de Promoção da Atividade Física “Agita Brasil”. Atividade Física e sua contribuição para a qualidade de vida. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 254-256, 2002.
- MONTEIRO, M. S.; ALEXANDRE, N. M. C.; RODRIGUES, C. M. Doenças músculo-esqueléticas, trabalho e estilo de vida entre trabalhadores de uma instituição pública de

- saúde. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 40, n.1, p. 20-25, 2006.
- NAHAS, M.V. Fundamentos da aptidão física relacionada à saúde. Florianópolis: URSC, 1989. 74 p.
 - NETO, A. T. et al. Lombalgia na atividade policial militar: análise da prevalência, repercussões laborativas e custo indireto. Revista Baiana de Saúde Pública, Salvador, v. 37, n. 2, p. 365-374, 2013.
 - OLIVEIRA, M. M. et al. Problema crônico de coluna e diagnóstico de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) autorreferidos no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, v. 24, n. 2, p. 287-296, 2015.
 - PAULA, A.J.F. A influência da carga imposta pela mochila escolar em alunos do ensino fundamental e médio: uma contribuição para estudos ergonômicos. Bauru, SP, 2011. 91 p.
 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Práticas de esporte e atividade física: 2015/IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 80 p.
 - PESSOA, D. R. et al. Incidência de distúrbios musculoesqueléticos em policiais militares pelo impacto do uso de colete balístico. XX Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XVI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação e VI Encontro de Iniciação à Docência - Universidade do Vale do Paraíba, 2016. 6 p.
 - Plano Estratégico da Polícia Militar de Goiás 2016-2022. Disponível em: <http://www.pm.go.gov.br/upload/PLANO_ESTRATEGICO_2017.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2018.
 - POLITO, E.; BERGAMACHI, E. C. Ginástica laboral: teoria e prática. 4. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2010. 104 p.
 - Portaria do Ministério da Saúde nº. 1.399, de 18 de novembro de 1999. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1999/prt1339_18_11_1999.html>. Acesso em: 17 abr. 2018.
 - RODRIGUES, B. C. et al. Limitações e conseqüências na vida do trabalhador ocasionadas por doenças relacionadas ao trabalho. Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste, Ceará, v.14, n. 2, p. 448-457, 2013.
 - RODRIGUEZ AÑEZ, C. R. Sistema de avaliação para a promoção e gestão do estilo de vida saudável e da aptidão física relacionada à saúde de policiais militares. Santa Catarina, 2003. 143 p.
 - SANTOS, M. C. Análise eletromiográfica da sobrecarga postural causada pelo colete balístico em profissionais de segurança pública. Curitiba, 2016. 87 p.
 - SILVA, D. A.; LIMA, V. S.; GÓES, A. L. B. Proporção de doenças musculoesqueléticas em membros inferiores nos integrantes da polícia militar do estado da Bahia. Revista Pesquisa em Fisioterapia, Salvador, v. 2, n. 1, p. 33-41, 2012.
 - SILVA, E.; ROSA, A. J. P. Manual de Educação Física da Polícia Militar de Santa Catarina. Florianópolis: Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina, 2013. 102 p.
 - SILVA, M.; VIEIRA, S. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. Revista Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 161-170, 2008.
 - SILVEIRA, W. G. B. Aptidão física, nível de atividade física e qualidade de vida de policiais militares em início de carreira: um estudo longitudinal. Brasília, DF, 2017. 115 p.
 - TRINDADE, A. P. N. T. et al. Symptoms of musculoskeletal disorders among police officers. Arquivos de Ciências da Saúde, Pará, v. 22, n. 2, p. 42-45, 2015.
 - TURATTI, B. O. Afastamento por problemas de saúde de militares do exército em serviço no estado do Amazonas. Manaus, 2012. 66 p.
 - VICTORINO, R. Efeito do exercício físico na prevenção e no tratamento de lombalgias decorrentes da atividade profissional. São Paulo, 2010. 18 p.
 - WHO, World Health Organization. Habitual Physical Activity and health. Regional publications, European series. Copenhagen: WHO Regional office for Europe, n. 6, 1978, 188 p.

A TENDÊNCIA PEDAGÓGICA DESENVOLVIDA PELOS COLÉGIOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

LEILA MARIA FERREIRA SALLES, ANDERSON DE OLIVEIRA

RESUMO

O artigo analisa os Colégios da Polícia Militar descrevendo dentro das tendências pedagógicas identificadas por Libâneo, verificando de forma particular dentro dos Colégios da Polícia Militar de Goiás o modelo de ensino por ela empregado, particularizando assim a tendência pedagógica predominante nessas unidades Escolares.

PALAVRAS-CHAVE: EDUCAÇÃO. POLÍCIA MILITAR. TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS E TENDÊNCIA ADOTADA PELO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR.

INTRODUÇÃO

Nas palavras de Schwartzman (1993) “A educação brasileira passou por grandes transformações nas últimas décadas, que tiveram como resultado uma ampliação significativa do número de pessoas que têm acesso a escolas, assim como do nível médio de escolarização da população”.

No entanto, estas transformações não têm sido suficientes para colocar o país no patamar educacional necessário, tanto do ponto de vista da equidade, isto é, da igualdade de oportunidades que a educação deve proporcionar a todos os cidadãos, quanto da competitividade e desempenho, ou seja, da capacidade que o país tem, em seu conjunto, de participar de forma efetiva das novas modalidades de produção e trabalho deste fim de século, altamente dependentes da educação e da capacidade tecnológica e de pesquisa

No contexto das mudanças que ocorreram no País na última década, alguns marcos legais significativos merecem registro. Em primeiro lugar, o fortalecimento do financiamento da Educação Básica, por meio da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, que contribuiu para aumentar significativamente o volume de recursos para este nível da escolaridade (BRASIL, 2007). Outra mudança importante foi a ampliação da escolaridade obrigatória de 7 a 14 anos para 4 a 17 anos, estabelecido pela Emenda Constitucional n. 59/2009, em processo de implantação gradativa até 2016 (BRASIL, 2009).

Para melhor compreender as políticas educacionais brasileiras, faz-se necessário conhecer alguns elementos do cenário onde foram concebidas, implementadas e desenvol-

vidas, cenário esse que contou com a expansão das vagas no Ensino Fundamental e Médio, que ajudou a baixar as taxas de analfabetismo para jovens e adultos com 15 anos ou mais. O índice de analfabetismo caiu de 39,6%, em 1960, para 10,38%, em 2006, correspondendo a 14,4 milhões de pessoas.

O Sistema Educacional Brasileiro está organizado em Educação Básica e Ensino Superior, sendo que esse último não é objeto de estudo da presente dissertação. A Educação Básica é formada por três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Nela há, ainda, modalidades específicas, como a educação de jovens e adultos (EJA), a educação profissional, a especial, para portadores de deficiência, e a escolar indígena.

A etapa da Educação infantil, conforme art. 29 da LDB, atende a crianças até 5 anos, atendimento esse que é feito em creches, nas faixas etárias de 0 a 3 anos de idade e pré-escolas, nas faixas etárias de 4 a 5 anos. O objetivo da educação infantil é promover o desenvolvimento integral da criança, “em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996).

A etapa do Ensino fundamental, com duração mínima de nove anos, também conhecida como “educação primária”, é a etapa que objetiva, de acordo com o art. 32 da LDB/96, o “desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamentam a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição

¹ Acadêmico do Curso, Bacharel em Segurança Pública pela UNITINS/PMTO

de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social” (BRASIL,1996).

É a primeira etapa educacional a ser reconhecida como direito humano universal. Até à Emenda Constitucional n. 59, de 2009, era também a única etapa obrigatória, sendo que a legislação atribui ao poder público a responsabilidade pela oferta de ensino de forma a atender a toda a demanda. A legislação estabelece, também, que o poder público deve prover creches e pré-escolas para a população que delas necessite, assim como ampliar progressivamente o acesso ao ensino médio nas escolas públicas, com o objetivo de universalizar o atendimento.

A etapa do Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos. A Constituição prevê que deve ser progressivamente universalizado, de modo a atender a todas as pessoas que terminam o Ensino Fundamental, inclusive os jovens e adultos que não tiveram oportunidade de cursá-lo. Esta modalidade de ensino pode ser oferecido de forma integrada à educação profissional.

A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (art. 22 da LDB/96). Ela pode ser oferecida no ensino regular e nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação Profissional, sendo que esta última pode ser, também, uma modalidade da Educação Superior.

Na educação pública, a Educação Infantil é de responsabilidade administrativa dos municípios; o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, das administrações estaduais e municipais. O governo federal é quase totalmente responsável pelo Ensino Superior, com suas redes de escolas técnicas e um forte poder indutor de políticas que lhe permite influir nos sistemas estaduais e municipais.

A União exerce função supletiva e redistributiva para toda a Educação Básica. Isto significa dizer que na ocorrência de desigualdades educacionais entre unidades federadas, redes e escolas, a União deve exercer papel complementar na promoção da equidade de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Assim, a União é responsável por formular as normas e redistribuir verbas: “A função supletiva da União, exercida mediante assistência técnica e financeira (art. 211, §1º) faz-se, em matéria educacional, para todos os níveis” (BRASIL, 1996).

Por estipulação constitucional, todo o ensino público,

inclusive o de nível superior, é inteiramente gratuito, e a legislação ainda prevê o amparo aos estudantes pobres por meio do fornecimento de merenda escolar, material didático, transporte e serviços de saúde.

Atualmente, a grande maioria de crianças, jovens e adultos matriculadas na Educação Básica frequenta a escola pública, que responde pela escolarização de mais de 90% da população brasileira, situação distinta da Educação Superior, onde cerca de 85% das matrículas estão sob a responsabilidade da iniciativa privada (BRASIL, 2013).

Hoje, uma das maiores demandas da sociedade é a construção de um sistema nacional de educação que permita atingir toda a população com a mesma qualidade, respeitando-se as diversidades regionais e dos grupos sociais.

Frente ao exposto, temos como objetivo geral o de estudar as tendências pedagógicas existentes no sistema educacional brasileiro.

O objetivo específico deste artigo é o de identificar a tendência pedagógica que predomina nos Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Tendo em vista os objetivos deste artigo e considerando-se as características específicas dos colégios militares, sua forma de inserção no sistema estadual de educação e a escassez de estudos anteriores a este respeito, esse artigo pode ser entendida como um estudo de caso, o qual tem por objetivo discutir a tendência pedagógica implementada nos Colégios da Polícia Militar no Estado de Goiás.

TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS EXISTENTES NO PENSAMENTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Em O Ateneu, de Raul Pompéia (1888), o espaço escolar presente na escola que dá título à obra é retratado como um microcosmo, em que suas relações de poder assemelham-se às do macrocosmo que, no caso, é representado pela sociedade. Daquele ano até os dias atuais essa relação dinâmica entre escola e sociedade ainda se estabelece. É a forma de organização de uma sociedade (autoritária, democrática, igualitária, etc.), que influi nas práticas pedagógicas nas escolas e na relação ensino aprendizagem.

Dessa forma, a escola não é um campo neutro, lugar onde o professor pode apenas se preocupar em passar o conhecimento. Na realidade, as influências acadêmicas, políticas, comportamentais, tecnológicas, legais e profissionais convergem para esse ambiente influenciando na construção do trabalho docente.

Todos esses elementos convergem para a escola e pesam diretamente sobre os ombros dos professores, cabendo aos educadores alcançar as metas estipuladas pelas instituições de ensino. Além disso, as tendências pedagógicas se fazem

presentes na formação docente e no cotidiano da escola, favorecendo-a ou obstaculizando-a.

Os professores têm na cabeça o movimento e os princípios da escola nova. A realidade, porém, não oferece aos professores condições para instaurar a escola nova, porque a realidade em que atuam é tradicional. Mas o drama do professor não termina, aí. Essa contradição se acrescenta uma outra: além de constatar que as condições concretas não correspondem à sua crença, o professor se vê pressionado pela pedagogia oficial que prega a racionalidade e produtividade do sistema e do seu trabalho, isto é, ênfase nos meios (tecnicismo). Aí, o quadro contraditório em que se encontra o professor: sua cabeça é escolanovista, a realidade é tradicional, rejeita o tecnicismo porque sente-se violentado pela ideologia oficial; não aceita a linha crítica porque não quer receber a denominação de agente transgressor (SAVIANI, 1980).

Dessa forma, buscando a sistematização de todos esses elementos e tendências pedagógicas, é que Libâneo (1999, p. 21), realiza uma classificação dessas tendências. Para o autor, essas tendências pedagógicas podem ser classificadas em: liberal e progressista.

A Pedagogia Liberal está, segundo Libâneo (1999, p. 21), subdividida em:

- Pedagogia Tradicional
- Pedagogia Renovadora progressista
- Pedagogia Renovadora não-diretiva
- Pedagogia Tecnicista

A Pedagogia Progressista apresenta a seguinte subdivisão:

- Pedagogia Libertadora
- Pedagogia Libertária
- Pedagogia Crítico-Social

Importante destacar que essa classificação não representa um sistema hermético e estanque. Seu objetivo é dar parâmetros que facilitem a compreensão de uma realidade dinâmica e mutável presente nas unidades escolares. Como ressalta o autor, no cotidiano escolar não há uma única tendência pedagógica, podendo a escola apresentar elementos de tendências diferentes, embora uma delas se apresente como preponderante. Como diz Libâneo (1999, p. 21).

Historicamente, a educação liberal iniciou-se com a pedagogia tradicional e, por razões de recomposição da hegemonia da burguesia, evoluiu para a pedagogia renovadora (também denominada escola nova ou ativa), o que não significou a substituição de um pela outra, pois ambas conviveram e convivem na prática escolar.

Com o objetivo de analisar essas tendências pedagógicas na visão de Libâneo (1999, p. 22), passaremos ao estudo compartmentalizado dessa matéria.

TENDÊNCIA PEDAGÓGICA LIBERAL

Durante o desenvolvimento do modo de produção capitalista, a ideia de que o mercado deveria regular-se livremente sem a intervenção do Estado, decorrendo dessa ideia a expressão: “laissez faire, laissez passer, le monde marche seul”, que significa: deixar fazer, deixar passar, onde o mundo caminha por ele mesmo. Os pensadores Iluministas, que se ocuparam de questões econômicas, deram origem a duas grandes correntes de pensamento: a fisiocracia, que obteve grande circulação nos fins do século XVIII e o liberalismo, que até hoje influencia fundamentos do pensamento econômico contemporâneo.

Assim, segundo Libâneo (1999, p. 21), a doutrina liberal “apareceu como justificativa do sistema capitalista que, ao defender a predominância da liberdade e dos interesses individuais na sociedade, estabeleceu uma forma de organização social baseada na propriedade privada dos meios de produção, também denominada sociedade de classes”.

Esse modelo econômico apresenta forte influência em nossa organização social e cultural, influenciando, também a prática docente e definindo uma tendência pedagógica. Surge, assim, a pedagogia liberal com uma forte vinculação às necessidades do mercado, apregoando a ideia de que a escola tem por função preparar o indivíduo para o desempenho de suas atividades no mercado de trabalho, encaixando-se, dessa forma, aos valores e normas vigentes na sociedade.

TENDÊNCIA PEDAGÓGICA LIBERAL TRADICIONAL

Na pedagogia de tendência tradicional, a educação tem por meta que o aluno, por meio do esforço individual, venha a adquirir uma cultura geral, enciclopédica. Segundo Libâneo (1999, p. 23) “os conteúdos de ensino, são valores sociais acumulados pelas gerações adultas e repassados ao aluno como verdades”.

Nessa tendência pedagógica, o professor é o detentor do saber, estando em um nível superior aos alunos, impondo e cobrando o regimento estabelecido no ambiente educacional. Em todo o momento predomina a autoridade do professor, que pode inclusive utilizar-se da coação para fazer valer a sua autoridade.

Os alunos são estimulados de forma individualizada para a obtenção do conhecimento que é repassado como conteúdo de forma dissociada dos problemas sociais, sendo que a aprendizagem efetiva-se de forma mecânica. Os alunos aprendem que devem buscar superar suas dificuldades para se igualar aos alunos que possuem melhores resultados acadêmicos. Aqueles que fracassam estão sujeitos à retenção e à reprovação. A avaliação é por notas.

Nessa tendência pedagógica a metodologia empregada para a transmissão do conteúdo é pautada em aulas expositivas. Para Libâneo (1999, p. 24),

Tanto a exposição quanto a análise são feitas pelo professor, observados os seguintes passos: a) preparação do aluno (definição do trabalho, recordação da matéria anterior, despertar interesse); b) apresentação (realce de pontos-chave, demonstração); c) associação (combinação do conhecimento novo com o já conhecido por comparação e abstração); d) generalização (dos aspectos particulares chega-se ao conceito geral, é a exposição sistematizada); e) aplicação (explicação de fatos adicionais e/ou resoluções de exercícios). A ênfase nos exercícios, na repetição de conceitos ou fórmulas na memorização visa disciplinar a mente e formar hábitos.

TENDÊNCIA PEDAGÓGICA LIBERAL RENOVADORA PROGRESSISTA

No que tange à tendência liberal renovadora progressista, constatamos uma mudança de foco, em relação a tendência tradicional, pois enquanto a pedagogia tradicional focava o conteúdo que deve ser assimilado pelo aluno, a pedagogia renovadora progressista enfoca o processo de construção do conhecimento, cabendo à escola integrar as experiências de vida dos alunos de tal forma que as mesmas reflitam seus interesses.

Nesse contexto, a construção dos conteúdos decorre da relação entre os interesses e as necessidades, delimitados em função direta das experiências de vida dos alunos em sociedade.

Como uma decorrência dessa metodologia pedagógica a construção de processos mentais e o desenvolvimento de habilidades cognitivas são mais valorizado do que a mera absorção de conteúdos alienados da vida prática e impostos de forma unilateral.

Para Libâneo (1999, p. 25), temos nesse momento um processo no qual o aluno: “aprender a aprender”. É importante o processo para se construir o conhecimento do que o conhecimento propriamente dito.

Para que se possa alcançar esse objetivo de “aprender a aprender”, torna-se necessário a aplicação de uma metodologia que valoriza o experimentalismo, a pesquisa, a descoberta, a realização de trabalhos em grupo o estudo em campo do meio natural e social, e o incentivo à resolução de problemas. Assim o ponto de partida é o aluno e o seu nível de desenvolvimento cognitivo.

Para Libâneo (1999, p. 26),

Os passos básicos do método ativo são: colocar o aluno numa situação de experiência que tenha um interesse por si mesma; o problema deve ser desafiante, como estímulo à reflexão; o aluno deve dispor de informações e instruções que lhe permitam pesquisar a descoberta de soluções; soluções provisórias devem ser incentivada e ordenadas, com a ajuda discreta do professor; deve-se garantir a oportunidade de colocar as soluções à prova, a fim de determinar sua utilidade para a vida.

Nessa relação na qual o centro da aula é o processo de construção do conhecimento, o professor não desenvolve um papel de superioridade perante os alunos, pois seu papel é o de ser um facilitador da aprendizagem, um auxiliador no desenvolvimento livre e espontâneo do aluno. Dessa forma, a disciplina não é imposta como na tendência tradicional.

Na tendência liberal renovadora progressista busca-se o desenvolvimento de um relacionamento positivo e harmonioso entre professores e alunos, objetivando assim o estabelecimento de uma “vivência democrática”, a qual deve permear também a vida em sociedade.

Para Libâneo (1999, p. 26) “os princípios dessa tendência pedagógica progressista vêm sendo difundidos, nos cursos de licenciatura, escolas particulares, [...] sendo que o ensino baseado na psicologia genética de Piaget tem larga aceitação na educação pré-escolar”.

TENDÊNCIA PEDAGÓGICA RENOVADORA NÃO-DIRETIVA

Na tendência liberal renovadora não-diretiva o foco do ensino está centrado no aluno e voltado para o desenvolvimento psicológico dele. O papel da escola é buscar a formação de atitudes as quais favoreçam uma mudança interior do indivíduo adequando-o às demandas do meio social.

Para essa tendência pedagógica os procedimentos didáticos, os conteúdos ensinados, as aulas e os livros, assumem uma posição secundária, pois o objetivo é que a escola propicie ao aluno um ambiente de autodesenvolvimento e realização pessoal, fazendo com que a pessoa se sinta bem consigo mesma e com os seus semelhantes. Deste modo, como diz Rogers (1971, apud LIBÂNEO, 1999, p. 27): “O resultado de uma boa educação é muito semelhante ao de uma boa terapia.”

Para essa tendência pedagógica, o processo de ensino visa a estimular nos estudantes as ferramentas necessárias para a busca individual dos conhecimentos que não estão à sua disposição, sendo que para realizar essa atividade, verifica-se o esforço do professor em encontrar estímulos, os quais possam motivar de forma particular cada aluno nessa busca pelo seu caminho de aprendizagem. Aqui a ênfase é no professor que deve ser motivador da aprendizagem. Cabe a ele a “aceitação da pessoa do aluno, capacidade de ser confiável, receptivo e ter plena convicção na capacidade de autodesenvolvimento do estudante” (LIBÂNEO, 1999, p. 27).

Nesse contexto, o trabalho escolar seria essencialmente a busca constante da melhoria do relacionamento interpessoal, como uma condição inalienável do crescimento pessoal. O ensino ou a educação escolar está centrada no desenvolvimento da personalidade por meio da vivência de experiências relevantes nas quais

o professor se torna um especialista em relações intersubjetivas.

Dessa forma, o ato de aprender não se relaciona à aquisição de um conjunto de conteúdos impostos como na tendência tradicional, nem tão pouco na busca da adequação do indivíduo às necessidades do meio social pois está voltado à satisfação de suas necessidades pessoais. Em última análise, na tendência liberal renovada não-diretiva o aprendizado resulta na retenção do conteúdo que possui relevância em relação ao “eu”. O que não está envolvido com o “eu” não é apreendido e/ou não é importante. Dessa forma, a avaliação escolar torna-se sem sentido, pois o que importa é a auto avaliação.

TENDÊNCIA PEDAGÓGICA LIBERAL TECNICISTA

A última tendência da pedagogia liberal, na classificação de Libâneo (1999, p. 28), é a tecnicista, a qual objetiva inserir a escola nos moldes da racionalização do sistema produtivo capitalista mantendo assim estreita ligação com o sistema produtivo.

Para Auriccho (1978, apud LIBÂNEO, 1999, p. 31),

A influência da pedagogia tecnicista remonta à 2ª metade dos anos cinquenta, com o Programa Brasileiro-Americano de Auxílio ao Ensino Elementar (PABAAE). Entretanto, foi introduzida mais efetivamente no final dos anos sessenta com o objetivo de adequar o tema educacional à orientação político econômica do regime militar: inserir a escola nos modelos de racionalização do sistema de produção capitalista.

Nesse contexto, a escola quer produzir pessoas que tenham capacidade para atuar no mercado de trabalho, transmitindo, eficientemente, informações precisas, objetivas e rápidas, sendo que para esse tendência pedagógica o conteúdo que importa é aquele que pode ser restringido ao conhecimento observável e mensurável, decorrendo diretamente de fatos objetivos, suprimindo qualquer sinal de subjetividade.

Para que a tendência liberal tecnicista possa alcançar seus objetivos, o material utilizado para a aprendizagem dos conteúdos encontra-se sistematizado em manuais, livros, módulos de ensino e dispositivos audiovisuais.

Buscando a melhor delimitação dessa tendência pedagógica, verificamos que Libâneo (1999, p. 30), estabelece as etapas básicas desse processo de ensino-aprendizagem, sendo esse: “a) estabelecimento de comportamento terminais, através de objetivos instrucionais; b) análise da tarefa de aprendizagem, a fim de ordenar sequencialmente os passos da instrução; c) executar o programa, reforçando gradualmente as respostas correspondentes ao objetivos”.

Dessa forma, há a compartimentalização do conteúdo e sua sistematização objetiva de maneira técnica, visando instrumentalizar o aluno com as habilidades necessárias e

pertinentes ao exercício da produtividade econômica. Na corrente tecnicista a relação professor e aluno possui papéis claros e definidos. Sendo o professor detentor do conhecimento, administra a transmissão da matéria de forma técnica e estruturada; ao aluno cabe receber, guardar e operacionalizar as informações.

Decorre dessa análise, a constatação que a tendência tecnicista não favorece um ambiente de diálogo e de construção inovadora do conhecimento e a discussão de ideias.

TENDÊNCIA PEDAGÓGICA PROGRESSISTA

A tendência pedagógica progressista ocupa posições diametralmente opostas à tendência pedagógica liberal. Se, de um lado, a tendência pedagógica liberal é um produto do sistema capitalista, servindo assim à sociedade modelada por esse processo econômico, do outro, temos a progressista, a qual não se institucionaliza em uma matriz capitalista, mas procura fazer uma análise das realidades sociais, desvendando os fins sociopolíticos da educação.

Para Libâneo (1999, p. 32), a pedagogia progressista se manifesta em três tendências: “a libertadora, mais conhecida como pedagogia de Paulo Freire; a libertária, que reúne os defensores da autogestão pedagógica; a crítico-social dos conteúdos, que diferentemente das anteriores, acentua a primazia dos conteúdos no seu confronto com as realidades sociais.”

Dentro da estrutura apresentada da tendência progressista, as visões libertadora e libertária possuem uma linha de atuação contrárias ao autoritarismo, procurando a promoção da valorização da experiência de vida, considerada a fundamentação de todo o processo educativo. Essa relação educacional se daria por meio de uma autogestão pedagógica, a qual possibilitaria a comunidade local formar, construir e transmitir o conhecimento de forma particularizada dentro de sua realidade, ou seja, de modo contextualizado. Assim, por exemplo, escolas de periferia pobre procuram se adaptar a essa realidade social. Em decorrência desse fato temos a valorização do processo de aprendizagem grupal, com a promoção de discussões, assembleias e votações.

Já a tendência pedagógica crítico-social de conteúdos busca compreender a educação como um processo de contínua evolução, obtidos por meio do relacionamento dinâmico entre a pedagogia tradicional e renovada, valorizando a ação pedagógica enquanto inserida na prática social. A escola é elemento de mediação entre o indivíduo e a sociedade, possibilitando à realização de um processo de ensino aprendizagem, engajado à realidade do aluno.

TENDÊNCIA PEDAGÓGICA PROGRESSISTA LIBERTADORA

A tendência progressista libertadora promove uma ruptura radical com a visão tradicional, “bancária”, que tem como objetivo apenas depositar conteúdos na mente dos alunos, sem que esses sejam analisados criticamente. Na educação bancária, própria da tendência tradicional, os conteúdos não possuem qualquer conexão com a realidade fática dos alunos. A tendência progressista libertadora busca, também, romper com a tendência renovadora, a qual, segundo a visão libertadora, não contribui para formar a consciência, sobre a realidade opressiva em que vivem os alunos. Freire (1976, apud LIBÂNEO, 1990, p. 33), ao analisar essa tendência pedagógica, define-a como “uma educação crítica”.

Contrapondo-se à educação tradicional e renovadora, a educação libertadora propõe-se a fazer uma análise concreta da realidade e das relações do indivíduo frente a sua comunidade e suas interações sociais, buscando uma transformação crítica dessa realidade. Essa tendência pedagógica, não seria apropriada diretamente pelo ensino escolar, pois o seu campo de atuação seria a ação não formal, a qual se articula fora dos muros das escolas, no meio da comunidade.

O ensino se dá pelo desenvolvimento de “temas geradores” que surgem da realidade social da referida comunidade e são discutidos, analisados, codificados e decodificados pelos educandos, possibilitando a formação de um conhecimento crítico de sua realidade social. Com essa ação, a tendência progressista libertadora, quer evitar a “invasão cultural” ou o “depósito de informações”, característicos da educação bancária, a qual se realiza quando conteúdos dissociados do saber popular são repassados ao grupo de educandos.

Sendo assim, o importante não é transmitir conteúdos alienados da realidade vivenciada pelo grupo, pois o objetivo maior é despertar a consciência social sobre a realidade social e seus determinantes. Para a consecução desse objetivo, a relação professor-aluno deve ser horizontalizada, com o educador ocupando o mesmo nível do educando, os quais são sujeitos ativos da busca pelo conhecimento.

Para isso, os educadores dispensam a utilização de programas previamente estruturados, trabalhos escritos, aulas expositivas e avaliações, podendo haver a possibilidade de avaliações práticas ou de autoavaliações, decorrentes das experiências vivenciadas em grupo.

TENDÊNCIA PEDAGÓGICA PROGRESSISTA LIBERTÁRIA

A tendência pedagógica progressista libertária pretende que a escola exerça uma ação transformadora da personalidade dos alunos, buscando a modificação social e institucional, que tem como ponto de partida o nível mais básico da comunidade, irradiando a sua influência, criando as condições necessárias para a modificação de todo o tecido social. Nesse contexto, para corrigir a sociedade, primeiramente temos que tornar o indivíduo um cidadão melhor preparado para a vida em comunidade.

A pedagogia progressista libertária, como o próprio nome bem o diz, tem por objetivo libertar os alunos, tornando os mesmos gestores de seus destinos, inclusive no âmbito escolar. Para tanto, busca modificar o cotidiano escolar, constituindo uma estrutura na qual a escola é gerida com a participação coletiva. Nas unidades escolares é incentivada a discussão, implementada por meios institucionais de mudança, como assembleias, conselhos, eleições, reuniões e associações.

O aluno, ao aprender a atuação participativa no ambiente escolar, se pautaria pelo mesmo princípio em suas ações em sociedade, criando grupos autogestionados (associações, grupos informais, escolas autogestionadas).

Para Lobrot (1974, apud LIBÂNEO, 1990, p. 36): “a pedagogia libertária, na sua modalidade mais conhecida ente nós, a pedagogia institucional, pretende ser uma forma de resistência contra a burocracia como instrumento da ação dominadora do Estado, que tudo controla (professores, programas, provas etc.), retirando sua autonomia”.

Para a realização da aprendizagem, os conteúdos são colocados para o conhecimento dos alunos, contudo, os mesmos não são cobrados, sendo apenas um elemento que complementa todo o arsenal de informações disponibilizados a eles, pois o que realmente importa para essa tendência pedagógica é o conhecimento que resulta das experiências vividas pelo grupo, em especial, dos mecanismos de participação crítica.

Essa tendência pedagógica estipula que o conhecimento na realidade, é a descoberta de respostas às necessidades e às exigências da vida social. Sendo assim, os alunos não são meros espectadores de sua realidade, nem são meros subordinados das instituições, eles são partes constitutivas da identificação dos problemas e da busca de soluções, as quais decorrem da vivência grupal de suas próprias instituições.

O processo de autonomia, excluída qualquer direção de fora do grupo, se dá num “crescendo”: primeiramente, a oportunidade de contatos abertos, relações informais entre os alunos. Em seguida, o grupo começa a se organizar, de modo a que todos

possam participar de discussões, cooperativas, assembleias, isto é, diversas formas de participação e expressão pela palavra; quem quiser fazer outra coisa, ou entra em acordo com o grupo, ou se retira. No terceiro momento, o grupo se organiza de forma mais efetiva e, finalmente, no quarto momento, parte para a execução do trabalho (LIBÂNEO, 1999, p. 37).

Na pedagogia progressista libertária, no que diz respeito à relação professor-aluno, temos como princípio a não-diretividade: o professor é um orientador e um catalizador, um conselheiro, um instrutor-monitor, estando a serviço dos alunos na busca de soluções, para os problemas apresentados, sem impor seus valores pessoais. Aqui a liberdade é regra, seja para os alunos, seja para os professores, indivíduos esses que agem em respeito à vontade individual de cada um, seja no sentido de buscar a participação ou de não participar do grupo.

Dentro desse processo de ensino, verificamos que somente será incorporado ao universo de cada um, o vivido e o experimentado, de forma particular. O critério de importância do que se aprende é sua utilização prática para o indivíduo. Assim, não seria lógico a existência de um processo de avaliação, pelo menos em termos de conteúdo.

TENDÊNCIA PEDAGÓGICA PROGRESSISTA “CRÍTICO-SOCIAL DOS CONTEÚDOS

Como última tendência enumerada para a pedagogia progressista, tem-se, conforme classificação proposta por Libâneo (1999, p. 39), a tendência progressista “crítico-social dos conteúdos”.

O esforço de elaboração de uma pedagogia dos conteúdos está em propor modelos de ensino voltados para a interação conteúdo-realidade sociais; portanto, visando avançar em termos de uma articulação do político e do pedagógico, aquele como extensão deste ou seja, a educação a serviço da transformação das relações de produção (LIBÂNEO, 1999, p. 40).

Nesse contexto, difundir conteúdos passa a ter um papel primordial, conteúdos esses que não são meras abstrações, mas conhecimentos que se vinculam de forma íntima à realidade social. A escola é, neste caso, um instrumento para a disseminação do saber, seja ele formal, erudito ou popular. Se a escola é parte integrante do todo social, agir dentro dela é também agir no rumo da transformação da sociedade (LIBÂNEO, 1999, p. 39).

A escola, para Saviani (1980, *apud* LIBÂNEO, 1999, p. 39), dentro dessa tendência pedagógica, tem por objetivo preparar o aluno para a vida adulta, passando de uma experiência inicialmente confusa e fragmentária (sincrética), esclarecendo-o e possibilitando que o mesmo atinja uma visão sintética,

mais organizada e unificada. Busca desenvolver no aluno suas potencialidades para que o mesmo possa contribuir com a sociedade em sua vida adulta.

Nessa tendência pedagógica todos os conteúdos são considerados importantes, isto é todas as formas de conhecimento possuem a sua importância, e são apresentados de forma progressiva, e são assimilados e não reinventados pelos alunos, devendo, porém, ter uma significação humana e social.

Para a transmissão desse conteúdo, nesta tendência pedagógica, o professor assume duplo papel: primeiramente deve possibilitar que o aluno acesse o conteúdo, o saber elaborado socialmente e, posteriormente, deve proporcionar elementos de análise crítica, os quais possibilitem a ruptura com a estrutura social.

Sendo assim, essa tendência pedagógica utiliza como metodologia, para atingir seus objetivos, a constatação da prática real, fazendo a correlação entre a realidade social e a explicação do professor, avançando assim para uma situação de ruptura, que são os resultados obtidos do confronto entre a experiência e a explicação. Vai-se da ação à compreensão e da compreensão à ação, até a síntese, o que não é outra coisa senão a unidade entre a teoria e a prática (LIBÂNEO, 1999, p. 42).

A efetivação da aprendizagem se dá no desenvolvimento da capacidade de processar informações e lidar com os estímulos do ambiente, organizando os elementos disponíveis da experiência vivida. Nessa tendência pedagógica, constatamos que há um conteúdo, o qual será assimilado e confrontado com a realidade social. Dessa forma há um referencial que pode ser aferido e avaliado.

Sendo assim, a tendência pedagógica “crítico-social dos conteúdos” admite a possibilidade de avaliar aquilo que o aluno já sabe, avaliação essa que tem por objetivo último demonstrar para o aluno o seu progresso em relação ao início de seu aprendizado e ao momento em que aprende um conteúdo mais elaborado e sistematizado.

Tendo por base esta discussão e após apresentarmos no próximo capítulo, uma discussão a respeito dos Colégios da Polícia Militar, procuraremos desvendar a tendência pedagógica, entre as elencadas por Libâneo, na qual os Colégios da Polícia Militar se vinculam.

TENDÊNCIA PEDAGÓGICA SEGUIDA PELOS COLÉGIOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

Frente ao exposto e considerando que o objetivo deste artigo é o de identificar a tendência pedagógica dos CPMG e subitem a seguir destaca estas conclusões.

Tendo por base as tendências pedagógicas, apresentadas na obra do professor Libâneo (1999), fica evidente que ao

efetuarmos a comparação entre a prática pedagógica desenvolvida nos Colégios Militares, sejam eles das Forças Armadas (Exército, Marinha, Aeronáutica) ou da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, todas essas instituições se vinculam a uma tendência liberal tradicional.

É fato que, em um ou outro momento, possa haver, dentro das relações desenvolvidas nessas unidades de ensino, uma interseção entre uma ou outra tendência pedagógica apresentada, fazendo com que possamos identificar alguns fatores diferentes da tendência tradicional.

Contudo, a maioria dos elementos apresentados nos Colégios Militares os colocam como representantes da escola tradicional, elementos caracterizadores desse que são:

- preparação moral e intelectual dos alunos para assumirem posição na sociedade;
- compromisso da escola com a cultura formal;
- as matérias de estudo visam a preparar o aluno para a vida; são determinadas pela sociedade e ordenadas pela legislação;
- predominância da autoridade dos militares, professores e servidores da educação;
- existência de ações coercitivas, na relação ensino aprendizagem;
- existência de processos avaliativos, sejam eles de curto prazo (exercícios de casa) ou de longo prazo (provas);
- reforços negativos (punição, notas baixas, apelos aos pais);
- reforços positivos (Alamar de Honra, classificação).

É fato que a influência da tendência pedagógica liberal tradicional é bastante comum, não só em nosso passado histórico, mas também na atualidade das escolas brasileiras, sendo encontrada, também, nas escolas religiosas ou leigas que adotam a orientação clássica-humanista ou uma orientação humano-científica.

Quanto aos Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás, de forma específica, vemos que os mesmos ao se filiarem à tendência tradicional, o fazem seguindo o currículo básico desenvolvidos pelas outras unidades escolares ligadas à Secretaria de Educação e Cultura (Seduc), contudo apresentam algumas peculiaridades.

Primeiramente, verificamos que são acrescentadas disciplinas de cunho militar como Civismo e Cidadania, matéria essa que é responsável por repassar condutas militares (saudações militares, cuidados com a apresentação pessoal e com o uniforme, regulamento disciplinar, explicações sobre a estruturação das organizações militares), valores patrióticos.

Outro aspecto é que além do currículo acadêmico, o aluno é exposto a toda uma série de vivências do universo militar, pois no âmbito do Colégio Militar, como uma Organização Policial Militar (OPM), o aluno passa a viver e a ser cobrado dentro desse contexto de experiência de vida.

Tal fato faz com que haja, também, além de uma aparência interna, legal e institucional, a qual define a unidade como militar, uma aparência externa que comunica essa realidade com a sociedade de forma ampla, fazendo com que a mesma identifique a particularidade dessas instituições de ensino no contexto das outras unidades de ensino no Estado.

DISCUTINDO OS RESULTADOS

Com o desenvolvimento desse artigo, conclui-se, conforme demonstrado, tendo por base Libâneo (1999), verifica-se que o papel da escola na tendência liberal tradicional, consiste na preparação intelectual e moral dos alunos para assumir sua posição na sociedade, fato esse compatível com as ações pedagógicas desenvolvidas pelo CPMG, conforme a análise apresentada nesse artigo.

Sendo assim, para essa tendência pedagógica, o compromisso da escola é com o caminhar cultural em direção ao saber, o qual é disponibilizado a todos os alunos, desde que se esforcem. Esforço esse que é recompensado, pela unidade escolar, em solenidades como a entrega do Alamar de Honra, aos alunos que obtiveram média acima de nove, dentro do semestre letivo.

A vinculação dos CPMGs, à tendência tradicional é reforçada na medida em que os valores sociais acumulados pelas gerações adultas são repassados aos alunos, sendo que as matérias de estudo são determinadas pela sociedade e ordenadas na legislação, como pode ser constatado mediante a vinculação do CPMG à Matriz Curricular Nacional.

Outro ponto de compatibilidade entre o CPMG e a tendência liberal tradicional, é o fato dos métodos de ensino os quais são desenvolvidos pelas unidades escolares basearem-se na exposição verbal da matéria e/ou demonstração, sendo que tanto a exposição quanto a análise são feitas pelo professor, havendo ênfase nos exercícios, na repetição de conceitos ou fórmulas na memorização, objetivando disciplinar a mente e formar hábitos.

Fato esse presente na rotina dos CPMGs, na medida em que existem programas de estudo de reforço, plantões de dúvidas e a verificação constante do comportamento dos alunos em conformidade com as regras impostas dentro da unidade escolar.

Sendo que, a presença efetiva dessa estrutura, que atende à tendência liberal tradicional, pode explicar, em certa medi-

da, os bons resultados obtidos por essas unidades escolares, em avaliações de desempenho, uma vez que há uma estrutura formal compatível com todo um ordenamento legal instituído pelo Estado, o qual compatibiliza-se com a estrutura do CPMG e suas formas de avaliação do público discente.

Outro aspecto, que reforça a vinculação à tendência liberal tradicional, é o fato do relacionamento professor-aluno, basear-se na predominância da autoridade do professor, elemento esse que coaduna-se com a autoridade dos militares, na condução das atividades necessárias à materialização da relação ensino-aprendizagem.

Esse fato evidencia também que a estrutura dos Colégios da Polícia Militar ao se filiar à tendência tradicional, o faz seguindo toda uma estrutura legal e pedagógica específica. Dessa forma, faz-se que o aluno seja apresentado a toda uma série de vivências, ligadas ao universo militar, pois no âmbito dos CPMG, o aluno passa a ser cobrado dentro desse contexto específico, o contexto de uma estrutura militarizada.

Disponível em: <<https://www.fe.ufg.br/n/67570-nota-em-favor-da-escola-publica-no-estado-de-goias>>. Acesso em 20 de junho/2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLE, H. B. de. Escola de civismo e cidadania: ethos do Colégio Beta da Polícia Militar de Goiás. Goiânia, Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC), Goiânia, 2011.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Redação dada pela: Emenda Constitucional nº 53/06 e Lei nº 11.494/07, DF, Senado, 1998. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 22 de fevereiro/2017.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. IDEB - Resultados e Metas. 2016. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em 26 de março/2017.
- BRASIL. Exame Nacional do Ensino Médio. Ministério da Educação. Ranking completo 2015 do Exame Nacional do Ensino Médio. 2015. Disponível em: <<http://enemporesco-cola.com.br/escola/52068749/medias>>. Acesso em 26 de fevereiro/2017.
- GOIÁS, 2014. Lei n. 18.324, de 30 de dezembro de 2013. Cria os Colégios da Polícia Militar que menciona e dá outras providências. Disponível em: <http://www.gabinetcivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2013/lei_18324.htm>. Acesso em 07 de junho/2016.
- GOIÁS. Lei n. 14.050, de dezembro de 2001. Dispõe sobre unidades do Colégio da Polícia Militar. Disponível em: <http://www.gabinetcivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=2151>. Acesso em 08 de junho/2016.
- GOIÁS. Portaria n. 5238, de 01 de janeiro de 2016. Regulamenta o Regimento Interno do Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás para o ano letivo 2016. Disponível em: <<http://colegiomilitarpmvr.com.br/comunicado/RegimentoPronto.pdf>>. Acesso em 26 de fevereiro/2017.
- LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos. 16. ed. São Paulo: Loiola, 1999.
- POMPEIA, Raul. O Ateneu. São Paulo: Editora Três, 1973.
- UFG, 2014. Nota de Repúdio em nome dos professores da Faculdade de Educação à prática de militarização da escola pública goiana.

UM ESTUDO DE CASO SOBRE O COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR UNIDADE AYRTON SENNA

LEILA MARIA FERREIRA SALLES, ANDERSON DE OLIVEIRA

RESUMO

O artigo analisa as medidas para a educação, implantadas no Estado de Goiás, sendo que dentre essas medidas uma das que apresenta o maior nível de polêmica, dentro da estrutura educacional goiana, é a instituição de Colégios da Polícia Militar. Este artigo tem por objeto o Colégio da Polícia Militar - unidade Ayrton Senna, buscando identificar os elementos caracterizadores desse modelo de gestão pedagógica dentro da unidade escolar. Por meio de uma revisão da literatura sobre educação e de estudo de campo, realizado junto à comunidade escolar, pretende-se investigar o que essa unidade do Colégio da Polícia Militar e o modelo de ensino por ela empregado representam para a comunidade escolar, identificando assim a tendência pedagógica predominante nos Colégios da Polícia Militar de Goiás. Sendo assim, o artigo discute o impacto dessa ação de governo para a comunidade escolar e os resultados por ela alcançados.

PALAVRAS-CHAVE: EDUCAÇÃO, POLÍCIA MILITAR, COMANDO DE ENSINO INSTRUÇÃO E PESQUISA, COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR.

INTRODUÇÃO

No ordenamento jurídico pátrio, especificamente na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), constatamos, no Título V, “Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas”, no Capítulo III, “Da Segurança Pública”, em seu Art. 144, inciso V, que a Polícia Militar é um dos órgãos componentes do sistema de segurança pública (BRASIL, 1998).

A responsabilidade constitucional dessa instituição é preservar a ordem pública e zelar pela incolumidade das pessoas e do patrimônio, fato esse perfeitamente condizente com as atribuições previstas e esperadas, no âmbito do sistema de segurança pública.

Para que esse estado de incolumidade possa ser atingido, o ordenamento jurídico estipula que as polícias militares se responsabilizam pela atividade de polícia ostensiva, ou seja, seus membros executam o policiamento fardado¹ e caracterizado dentro das circunscrições de suas respectivas unidades federativas.

Há, contudo, uma peculiaridade dentro do Estado de Goiás, pois, além dessas atribuições constitucionais anteriormente explicitadas, a Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), em conformidade com a lei n. 18.324, de dezembro de 2013, se responsabiliza, também, por 34 (trinta e quatro) unidades de ensino criadas por essa lei, denominadas Colégios da Polícia Militar (CPMGs) (GOIÁS, 2013).

São instituições de natureza militar, com uma metodologia pedagógica tradicional e pautada nos valores de hierarquia

e disciplina, os quais remetem diretamente à instituição que implantou essas unidades escolares

Os CPMGs são órgãos diretamente ligados à PMGO, vinculados funcionalmente à Secretaria de Segurança Pública e geridos pelo Comando de Ensino da Polícia Militar (CEPM).

O primeiro Colégio da Polícia Militar de Goiás (CPMG), que iniciou suas atividades em 1999, com 440 alunos. Seu objetivo era a escolarização de crianças e adolescentes, não sendo assim uma escola militar, voltada para a formação dos membros da corporação. Segundo Belle (2011), este colégio foi criado para atender tanto a filhos de militares quanto de civis, oferecendo, na maioria das unidades, a 2ª fase do ensino fundamental, sendo esse do 6º ao 9º ano, e o Ensino Médio. O objetivo desse colégio era o de fornecer uma educação de qualidade, para os dependentes dos militares, sendo uma alternativa às escolas particulares e às escolas da rede pública de ensino.

Desde então em Goiás, tem ocorrido a expansão dos CPMGs. Hoje estão em funcionamento 34 (trinta e quatro) unidades. A expansão do CPMG, ocorrida em 2014, privilegiou o interior do Estado, onde vários colégios da rede pública foram transferidos para a gestão da Polícia Militar, conforme estipulação legal, Lei n. 18.324 (GOIÁS, 2013).

A transferência de unidades escolares para serem geridas pela Polícia Militar é sempre destacada pela mídia que ressalta os elevados índices de aprovação e aceitação deste modelo de gestão de instituição de ensino, contrapondo-se

¹ Farda: Tipo de roupa que, possuindo determinado padrão, é utilizada por militares, estudantes etc.. Uniforme ou fardamento (FERREIRA, 2014).

aos demais colégios da rede pública, que são descritos como permeado por tensões, violência, indisciplina e precariedade das instalações físicas, conforme relata Pinheiro (2015) em matéria jornalística veiculada na mídia impressa e digital².

Um dos colégios criados e geridos pela PM é o Colégio da Polícia Militar Ayrton Senna, que foi instituído pela lei n. 14.050, de 21/12/2001, durante o primeiro mandato do governador Marconi Ferreira Perillo Júnior (GOIÁS, 2001).

No ano 2000, a população da Região Noroeste de Goiânia, devido a um sentimento de abandono e de baixo desenvolvimento da região que envolve aquela área administrativa, principalmente, no que diz respeito à infraestrutura, saúde e educação, se mobilizou em torno de uma série de reivindicações pleiteando melhorias na região. Dentre essas reivindicações, estava, no âmbito da educação, a instalação de um Colégio da Polícia Militar. Tal reivindicação foi inspirada no sucesso da unidade Hugo de Carvalho Ramos, localizado no Jardim Goiás, área de grande desenvolvimento econômico na capital. Essa reivindicação materializou-se na implantação do Colégio da Polícia Militar Ayrton Senna (CPMAS), inaugurado em fevereiro de 2002.

Tendo em vista o fato da inserção de Colégios da Polícia Militar em localidades carentes do Estado de Goiás e, de forma específica, a Unidade Ayrton Senna, que encontra-se na Região Noroeste de Goiânia, setor marcado por elevados índices de criminalidade e baixos índices de desenvolvimento social na capital, uma questão que se coloca é, se esses colégios têm conseguido oferecer um ensino de qualidade, comprovado por indicadores e resultados obtidos pela unidade escolar, em exames como o Ideb e Enem em comparação a resultados obtidos por colégios da Região Noroeste e a colégios que atendem uma população economicamente mais elevada, ou seja, se o CPMG Ayrton Senna pode oferecer efetivamente um ensino de qualidade.

Simultaneamente, algumas críticas à implantação destes colégios têm sido aventadas. Discute-se, por exemplo, se essa unidade escolar não é excludente ao impor barreiras ao ingresso por não ser totalmente gratuita. O pagamento de mensalidade impediria a participação de alunos da região, fazendo com que a escola fosse voltada apenas às pessoas que possuem uma certa condição econômica dentro daquela realidade social.

Outras críticas recorrentes de educadores goianos se refere às práticas pedagógicas desenvolvidas pelos Colégios Militares, ao se filiarem a uma estrutura tradicional e hierarquizada contrária aos objetivos da formação moderna, participativa,

consciente e libertadora, conforme pode ser observado no documento publicado pela Universidade Federal de Goiás (UFG), por meio da Faculdade de Educação (FE), intitulado: “Nota de Repúdio em nome dos professores da Faculdade de Educação à prática de militarização da escola pública goiana” (UFG, 2014), do qual trataremos posteriormente. Assim, outra questão que se coloca é: qual é a tendência pedagógica que norteia a proposta e a prática educativa desta unidade. Pergunta-se também como os alunos e seus pais e/ou responsáveis percebem os Colégios da Polícia Militar.

A indagação que norteia este artigo é qual seria o real significado do Colégio da Polícia Militar Ayrton Senna para a Região Noroeste de Goiânia. Buscando identificar, se os alunos e seus pais e/ou responsáveis percebem o colégio como uma unidade que oferece oportunidade de crescimento pessoal e profissional ou uma escola que apenas reproduz a opressão, acentuando a divisão social?

Frente ao exposto, temos como objetivo geral o de investigar a implantação de Colégios da Polícia Militar e sua proposta pedagógica.

Os objetivos específicos do presente artigo são o de identificar a tendência pedagógica predominante nos Colégios da Polícia Militar de Goiás; investigar a percepção de alunos, seus pais e/ou responsáveis sobre a proposta pedagógica do Colégio da Polícia Militar Ayrton Senna.

Tendo em vista os objetivos deste artigo e considerando-se as características específicas dos colégios militares, sua forma de inserção no sistema estadual de educação e a escassez de estudos anteriores a este respeito, esse artigo pode ser entendida como um estudo de caso, o qual tem por objetivo discutir a implementação do Colégio da Polícia Militar, unidade Ayrton Senna, buscando compreender o seu significado para a comunidade escolar.

TENDÊNCIA PEDAGÓGICA SEGUIDA PELOS COLÉGIOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

Em O Ateneu, de Raul Pompéia (1888), o espaço escolar presente na escola que dá título à obra é retratado como um microcosmo, em que suas relações de poder assemelham-se às do macrocosmo que, no caso, é representado pela sociedade. Daquele ano até os dias atuais essa relação dinâmica entre escola e sociedade ainda se estabelece. É a forma de organização de uma sociedade (autoritária, democrática, igualitária, etc.), que influi nas práticas pedagógicas nas escolas e na relação ensino aprendizagem.

² Diário da Manhã on-line. Acesso em 05 de agosto/2016.

Dessa forma, a escola não é um campo neutro, lugar onde o professor pode apenas se preocupar em passar o conhecimento. Na realidade, as influências acadêmicas, políticas, comportamentais, tecnológicas, legais e profissionais convergem para esse ambiente influenciando na construção do trabalho docente.

Todos esses elementos convergem para a escola e pesam diretamente sobre os ombros dos professores, cabendo aos educadores alcançar as metas estipuladas pelas instituições de ensino. Além disso, as tendências pedagógicas se fazem presentes na formação docente e no cotidiano da escola, favorecendo-a ou obstaculizando-a.

Os professores têm na cabeça o movimento e os princípios da escola nova. A realidade, porém, não oferece aos professores condições para instaurar a escola nova, porque a realidade em que atuam é tradicional. Mas o drama do professor não termina, aí. A essa contradição se acrescenta uma outra: além de constatar que as condições concretas não correspondem à sua crença, o professor se vê pressionado pela pedagogia oficial que prega a racionalidade e produtividade do sistema e do seu trabalho, isto é, ênfase nos meios (tecnicismo). Aí, o quadro contraditório em que se encontra o professor: sua cabeça é escolanovista, a realidade é tradicional, rejeita o tecnicismo porque sente-se violentado pela ideologia oficial; não aceita a linha crítica porque não quer receber a denominação de agente transgressor (SAVIANI, 1980).

Dessa forma, buscando a sistematização de todos esses elementos e tendências pedagógicas, é que Libâneo (1999, p. 21), realiza uma classificação dessas tendências. Para o autor, essas tendências pedagógicas podem ser classificadas em: liberal e progressista.

A Pedagogia Liberal está, segundo Libâneo (1999, p. 21), subdividida em:

- Pedagogia Tradicional
- Pedagogia Renovadora progressista
- Pedagogia Renovadora não-diretiva
- Pedagogia Tecnicista

A Pedagogia Progressista apresenta a seguinte subdivisão:

- Pedagogia Libertadora
- Pedagogia Libertária
- Pedagogia Crítico-Social

Importante destacar que essa classificação não representa um sistema hermético e estanque. Seu objetivo é dar parâmetros que facilitem a compreensão de uma realidade

dinâmica e mutável presente nas unidades escolares. Como ressalta o autor, no cotidiano escolar não há uma única tendência pedagógica, podendo a escola apresentar elementos de tendências diferentes, embora uma delas se apresente como preponderante. Como diz Libâneo (1999, p. 21).

Historicamente, a educação liberal iniciou-se com a pedagogia tradicional e, por razões de recomposição da hegemonia da burguesia, evoluiu para a pedagogia renovadora (também denominada escola nova ou ativa), o que não significou a substituição de um pela outra, pois ambas conviveram e convivem na prática escolar.

Frente ao exposto e considerando que um dos objetivos deste artigo é o de identificar a tendência pedagógica dos CPMG verifica-se assim que tendo por base as tendências pedagógicas, apresentadas na obra do professor Libâneo (1999), fica evidente que ao efetuarmos a comparação entre a prática pedagógica desenvolvida nos Colégios Militares, da Polícia Militar, essas instituições se vinculam a uma tendência liberal tradicional.

É fato que, em um ou outro momento, possa haver, dentro das relações desenvolvidas nessas unidades de ensino, uma interseção entre uma ou outra tendência pedagógica apresentada, fazendo com que possamos identificar alguns fatores diferentes da tendência tradicional.

Contudo, a maioria dos elementos apresentados nos Colégios Militares os colocam como representantes da escola tradicional, elementos caracterizadores desse que são:

- preparação moral e intelectual dos alunos para assumirem posição na sociedade;
- compromisso da escola com a cultura formal;
- as matérias de estudo visam a preparar o aluno para a vida; são determinadas pela sociedade e ordenadas pela legislação;
- predominância da autoridade dos militares, professores e servidores da educação;
- existência de ações coercitivas, na relação ensino aprendizagem;
- existência de processos avaliativos, sejam eles de curto prazo (exercícios de casa) ou de longo prazo (provas);
- reforços negativos (punição, notas baixas, apelos aos pais);
- reforços positivos (Alamar de Honra, classificação).

É fato que a influência da tendência pedagógica liberal tradicional é bastante comum, não só em nosso passado histórico, mas também na atualidade das escolas brasileiras, sendo encontrada, também, nas escolas religiosas ou leigas que adotam a orientação clássico-humanista ou uma orientação humano-científica.

Quanto aos Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás, de forma específica, vemos que os mesmos ao se filiarem à tendência tradicional, o fazem seguindo o currículo básico desenvolvidos pelas outras unidades escolares ligadas à Secretaria de Educação e Cultura (Seduc), contudo apresentam algumas peculiaridades.

Primeiramente, verificamos que são acrescentadas disciplinas de cunho militar como Civismo e Cidadania, matéria essa que é responsável por repassar condutas militares (saudações militares, cuidados com a apresentação pessoal e com o uniforme, regulamento disciplinar, explicações sobre a estruturação das organizações militares), valores patrióticos.

Outro aspecto é que além do currículo acadêmico, o aluno é exposto a toda uma série de vivências do universo militar, pois no âmbito do Colégio Militar, como uma Organização Policial Militar (OPM), o aluno passa a viver e a ser cobrado dentro desse contexto de experiência de vida.

Tal fato faz com que haja, também, além de uma aparência interna, legal e institucional, a qual define a unidade como militar, uma aparência externa que comunica essa realidade com a sociedade de forma ampla, fazendo com que a mesma identifique a particularidade dessas instituições de ensino no contexto das outras unidades de ensino no Estado.

OS COLÉGIOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

Os Colégios da Polícia Militar em Goiás surgem com a finalidade de atender os filhos de militares proporcionando um ensino de qualidade ao nível da educação básica. No estado, a primeira unidade do CPMG foi instalada provisoriamente na Academia de Polícia Militar, situada no Setor Leste Universitário, na cidade de Goiânia, no ano de 1998, recebendo o nome de Colégio da Polícia Militar de Goiás Coronel Cícero Bueno Brandão, atual Colégio Hugo de Carvalho Ramos.

Contudo, em função das demandas da população, sem vínculo direto com a instituição policial militar para que seus filhos pudessem se matricular nessas unidades, hoje os colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás como os demais colégios militares atende à população civil, sendo que os alunos ingressam nele por meio de um processo seletivo. O processo seletivo para o ingresso de novos alunos no CPMG, que anteriormente, se dava por meio de provas, sofreu mudanças recentemente. Hoje, a disputa pelas vagas disponíveis nos colégios ocorre por meio de um sorteio com data e hora marcadas.

A implantação e a ampliação dos CPMG, ou seja, a proposta de entregar a gestão de escolas públicas estaduais para a Polícia Militar, tem tido apoio do governo goiano e da

sociedade. Esse fato propiciou a expansão dessas unidades escolares. A abertura dos colégios da PM à população civil levou à implantação de novas unidades do CPMG o que possibilitou a ampliação do número de vagas para a sociedade civil, ocasionando, assim, o início da expansão dessas unidades educacionais pelo Estado, que culminou com a edição da Lei n. 18.324, de 30 de dezembro de 2013, esta Lei instituiu um total de 34 unidades dos CPMGs.

Assim, em Goiás, com a implantação dos Colégios da Polícia Militar (CPMG), nos confrontamos com uma nova estrutura pedagógica, que passa a compor o sistema estadual de educação na medida em que esses colégios estão vinculados à Secretaria de Segurança Pública e à Secretaria de Educação. O Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás (CPMG) é subordinado ao Comandante Geral da Polícia Militar e a um Coronel que ocupa a função de Comandante de Ensino da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), estando vinculado também à Secretaria de Estado da Educação.

O quadro docente é composto por professores da Secretaria de Estado da Educação, salvo para as disciplinas consideradas tipicamente militares sendo essas: Ordem Unida e Noções de Cidadania, cujas cadeiras são ocupadas por policiais militares.

Os CPMG fazem parte do Sistema Estadual de Educação de Goiás, mas são administrados com base em princípios e procedimentos inerentes ao sistema educacional da estrutura militar. Talvez por isso, em manifestações vemos que os Colégios Militares são identificados pela população como locais em que os alunos estão seguros, protegidos da marginalidade e das drogas, e onde aprenderão não somente aquilo que é próprio do ensinamento escolar, mas também ou principalmente, a disciplina, a obediência, o respeito à hierarquia (GOIÁS, 2016).

As escolas militarizadas ou sob responsabilidade da PM são bem estruturadas fisicamente, organizadas, e com todo suporte necessário, tanto em relação aos ambientes escolares e materiais didáticos quanto à quantidade de pessoas para desempenharem as atividades de coordenação, fiscalização, acompanhamento disciplinar, psicopedagógico e psicológico oferecendo assim condições aos professores de poderem trabalhar sem se preocuparem com questões disciplinares, tendo toda uma equipe a dar sustentação à sua prática docente (GOIÁS, 2016).

Do mesmo modo como os colégios militares do país, os Colégios da Polícia Militar em Goiás têm obtido bons resultados em avaliações externas. Para ilustrar esse fato temos como exemplo o Colégio da Polícia Militar de Anápolis (Dr. Cezar Toledo), que liderou a lista de escolas estaduais goianas no ranking do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no ensino fundamental. A unidade conseguiu 7,0 pontos,

relativos aos chamados anos finais (6º ao 9º ano). No ano de 2013, os Colégios da Polícia Militar Carlos Cunha Filho (Rio Verde) e Hugo de Carvalho Ramos (Goiânia) atingiram a 2ª e 3ª melhores notas (6,7 e 6,3) relativas ao Ensino Fundamental, sendo superados apenas pelo Colégio Estadual Gilvan Sampaio, de Rubiataba, que obteve média 7,1.

Procurando compreender um pouco mais estas unidades de ensino, apresenta-se, a seguir, alguns indicadores da unidade frente aos sistemas de avaliação do ensino brasileiro: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e *Exame Nacional do Ensino Médio* (ENEM).

Conforme o Quadro 1, o IDEB mostra que a escola CPMAS alcançou, no ano de 2009, nota 4,8 e no ano de 2011 nota 5,5; estando em patamar acima da meta estabelecida, para o período avaliado, fato esse observado em outras unidades escolares do CPMGs.

Escola	IDEB OBSERVADO					METAS PROJETADAS							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
COLEGIO DA POLICIA MILITAR DE GOIAS UNIDADE AYRTON SENNA	4.5	4.5	4.8	5.5	5.0	4.6	4.7	5.0	5.4	5.7	5.9	6.2	6.4
COLEGIO DA POLICIA MILITAR DE GOIAS UNIDADE HUGO DE CARVALHO RAMOS	5.1	5.4	6.3	5.8	6.3	5.1	5.2	5.5	5.8	6.2	6.4	6.6	6.8
COLEGIO DA POLICIA MILITAR DE GOIAS UNIDADE POLIVALENTE MODELO VASCO DOS REIS	3.4	4.8	5.2	5.8	5.7	3.5	3.6	3.9	4.3	4.7	4.9	5.2	5.4

Quadro 1 – Resultado das metas, estabelecidas e alcançadas, no Ideb por algumas unidades do CPMG.

Fonte: BRASIL (2016)

No campo do IDEB observado, conforme o Quadro 1, no período entre 2007 a 2013, constata-se que as unidades escolares chegaram a atingir ou superar as metas estabelecidas, ficando a unidade Ayrton Senna, no ano de 2013, abaixo da meta prevista. Contudo, nos anos subsequentes até 2016, a unidade apresentou resultados superiores às metas projetadas para o período, com base nos dados do MEC.

Conforme indica o *ranking* das notas do IDEB dos CPMGs, nos anos de 2013 e 2015, houve um aumento das notas do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) em todas as unidades escolares administradas pela Polícia Militar destacando-se nesse contexto no ano de 2015 o Colégio da Polícia Militar – Unidade Dr. Cezar Toledo que teve a nota 7,2, sendo, assim, o primeiro colocado no Estado de Goiás e o segundo do Brasil.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é outro sistema de avaliação das escolas. O Quadro 2 mostra a colocação atingida pelo CPMG Ayrton Senna no ranking entre as outras unidades do Colégio da Polícia Militar no Exame do ENEM, no ano de 2012.

Escola	Nº de Participantes no Enem 2012	Taxa de Participação	MÉDIAS					Lugar
			Linguagens, Códigos	Matemática	Ciências Humanas	Ciências da Natureza	Redação	
CPMG AYRTON SENNA	291	72%	488,39	496,45	512,89	467,98	476,08	18º

Quadro 2 - Ranking CPMG Ayrton Senna no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2012.

Fonte: BRASIL (2012)

Posteriormente, no ano de 2015, segundo dados, apresentados no portal do MEC, analisando todas as escolas do país, verificamos que a pontuação na avaliação de Linguagem e Códigos, que era de 488,39; subiu para 516; a pontuação de Ciências Naturais foi pra 484 pontos, Ciências Humanas aumentou para 585 pontos; redação passou para 508 pontos. Fazendo assim com que CPMG Ayrton Senna ocupasse a posição de 6.677º lugar, entre todas as escolas do país, sendo que sua posição tradicional era de 7.283º (BRASIL, 2015).

O Colégio Militar Ayrton Senna, funciona no mesmo local onde existia anteriormente uma unidade do Centro de Assistência Integral à Criança e Adolescente (CAIC). Os CAICs, construídos na época do governo do presidente Fernando Collor de Melo, tinham como proposta, oferecer ensino regular em período integral, proporcionando atividades para complementar a formação da criança e do adolescente.

Essa unidade escolar passa posteriormente, pela Lei n. 14.050 de 21/12/2001, aprovada no governo de Marconi Ferreira Perillo Junior, a ser administrada pela Polícia Militar, fato que se efetiva em fevereiro de 2002, passando a oferecer a 2ª fase do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos) e Ensino Médio (1º ao 3º anos), em regime seriado anual nos turnos matutino, vespertino e noturno. O CPMG Ayrton possui média de 2.200 alunos regularmente matriculados e frequentes.

Conforme dados fornecidos pela Secretaria do Colégio da Polícia Militar Ayrton Senna a evasão escolar desses alunos é mínima, com o registro no sistema da unidade escolar de 5 (cinco) alunos evadidos no ano de 2016; sendo 01 (um) no ensino fundamental e 04 (quatro) no ensino médio. Essa evasão, segundo informação da secretaria da escola, tem entre as maiores motivações alunas que engravidam e questões relativas ao trabalho.

O quadro docente da unidade escolar é composto, no ano de 2017, por 57 (cinquenta e sete) professores da Secretaria de Educação, sendo que esses professores, segundo dados da secretaria da escola, cumprem carga horária total de 42 (quarenta e duas) horas/aula semanais, ministrando aulas para o turno matutino, vespertino e noturno.

Todos os Colégios da Polícia Militar de Goiás, inclusive o Colégio da Polícia Militar Ayrton Senna (CPMAS), objeto deste

artigo, são regidos pelas mesmas normas que organizam a estrutura e funcionamento de todas as unidades escolares. Estas normas estão contidas no Regimento Interno dos Colégios da Polícia Militar.

Além dos princípios, fins e objetivos da educação básica desenvolvida, o CPMG Ayrton Senna e as outras unidades do Colégio da Polícia Militar têm, ainda, por finalidade, conforme o § 3º, do art. 4º, Capítulo II, do RI/CPMG: proporcionar ao educando formação necessária para o desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de auto realização e preparo para o exercício da cidadania, resgatando o civismo, patriotismo, urbanidade e a cooperação mútua que é implementada no contexto das aulas de Civismo e Cidadania dentro da unidade escolar.

A unidade, também, tem como meta desenvolver de forma sólida e harmônica a personalidade dos alunos, promovendo a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão brasileiro, da família e da comunidade.

O objetivo do CPMG é educar, repassando ao discente valores de civismo e cidadania, visando a formar, dentro dos padrões da sociedade na qual se insere. Assim, os CPMG têm a mesma finalidade das escolas civis, mas seguem normas militares o que os difere dos colégios controlados pela sociedade civil.

A Proposta Pedagógica do ensino nos Colégios da Polícia Militar visa, de uma forma geral, colocar o aluno como elemento ativo do processo ensino-aprendizagem, com foco no desenvolvimento de atitudes que visam à incorporação de valores e atributos inerentes ao ethos militar, assegurando a formação de um cidadão patriota, cômico de seus deveres, direitos e responsabilidades, que valoriza o convívio familiar, social assegurando um futuro de cidadão, em qualquer que seja sua opção profissional e social.

A proposta pedagógica enfatiza, ainda, a importância de despertar no aluno o estudo continuado com o intuito de aprimorar a sua visão crítica das áreas sociais em geral (políticas, econômicas, históricas e sociais) e na sua vida profissional. Procura, também, desenvolver a prática de atividade física habitual de forma saudável e orientada.

A matrizes curriculares do Ensino Médio e Ensino Fundamental vigente são as mesmas implantadas no CPMG. O Currículo tem como eixos norteadores os Parâmetros Curriculares Nacionais, o Currículo Mínimo da Secretaria de Estado da Educação e os Temas Transversais, necessários à atualização do ensino mediante o acompanhamento dos problemas e/ou fatos surgidos durante o processo ensino-aprendizagem.

Os Colégios Militares, embora sejam públicos, cobram de seus alunos uma contribuição mensal, a qual não possui um

valor fixo, para todas as unidades do CPMG, sendo estabelecida mediante a realidade da unidade escolar, por meio da Associação de Pais e Mestres, que recebe os depósitos em conta bancária aberta para esse fim.

No caso específico do CPMG Ayrton Sena esse valor é de: R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) para o Ensino Fundamental; R\$ 60,00 (sessenta reais) para o 1º e 2º anos do Ensino Médio; R\$ 65,00 (sessenta e cinco Reais) para o 3º ano do Ensino Médio. Esta contribuição, segundo informações do Comando de Ensino da Polícia Militar (CEPM), é revertida integralmente em melhorias para a própria escola. Os recursos financeiros arrecadados na unidade escolar são investidos diretamente na promoção de viagens, aquisição de recursos tecnológicos, livros e manutenção de uma estrutura para atendimento psicológico e de assistência social aos alunos daquela unidade escolar. Esse fato tem por objetivo melhorar a condição material de ensino, buscando atingir indicadores educacionais positivos, os quais possam em certa medida romper o ciclo de desenvolvimento educacional deficitário

O Colégio da Polícia Militar Ayrton Senna dispõe, além das Contribuições Comunitárias Voluntárias, efetivadas pelos pais e/ou responsáveis, de recursos advindos da Polícia Militar de Goiás e de verbas repassadas pela Secretaria Estadual de Educação, como os Fundos da Educação Básica e verbas para aquisição da merenda escolar. Esses recursos que possibilitam, além da realização das atividades básicas da unidade escolar, a aquisição de bens para a unidade escolar, como: sete veículos oficiais (Kombi, Besta, Corsa, Palio, 2 motocicletas e 2 ônibus), destinados aos serviços da Escola e transporte dos alunos e demais servidores; quatro linhas telefônicas fixas e uma linha de celular; VOIP; um aparelho Datashow e notebook; três câmeras digitais e uma filmadora.

Além disso, os custos para os pais e/ou responsáveis envolvem a compra de uniformes para os alunos (fardas e uniformes de educação física, que somam aproximadamente um valor de R\$ 350,00) e de calçados, que, também, são padronizados: tênis preto e sapato social que são fornecido em lojas que trabalham com artigos militares.

Quanto a normatização da unidade escolar, verifica-se a existência do: Regimento Interno do CPMG, o Regulamento Disciplinar do Colégio da Polícia Militar de Goiás, o Regulamento de Uniformes do Colégio da Polícia Militar de Goiás e o Regulamento de Continências do CPMG pautam, também, o comportamento do aluno. Esses regulamentos que fazem parte dos modos de organização da Polícia Militar do Estado de Goiás são reproduzidos nos CPMG. As instituições de ensino de responsabilidade da PM utilizam-se de forma análoga o Decreto n. 2.243, de 3 de junho de 1997, que dispõe sobre o

Regulamento de Continência, Honra e Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. Esses regulamentos são disponibilizados aos alunos na agenda, para que possam estudar e praticar.

Dentro de um contexto, no qual constatamos a administração militar dirigindo essa unidade escolar, verifica-se que esse regulamento coaduna com o regulamento disciplinar, na busca de uma estrutura na qual a disciplina possa ser mantida, pois o reconhecimento da autoridade é entendido como um fator fundamental para o cumprimento e fiscalização de normas e regulação de condutas.

O modelo de gestão do CPMG Ayrton Sena está formalizado no documento intitulado Regimento Interno dos Colégios da Polícia Militar (RI/CPMG), que alicerça a estrutura e o funcionamento de todos os Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás, ou seja, são seguidas não só pelo CPMG Ayrton Senna, mas por todas as unidades dos Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás.

A proposta de Gestão Escolar é que esta seja democrática e colegiada, entendendo-se, por isso, que o funcionamento do Colégio implica em tomada de decisão conjunta sobre questões pedagógicas e administrativas. Nesse sentido, efetivam-se reuniões com a comunidade escolar, reuniões essas que podem ser direcionadas a toda a comunidade escolar, para transmitir informações ou buscar a solução colegiada de uma demanda, ou podem ser realizadas com órgãos representativos, como Associação de Pais e Mestres ou os Conselhos de Segurança, objetivando não só a identificação de problemas, mas também a obtenção de soluções aplicáveis aos mesmos.

A gestão escolar democrática e colegiada é entendida como o processo que rege o funcionamento do CPMG, compreendendo tomada de decisão conjunta no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das questões pedagógicas e administrativas com a participação do Comando de Ensino Policial Militar (CEPM), como unidade gestora dos CPMG e de toda a comunidade escolar (GOIÁS, 2016).

Procura-se, com isso, a participação de toda a comunidade escolar. Porém, isto implica que podemos nos deparar com uma questão bastante peculiar, pois se, de um lado, a unidade escolar é estruturada no âmbito de uma administração eminentemente militar, a qual é pautada na hierarquia e disciplina, há, por outro lado, na estrutura legal do RI/CPMG, a preocupação com uma “gestão escolar democrática e colegiada”.

Contudo, destacamos que essa gestão democrática, estipulada pelo Regimento Interno dos Colégios da Polícia Militar (RI/CPMG), é limitada, não podendo ser compreendida em um escopo amplo, pois, em que pese a possibilidade de discussão, de levantamento de linhas de ação e de objetivos

a serem alcançados de modo conjunto, a natureza militar da administração impõe um ponto de inflexão, no qual a regulamentação, estabelecida pela direção da unidade escolar, tem poder decisório e resolutivo.

Os pais ou responsáveis são, também, instigados a acompanhar as atividades escolares dos alunos, seja se fazendo presente na unidade escolar, seja quando são convidados para reuniões periódicas de acompanhamento das atividades escolares, para participar de solenidades de natureza cívico militar, e na formação e composição dos Conselhos de Pais e Mestres.

O Conselho de Pais e Mestres é formado por eleição entre os pais e/ou responsáveis por alunos da unidade escolar, sendo que o mandato é de um ano, devendo no final desse período o Comandante e Diretor convocar a equipe escolar, o subcomandante, o coordenador pedagógico, o pessoal administrativo, os pais e alunos com mais de dezoito anos para participar de assembleia geral, que é presidida pelo Comandante, para eleger a nova composição do conselho.

A estrutura administrava, conforme o Regimento Interno define que as áreas de gestão do CPMG são Comando e Direção; Subcomando; Divisão Disciplinar do Corpo Discente e Divisão de Ensino.

O Comando e Direção é exercido pelo Comandante e Diretor do CPMG, que se constitui em um núcleo executivo, cabendo-lhe organizar, superintender, coordenar e controlar todas as atividades desenvolvidas no âmbito da Unidade Escolar. Esta função é exercida por um Oficial do serviço ativo da PMGO, do posto de Tenente Coronel, preferencialmente, pertencente ao Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM). O comandante e diretor deve ser um oficial formado pela Academia de Polícia Militar no Curso de Formação de Oficiais (CFO), e que, preferencialmente, possua o Curso de Especialização em Educação ou equivalente.

O Comandante é responsável perante o órgão competente do Comando Geral da PMGO e Secretaria de Estado da Educação pela política administrativa de ensino em vigor na sua Unidade Escolar, porém, dada a parceria com a Secretaria de Educação, o Comandante e Diretor, deve submeter seus planejamentos à supervisão e controle da Secretaria de Estado da Educação (GOIÁS, 2016).

A função de Subcomandante é exercida por um major, preferencialmente, do serviço ativo da Polícia Militar de Goiás, do Quadro de Oficiais Policiais Militares com Curso de Especialização em Educação, ou equivalente. Cabe ao subcomandante ser o substituto eventual do Comandante e Diretor nas suas ausências.

A Divisão Disciplinar do Corpo Discente é exercida por um Oficial Subalterno do serviço ativo da Polícia Militar de Goiás,

pertencente ao Quadro de Oficiais da Polícia Militar, possuidor de Curso Superior e Curso de Especialização em Educação, ou equivalente.

A estrutura formada pelo Comando, Subcomando e Divisão Disciplinar exercidas pelos quadros da Polícia Militar é fundamentada em alguns princípios estipulados pelo Regimento Interno do CPMG, em seu Capítulo II, art. 04, sendo assim descritos 09 (nove) princípios.

Art. 4º. O ensino ministrado será baseado nos seguintes princípios, fins e objetivos: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, dentro das normas previstas neste Regimento; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - valorização do profissional da educação escolar; VI - garantia de padrão de qualidade; VII - valorização da experiência extraescolar; VIII - vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; IX - gestão democrática do ensino público, na forma da lei e da legislação do ensino deste CPMG (GOIÁS, 2016).

Já a Coordenação Pedagógica, que tem a atribuição de coordenar, fiscalizar e planejar a prática do ensino dentro da unidade do CPMG, deve ter sua chefia exercida por um oficial subalterno, sendo esse um 2º Tenente ou um 1º Tenente, possuidor preferencialmente do Curso de Especialização de Educação, ou equivalente, sendo que o mesmo será auxiliado por servidores disponibilizados pela Secretaria de Educação, além dos militares lotados na unidade.

Nesse contexto, todos os atos inerentes à relação ensino e aprendizagem são desenvolvidos pela Coordenação Pedagógica, ações que englobam a formulação de horários de aula, verificação de frequência de alunos e professores, coordenar a aplicação de provas, verificar as condições das salas de aula e a sua disponibilidade para as aulas.

A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS, SOBRE O CPMG AYRTON SENNA

Quanto a organização e o funcionamento do CPMG Ayrton Senna Considerar o CPMGAS uma boa escola, se relaciona a aspectos como: organização, segurança, regras de convivência, professores, direção, coordenação, funcionários, qualidade de ensino, limpeza, aparência do prédio, espaço escolar (salas de aula/pátio/quadradas de esportes), cantina e refeitório que são avaliados positivamente pelos alunos. Esses aspectos da unidade escolar são apresentados em conformidade com o Quadro 3 e 4.

CLASSIFICAÇÃO PELOS ALUNOS DE ASPECTOS DO CPMGAS						
Aspectos	Muito Bom	Bom	Razoável	Ruim	Muito Ruim	Total de respostas
Organização	15	73	48	8	7	151
Segurança	45	61	33	8	3	150
Regras de convivência	18	58	60	16	7	159
Professores	24	83	40	4	3	154
Direção	29	81	30	7	4	151
Coordenação	23	80	38	6	11	158
Funcionários	26	75	42	3	3	149
Qualidade de ensino	28	82	50	3	3	166
Limpeza	25	56	45	7	5	138
Aparência do Prédio	10	49	67	23	14	163
Espaço escolar (salas de aula/pátio/quadradas de esportes)	19	63	48	10	1	141
Cantina/refeitório	12	56	56	15	7	146

Quadro 3 – Avaliação pelos alunos de aspectos do CPMG Ayrton Senna segundo o turno matutino. Fonte: Questionário aplicado aos alunos do 3º ano do Ensino Médio do CPMG Ayrton Senna.

CLASSIFICAÇÃO PELOS ALUNOS DE ASPECTOS DO CPMGAS						
Aspectos	Muito Bom	Bom	Razoável	Ruim	Muito Ruim	Total de respostas
Organização	33	81	45	9	-	168
Segurança	45	90	54	3	-	192
Regras de convivência	36	93	81	-	3	213
Professores	48	93	63	-	-	204
Direção	39	90	63	6	-	198
Coordenação	39	90	54	6	-	189
Funcionários	39	93	63	-	-	195
Qualidade de ensino	45	96	54	-	-	195
Limpeza	42	90	71	3	-	206
Aparência do Prédio	39	90	71	3	6	209
Espaço escolar (salas de aula/pátio/quadradas de esportes)	39	90	63	3	3	198
Cantina/refeitório	3	3	63	3	3	75

Quadro 4 – Avaliação pelos alunos de aspectos do CPMG Ayrton Senna segundo o turno noturno. Fonte: Questionário aplicado aos alunos do 3º ano do Ensino Médio do CPMG Ayrton Senna.

Itens como segurança, organização, professores, coordenação, funcionários, qualidade do ensino e limpeza tiveram uma avaliação positiva dos alunos isso de forma uniforme em todos os turnos. Contudo, para os alunos o espaço escolar é deficitário, ou seja, alguns alunos indicaram que as instalações físicas do prédio do CPMGAS, não receberiam indicação de serem boas ou muito boas, classificando-as como razoável.

Fato esse que pode decorrer da forma de construção do prédio da escola, o qual foi edificado em uma estrutura pré-moldada, padrão de construção dos Centros Integral de Atenção à Criança e ao Adolescente (CAICs), os quais foram construídos em várias regiões no país durante o governo Fernando Collor de Melo. Os Quadros 5 e 6, mostram como os alunos do CPMG Ayrton Senna classificam seu relacionamento dentro da unidade escolar com: colegas, professores, direção, coordenação pedagógica, funcionários, coordenação disciplinar e servidores.

COMO O ALUNO CLASSIFICA O SEU RELACIONAMENTO NO CPMGAS						
Aspectos	Muito Bom	Bom	Razoável	Ruim	Muito Ruim	Total de respostas
Seus colegas	67	62	20	1	1	151
Seus professores	30	82	35	3	1	151
A direção	18	79	37	7	5	146
A coordenação pedagógica	16	69	41	9	7	142
Os funcionários	27	78	36	4	3	148
Coordenação disciplinar	27	73	41	5	2	148
Os servidores militares	26	72	23	7	8	136

Quadro 5 – Avaliação dos relacionamentos interpessoais no CPMGAS segundo o turno noturno. Fonte: Questionário aplicado aos alunos do 3º ano do Ensino Médio do CPMG Ayrton Senna.

COMO O ALUNO CLASSIFICA O SEU RELACIONAMENTO NO CPMGAS						
Aspectos	Muito Bom	Bom	Razoável	Ruim	Muito Ruim	Total de respostas
Seus colegas	40	80	3	-	-	123
Seus professores	40	80	3	-	-	123
A direção	34	80	12	3	-	129
A coordenação pedagógica	34	80	6	3	-	123
Os funcionários	34	80	6	-	3	123
Coordenação disciplinar	34	80	6	3	3	126
Os servidores militares	26	72	23	7	8	136

Quadro 6 – Avaliação dos relacionamentos interpessoais no CPMG Ayrton

Senna segundo o turno noturno. Fonte: Questionário aplicado aos alunos do 3º ano do Ensino Médio do CPMG Ayrton Senna.

Com a análise desse quadro, verifica-se que as respostas que indicam o relacionamento com os colegas apresentam uma concentração nas classificações bom e muito bom, sendo que o relacionamento com os professores apresenta, segundo os alunos dos turnos matutino e noturno a classificação: bom, contando com um total de 162 (cento e sessenta e duas) respostas.

Constata-se que itens como relacionamento com funcionários, direção, servidores militares, coordenação pedagógica e disciplinar também tiveram uma classificação boa por parte dos alunos isso dentro dos dois turnos.

Verifica-se que, no turno matutino, os alunos classificaram como muito bom o relacionamento com os colegas isso para 67 (sessenta e sete) alunos, número de respostas esse superior ao do turno noturno.

Entre os dois turnos observa-se uma distribuição aproximadamente similar das respostas, contudo verifica-se que em aspectos como relacionamento com colegas, professores, direção, coordenação pedagógica e funcionários em muitos casos não tivemos indicação, por parte do turno noturno, de um relacionamento que seja classificado como ruim ou muito ruim.

De forma ampla, os alunos classificam os relacionamentos com os diversos atores envolvidos na unidade escolar como sendo em sua maioria bom ou muito bons. Embora para alguns deles, este relacionamento possa ser classificado como razoáveis, ruins ou muito ruins.

Na medida em que classificam os relacionamentos como bons e muito bons, tal fato pode favorecer um ambiente acadêmico propício ao desenvolvimento das atividades inerentes à relação ensino-aprendizagem.

Nos Quadros 7 e 8 são apresentadas as maneiras pelas quais os alunos do CPMG Ayrton Senna, avaliam a atuação dos professores dessa unidade escolar.

ATUAÇÃO DOS PROFESSORES, NA VISÃO DOS ALUNOS DO TURNO DIURNO DO 3º ANO DO CPMGAS				
	Nunca	Algumas Vezes	Frequentemente	Total de respostas
Incentivam os alunos a melhorar	15	74	67	156
Estão disponíveis para esclarecer as dúvidas dos alunos	3	84	58	145
Relacionam-se bem com os alunos	3	90	49	142

Continuam a explicar até que todos entendam a matéria	9	87	44	140
Mostram interesse pelo aprendizado de todos os alunos	10	84	56	150
Organizam bem a apresentação das matérias	5	90	50	145
Realizam uma avaliação justa	13	83	44	140
Variam a maneira de apresentar/expor as matérias	26	91	28	145
Organizam passeios, projetos, jogos ou outras atividades	82	57	4	143
Corrigem os exercícios que recomendam	17	75	37	129
Utilizam diferentes estratégias para auxiliar alunos com dificuldade	46	80	20	146
Procuram saber sobre os interesses dos alunos	41	81	24	146
Demonstram domínio da matéria ensinada	3	78	62	143
Cobram as tarefas passadas para casa	1	65	77	143

Quadro 7 – Atuação dos professores do CPMGAS segundo os alunos do turno diurno. Fonte: Questionário aplicado aos alunos do 3º ano do Ensino Médio do CPMG Ayrton Senna.

ATUAÇÃO DOS PROFESSORES, NA VISÃO DOS ALUNOS DO TURNO DIURNO DO 3º ANO DO CPMGAS				
	Nunca	Algumas Vezes	Frequentemente	Total de respostas
Incentivam os alunos a melhorar	5	40	113	158
Estão disponíveis para esclarecer as dúvidas dos alunos	-	48	111	159
Relacionam-se bem com os alunos	-	56	106	162
Continuam a explicar até que todos entendam a matéria	10	90	68	168

Mostram interesse pelo aprendizado de todos os alunos	5	71	85	161
Organizam bem a apresentação das matérias	8	70	75	153
Realizam uma avaliação justa	5	77	72	154
Variam a maneira de apresentar/expor as matérias	15	93	58	166
Organizam passeios, projetos, jogos ou outras atividades	65	71	16	152
Corrigem os exercícios que recomendam	32	88	47	167
Utilizam diferentes estratégias para auxiliar alunos com dificuldade	26	89	35	150
Procuram saber sobre os interesses dos alunos	27	73	63	163
Demonstram domínio da matéria ensinada	-	58	105	163
Cobram as tarefas passadas para casa	5	57	93	155

Quadro 8 – Atuação dos professores do CPMGAS segundo os alunos do turno noturno. Fonte: Questionário aplicado aos alunos do 3º ano do Ensino Médio do CPMG Ayrton Senna.

Verifica-se em conformidade com os Quadros 7 e 8, que os alunos do 3º ano do Ensino Médio do CPMGAS, em sua maioria, apresentam uma visão positiva sobre a atuação dos professores dessa unidade escolar em aspectos tão distintos quanto: incentivar o aluno a melhorar e preocupar-se com os interesses dos alunos e/ou ter domínio do conteúdo ensinado.

Os alunos afirmam que os professores frequentemente os incentivam a melhorar, ou seja a obter boas notas na escola, esforçando-se na explicação das matérias e buscando que os alunos entendam os conteúdos ministrados.

Dentro das atividades pedagógicas, realizadas pelos professores, os alunos dizem que eles na maioria das vezes corrigem os exercícios que recomendam e utilizam-se de diferentes estratégias para auxiliar alunos com dificuldades.

Um ponto que apresentou avaliação negativa pelos alunos refere-se àquele que indica a organização de passeios, jogos ou outras atividades o que difere do apresentado na proposta

pedagógica onde é afirmado que essas atividades são constantes na escola. Na visão dos alunos essas atividades em sua maioria nunca são realizadas ou se são realizadas, somente o são algumas vezes. Apenas 20 (vinte) alunos afirmaram que atividades extraclasse são organizadas frequentemente, contra 147 (cento e quarenta e sete) que afirmaram nunca haver esse tipo de atividades e 128 (cento e vinte e oito) que afirma que essas atividades são organizadas algumas vezes.

Em outro aspecto, coadunando com a atividade dos professores temos a atuação dos militares, dentro da unidade escolar, o que é característico dos Colégios da Polícia Militar. Os resultados são apresentados nos Quadros 9 e 10, nas próximas páginas.

Atuação dos militares, na visão dos alunos do turno diurno do 3º ano do CPMGAS				
	Nunca	Algumas Vezes	Frequentemente	Total de respostas
Incentivam os alunos a melhorarem	14	66	60	140
Estão disponíveis para esclarecer as dúvidas dos procedimentos adotados no CPMG Ayrton Senna	12	67	50	129
Dão oportunidade aos alunos para exporem opiniões	54	64	22	140
Relacionam-se bem com os alunos	14	78	37	129
Continuam a explicar até que todos entendam a forma de conduta adotada no CPMG Ayrton Senna	29	68	44	141
Mostram interesse pelo aprendizado de todos os alunos	26	82	38	146
Organizam bem a estrutura disciplinar da unidade	14	65	57	136
Efetuem cobranças justas	21	77	44	142
Variam a maneira de apresentar/expor e cobrar o comportamento dos alunos dentro da unidade escolar	50	57	35	142
Organizam atividade complementares buscando a formação de espírito de corpo	60	64	21	145

Corrigem a postura e o comportamento dos alunos	6	41	95	142
Utilizam diferentes estratégias para auxiliar alunos com dificuldades	41	89	17	147
Procuram saber sobre os interesses dos alunos	44	84	17	145
Cobram os comportamentos de civismo e cidadania dos alunos	4	38	110	152

Quadro 9 – Atuação dos militares do CPMGAS segundo os alunos do turno diurno. Fonte: Questionário aplicado aos alunos do 3º ano do Ensino Médio do CPMG Ayrton Senna.

Atuação dos militares, na visão dos alunos do turno diurno do 3º ano do CPMGAS				
	Nunca	Algumas Vezes	Frequentemente	Total de respostas
Incentivam os alunos a melhorarem	5	56	102	163
Estão disponíveis para esclarecer as dúvidas dos procedimentos adotados no CPMG Ayrton Senna	8	50	95	153
Dão oportunidade aos alunos para exporem opiniões	50	62	48	160
Relacionam-se bem com os alunos	16	74	58	148
Continuam a explicar até que todos entendam a forma de conduta adotada no CPMG Ayrton Senna	14	80	69	163
Mostram interesse pelo aprendizado de todos os alunos	11	74	64	149
Organizam bem a estrutura disciplinar da unidade	8	68	69	145
Efetuem cobranças justas	18	81	71	170
Variam a maneira de apresentar/expor e cobrar o comportamento dos alunos dentro da unidade escolar	18	95	58	171

Organizam atividade complementares buscando a formação de espírito de corpo	37	77	40	154
Corrigem a postura e o comportamento dos alunos	5	38	113	156
Utilizam diferentes estratégias para auxiliar alunos com dificuldades	24	92	45	161
Procuram saber sobre os interesses dos alunos	44	73	36	153
Cobram os comportamentos de civismo e cidadania dos alunos	5	59	108	172

Quadro 10 – Atuação dos militares do CPMGAS segundo os alunos do turno noturno. Fonte: Questionário aplicado aos alunos do 3º ano do Ensino Médio do CPMG Ayrton Senna.

Em conformidade com as respostas dos alunos do 3º ano do CPMGAS, com relação à atuação dos militares dentro da unidade escolar, verifica-se que os mesmos em sua maioria consideram que esses profissionais com frequência, incentivam os alunos a melhorarem, contando com 162 (cento e sessenta e duas) respostas nesse sentido.

Aliado a esse fato, constata-se também que os alunos dentro da maioria das respostas, consideram que os militares frequentemente estão disponíveis para esclarecer as dúvidas, sobre os procedimentos adotados no CPMG Ayrton Senna. No que tange ao relacionamento entre os militares e os alunos, evidencia-se que para 152 (cento e cinquenta e dois) alunos esse relacionamento algumas vezes é bom, correspondendo ao maior número de respostas relatadas, vindo em segundo lugar a indicação de que frequentemente o relacionamento é bom com 95 (noventa e cinco) resposta e como última indicação de que esse relacionamento nunca é bom com 30 (trinta) respostas.

Sobre a indicação de que algumas vezes o relacionamento entre os militares e os alunos é bom pode-se ver na própria análise do quadro, pois, quando questionados se os militares organizam bem a estrutura disciplinar da unidade, efetuam cobranças justas, corrigem a postura e o comportamento dos alunos, cobram os comportamentos de civismo e cidadania por parte dos alunos, os alunos indicam que essas atividades são realizadas de forma rotineira e frequente pelos militares, e que esta ação que, em outros locais possui um potencial

de gerar situações de conflito entre os militares e os alunos, nesta escola, não provoca tais conflitos.

Mesmo as cobranças sobre os comportamentos de civismo e cidadania dos alunos, e a correção da postura e do comportamento, que referem-se às condutas tipicamente militares dos alunos dentro da unidade escolar, como prestar continência, postura em solenidades, apresentação militar, apresentação individual, respeito à hierarquia e sinais de respeito aos símbolos nacionais, não se caracterizam como motivos de conflito. Inclusive tal constatação pode ser associada ao fato de que um dos motivos para a frequência a esta escola é a disciplina.

Também foram avaliados pontos negativos, nos quais os alunos indicavam perceber dentro da unidade escolar. Nesse contexto, foram indicados itens como: disciplina, uso de uniforme, organização militar, a manutenção de apresentação pessoal militarizada, regulamentos rígidos e horários rígidos. O Quadro 11, evidencia estes dados.

PONTOS NEGATIVOS DO CPMGAS			
Aspectos	Número de respostas do turno Diurno	Número de respostas do turno Noturno	Total de respostas
Disciplina	14	21	35
Uso de uniformes	35	16	51
Organização Militar	29	35	64
Ter de manter uma apresentação militarizada	65	54	119
Seguir os regulamentos do CPMGAS	37	40	77
Horários rígidos	28	38	66
Outros	29	28	57

Quadro 11 – Pontos negativos indicados pelos alunos do 3º ano com relação ao CPMGAS. Fonte: Questionário aplicado aos alunos do 3º ano do Ensino Médio do CPMG Ayrton Senna.

Os alunos, ao responderem a essa questão em 119 (cento e dezenove) marcações afirmaram, que um dos pontos negativos que mais os incomodam é o fato de ter de manter uma apresentação pessoal militarizada, sendo que o segundo fator que os alunos indicam ser mais negativo dentro da unidade escolar é o de ter de seguir os regulamentos do CPMG, item esse que contou com 77 (setenta e sete) respostas.

No total das respostas, 57 alunos, dentro do espaço destinado a indicar pontos negativos que não estavam relacionadas no questionário, indicaram como negativos: as instalações físicas; os professores não dão aulas devidamente; ausência de chances de expressão por parte dos alunos e sistema de notas.

Coerente com estas respostas, quando perguntado aos alunos o que os mesmos mudariam no CPMG Ayrton Senna eles indicam itens relacionados a estes aspectos. O Quadro 12 apresenta essas respostas.

O QUE OS ALUNOS DO 3º ANO MUDARIAM NO CPMGAS			
Aspectos	Número de respostas do turno Diurno	Número de respostas do turno Noturno	Total de respostas
Disciplina	12	16	28
Uso de uniformes	48	26	74
Organização Militar	22	39	61
Ter de manter uma apresentação militarizada	41	38	79
Seguir os regulamentos do CPMGAS	53	50	103
Horários rígidos	31	43	74
Outros	31	42	73

Quadro 12 – O que os alunos do 3º ano mudariam no CPMGAS. Fonte: Questionário aplicado aos alunos do 3º ano do Ensino Médio do CPMG Ayrton Senna.

No total das respostas, 57 alunos, dentro do espaço destinado a indicar pontos negativos que não estavam relacionadas no questionário, indicaram como negativos: as instalações físicas; os professores não dão aulas devidamente; ausência de chances de expressão por parte dos alunos e sistema de notas.

Coerente com estas respostas, quando perguntado aos alunos o que os mesmos mudariam no CPMG Ayrton Senna eles indicam itens relacionados a estes aspectos. O Quadro 12 apresenta essas respostas.

ENSINO DO CPMGAS COMPARADO A OUTRAS ESCOLAS			
Aspectos	Número de respostas do turno Diurno	Número de respostas do turno Noturno	Total de respostas
Muito melhor que as outras	35	39	74
Melhor que as outras	65	72	137

Igual as outras	29	20	49
Pior que as outras	18	11	29
Muito pior que as outras	2	-	2

Quadro 13 – O ensino no CPMGAS segundo os alunos por turno. Fonte: Questionário aplicado aos alunos do 3º ano do Ensino Médio do CPMG Ayrton Senna.

Na avaliação dos alunos do 3º ano do Ensino Médio do CPMG Ayrton Senna, em consonância com as afirmações prestadas anteriormente a unidade escolar possui boa qualidade de ensino, sendo melhor que as outras escolas, isso segundo 137 (cento e trinta e sete) alunos.

A avaliação positiva dos alunos do CPMGAS, indicando ser essa escola muito melhor ou melhor que as outras unidades escolares, vem ratificar a escolha dos mesmos em manter seus estudos nessa unidade escolar. Do universo pesquisado 29 (vinte e nove) alunos indicara que a unidade escolar é pior que as outras e somente 2 (dois) alunos responderam que o CPMGAS é muito pior que as outras escolas.

Verifica-se que há uma compatibilidade entre a visão individual dos alunos, com relação à unidade escolar, e o conceito que a mesma possui junto a outras pessoas, visto que uma das questões teve por objetivo avaliar o que os alunos, ouvem das outras pessoas, sobre o CPMGAS.

Sendo que nesse sentido os mesmos avaliariam itens como: o conceito das outras pessoas sobre o CPMGAS e o conceito de seus colegas, que não estudam na unidade escolar tem sobre o CPMGAS. Sendo que nesse contexto o Quadro 14 e 15, apresentam os resultados indicados pelos alunos à essa questão.

COM RELAÇÃO AO CPMG AYRTON SENNA, PARA O TURNO DIURNO					
	Excelente	Ótima	Boa	Razoável	Ruim
As pessoas dizem que o CPMG Ayrton Senna é uma escola	54	51	34	8	3
Seus colegas que estuda em outras escolas acham que o CPMG Ayrton Senna é uma escola	13	19	60	37	19

Quadro 14 – O CPMGAS frente a outras escolas, para o turno Diurno. Fonte: Questionário aplicado aos alunos do 3º ano do Ensino Médio do CPMG Ayrton Senna.

COM RELAÇÃO AO CPMG AYRTON SENNA, PARA O TURNO NOTURNO					
	Excelente	Ótima	Boa	Razoável	Ruim
As pessoas dizem que o CPMG Ayrton Senna é uma escola	71	38	40	6	5
Seus colegas que estuda em outras escolas acham que o CPMG Ayrton Senna é uma escola	31	30	63	20	16

Quadro 15 – O CPMGAS frente a outras escolas, para o turno Noturno. Fonte: Questionário aplicado aos alunos do 3º ano do Ensino Médio do CPMG Ayrton Senna.

Da análise dos Quadros 14 e 15, verifica-se que tanto na avaliação dos alunos, quanto no que os alunos ouvem sobre o que as pessoas ou seus colegas dizem sobre o CPMGAS, constata-se que a unidade, tendo por base o maior número de respostas, é avaliada como: bom, ótima e excelente.

Em 125 (cento e vinte e cinco) respostas, os alunos afirmam que as pessoas dizem que o CPMGAS seria excelente. Reconfirmando assim um conceito positivo da unidade escolar entre os alunos participantes do estudo de campo.

Buscou-se por fim verificar a importância que os alunos do 3º ano de Ensino Médio atribuem a unidade escolar para sua vida, verifica-se no Gráfico 1 as respostas apresentadas nesse sentido.

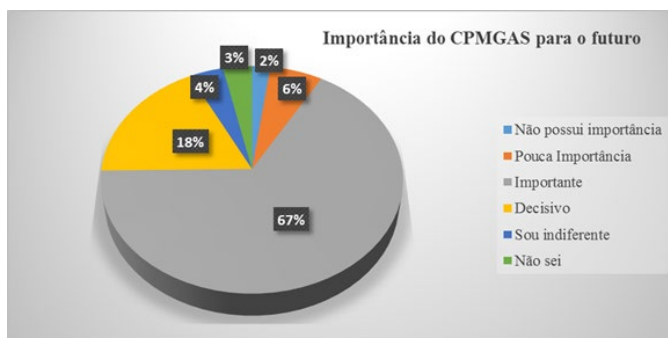


Gráfico 1 – Importância do CPMGAS para a vida futura. Fonte: Questionário aplicado aos alunos do 3º ano do Ensino Médio do CPMG Ayrton Senna.

Para 67% (sessenta e sete por cento) dos alunos indicam que o CPMG Ayrton Senna, é importante para o seu futuro, sendo esta a resposta que apresentou 216 (duzentas e dezesseis) marcações. Seguida pela afirmação de que a unidade escolar possui importância decisiva para o futuro isso segundo 18% (dezoito por cento) dos alunos, o que corresponde a um total

de 58 (cinquenta e oito) respostas a esse item em particular.

Nesse contexto, uma porcentagem total de 85% (oitenta e cinco por cento), perfazendo 274 (duzentas e setenta e quatro) respostas, afirmaram que a unidade escolar é importante ou decisiva para o futuro dos alunos. Evidenciando-se assim, o fato de que os alunos acreditam na instituição de ensino na qual estudam.

Contudo verifica-se que para 20 (vinte) respostas a unidade escolar possui pouca importância para o futuro pessoal, correspondendo à 6% (seis por cento) de respostas, outros 7 (sete) alunos responderam que a unidade não possui importância para o seu futuro, correspondendo a 2% (dois por cento) das respostas.

Alguns alunos indicaram serem indiferentes a essa questão, fato apontado em 13 (treze) respostas, correspondendo a 4% (quatro por cento) das respostas a esse item e 11 (onze) alunos não souberam responder, correspondendo à 3% (três por cento) das respostas.

Sendo assim, os alunos que estudam nessa unidade, em sua maioria, sabem da importância que a mesma representa para seu futuro, e se lá estudam o fazem porque acreditam que essa é uma boa escola e terão boas chances em aprender, fato esse que pode ser depreendido das respostas dadas por esses alunos ao questionário apresentado nessa dissertação.

Alguns alunos indicaram serem indiferentes a essa questão, fato apontado em 13 (treze) respostas, correspondendo a 4% (quatro por cento) das respostas a esse item e 11 (onze) alunos não souberam responder, correspondendo à 3% (três por cento) das respostas.

Sendo assim, os alunos que estudam nessa unidade em sua maioria, sabem da importância que a mesma apresenta para seu futuro, e se lá estudam o fazem porque acreditam que essa é uma boa escola e terão boas chances em aprender, fato esse que pode ser depreendido das respostas dadas por esses alunos ao questionário apresentado nessa dissertação.

DISCUTINDO OS RESULTADOS

Com o desenvolvimento desse estudo, conclui-se, conforme demonstrado, que o ensino militar apresenta uma longa evolução histórica, remontando ao início da formação da nação brasileira. Sendo que, com a chegada dos militares ao Brasil no século XVII, devido à necessidade de defesa territorial da Colônia, surgindo assim a necessidade da formação militar.

Nesse contexto, o desenvolvimento do ensino militar, responde às necessidades históricas e ao desenvolvimento nacional, vindo a evoluir durante todo o transcorrer de nossa história, assumindo diferentes matizes e objetivos. Isso em

conformidade com as necessidades de cada período histórico. Frente ao exposto, tendo por base as tendências pedagógicas, estudadas nesse trabalho e apresentadas na obra do professor Libâneo (1999), conclui-se que as práticas pedagógicas, desenvolvidas para a realização desse ensino militar, se vinculam a uma tendência liberal tradicional.

Nesse contexto, tendo por base Libâneo (1999), verifica-se que o papel da escola na tendência liberal tradicional, consiste na preparação intelectual e moral dos alunos para assumir sua posição na sociedade, fato esse compatível com o Regimento Interno do CPMG, conforme o estudo apresentado nessa dissertação.

Sendo assim, para essa tendência pedagógica, o compromisso da escola é com o caminhar cultural em direção ao saber, o qual é disponibilizado a todos os alunos, desde que se esforcem. Esforço esse que é recompensado, pela unidade escolar, em solenidades como a entrega do Alamar de Honra, aos alunos que obtiveram média acima de nove, dentro do semestre letivo.

A vinculação dos CPMGs, à tendência tradicional é reforçada na medida em que os valores sociais acumulados pelas gerações adultas são repassados aos alunos, sendo que as matérias de estudo são determinadas pela sociedade e ordenadas na legislação, como pode ser constatado mediante a vinculação do CPMG à Matriz Curricular Nacional.

Outro ponto de compatibilidade entre o CPMG e a tendência liberal tradicional, é o fato dos métodos de ensino os quais são desenvolvidos pelas unidades escolares basearem-se na exposição verbal da matéria e/ou demonstração, sendo que tanto a exposição quanto a análise são feitas pelo professor, havendo ênfase nos exercícios, na repetição de conceitos ou fórmulas na memorização, objetivando disciplinar a mente e formar hábitos.

Fato esse presente na rotina dos CPMGs, na medida em que existem programas de estudo de reforço, plantões de dúvidas e a verificação constante do comportamento dos alunos em conformidade com as regras impostas dentro da unidade escolar.

Sendo que, a presença efetiva dessa estrutura, que atende à tendência liberal tradicional, pode explicar, em certa medida, os bons resultados obtidos por essas unidades escolares, em avaliações de desempenho, uma vez que há uma estrutura formal compatível com todo um ordenamento legal instituído pelo Estado, o qual compatibiliza-se com a estrutura do CPMG e suas formas de avaliação do público discente.

Outro aspecto, que reforça a vinculação à tendência liberal tradicional, é o fato do relacionamento professor-aluno, basear-se na predominância da autoridade do professor, ele-

mento esse que coaduna-se com a autoridade dos militares, na condução das atividades necessárias à materialização da relação ensino-aprendizagem.

Esse fato evidencia também que a estrutura dos Colégios da Polícia Militar e em particular o CPMGAS, que, ao se filiar à tendência tradicional, o faz seguindo toda uma estrutura legal e pedagógica específica. Dessa forma, faz-se que o aluno seja apresentado a toda uma série de vivências, ligadas ao universo militar, pois no âmbito dos CPMG, o aluno passa a ser cobrado dentro desse contexto específico.

Sendo assim, no desenvolvimento desse trabalho, aplica-se o estudo de caso como processo metodológico, tendo em vista que essa metodologia é capaz de demonstrar aspectos concretos, vivenciais e situacionais do objeto de estudado, encontrando assim, ligações reais com experiências fáticas.

Tal metodologia foi aplicada nessa dissertação para investigar uma unidade escolar específica, o Colégio da Polícia Militar Ayrton Senna, por meio de seus documentos e questionários respondidos por alunos, pais e/ou responsáveis. Esses questionários, que contaram com um total de 284 (duzentos e oitenta e quatro) participações dos alunos e por 126 (cento e vinte e seis) participações dos pais e/ou responsáveis.

Após a tabulação das respostas dadas aos questionários, tais informações foram organizadas em núcleos de sentido: o contexto familiar; o ingresso no CPMG Ayrton Senna; a organização funcional; a infraestrutura do colégio; o relacionamento na escola; o estudo e o estudar; a sala de aula; os professores, os militares; o Colégio da Polícia Militar Ayrton Senna e as demais escolas.

Espera-se que essa investigação ajude a pesquisadores, alunos, professores e comunidade em geral, a ter contato com a forma de organização e articulação dos Colégios da Polícia Militar e em especial com a unidade Ayrton Senna, evidenciando assim as contribuições desse colégio para a execução das atividades de ensino-aprendizagem e para o desenvolvimento regional da Região Noroeste de Goiânia. É fato que há uma carência de produção acadêmica, sobre o tema Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás, sendo que a presente pesquisa tem por objetivo avaliar a importância do CPMGAS, não só para a vida dos alunos e da comunidade escolar mais também para a região na qual se insere.

Nesse contexto, verificou-se que a unidade escolar efetivamente contribui para o desenvolvimento de um ensino de qualidade na Região Noroeste de Goiânia, e que, efetivamente a comunidade escolar sejam alunos, pais e/ou responsáveis entendem a importância desse Colégio para o futuro de seus filhos.

Este Colégio sabidamente, contribuiu e continua a contribuir para o desenvolvimento da região sendo uma referência

educacional. Também, gera na região um ponto de segurança para a comunidade próxima, devido à presença de policiais na unidade escolar a fim de, em um sentido amplo realizar tanto as funções acadêmicas quanto as de segurança pública, devido à investidura do cargo policial militar. Sendo assim, esse estudo levanta os dados históricos de formação dos Colégios da Polícia Militar e estuda a sua estrutura legal além de fazer uma avaliação da opinião dos alunos e de seus pais e/ou responsáveis que demonstrou os elementos principais da implantação e desenvolvimento das atividades do CPMGAS.

Tais atividades possibilitam que seus alunos, ao concluir seus estudos nessa unidade escolar, possam concorrer a vagas nas mais diversas Instituições de Ensino Superior, completando assim, o desenvolvimento de uma atividade a qual teve início no ensino fundamental e termina no último ano do ensino médio.

Devido a esse número de alunos egressos dos CPMGs, provocou na Polícia Militar do Estado de Goiás a iniciativa de implementar a Faculdade da Polícia Militar (FPM) que já possui aprovação junto ao MEC, tendo o seu primeiro vestibular previsto para o segundo semestre do ano de 2017, que, certamente contará com diversos egressos dos CPMGs em seu quadro discente.

Nesse sentido, constata-se que, dentro do CPMG Ayrton Senna e nas demais unidades dos Colégios da Polícia Militar, desenvolve-se um ensino de qualidade, tendo por base os indicadores do Ideb e os resultados obtido pelos alunos dessas unidades escolares no Exame Nacional de Cursos e nos Vestibulares, contando assim com a aprovação de alunos, pais e/ou responsáveis, conforme demonstrado no presente estudo. Pode-se constatar os motivos pelos quais tem-se a ampliação e a demanda pela implementação de novas unidades dessas escolas no Estado de Goiás.

<<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em 26 de março/2017.

- BRASIL. Exame Nacional do Ensino Médio. Ministério da Educação. Ranking completo 2015 do Exame Nacional do Ensino Médio. 2015. Disponível em: <<http://enemporesco-cola.com.br/escola/52068749/medias>>. Acesso em 26 de fevereiro/2017.
- GOIÁS, 2014. Lei n. 18.324, de 30 de dezembro de 2013. Cria os Colégios da Polícia Militar que menciona e dá outras providências. Disponível em: <http://www.gabinetcivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2013/lei_18324.htm>. Acesso em 07 de junho/2016.
- GOIÁS. Lei n. 14.050, de dezembro de 2001. Dispõe sobre unidades do Colégio da Polícia Militar. Disponível em: <http://www.gabinetcivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=2151>. Acesso em 08 de junho/2016.
- GOIÁS. Portaria n. 5238, de 01 de janeiro de 2016. Regulamenta o Regimento Interno do Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás para o ano letivo 2016. Disponível em: <<http://colegiomilitarpmvr.com.br/comunicado/RegimentoPronto.pdf>>. Acesso em 26 de fevereiro/2017.
- LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos. 16. ed. São Paulo: Loiola, 1999.
- POMPEIA, Raul. O Ateneu. São Paulo: Editora Três, 1973.
- UFG, 2014. Nota de Repúdio em nome dos professores da Faculdade de Educação à prática de militarização da escola pública goiana. Disponível em: <<https://www.fe.ufg.br/n/67570-nota-em-favor-da-escola-publica-no-estado-de-goias>>. Acesso em 20 de junho/2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLE, H. B. de. Escola de civismo e cidadania: ethos do Colégio Beta da Polícia Militar de Goiás. Goiânia, Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC), Goiânia, 2011.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Redação dada pela: Emenda Constitucional nº 53/06 e Lei nº 11.494/07, DF, Senado, 1998. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 22 de fevereiro/2017.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. IDEB - Resultados e Metas. 2016. Disponível em:

CAUSAS DE AFASTAMENTO DO SERVIÇO POLICIAL MILITAR

CAUSES OF ABSENTEEISM FROM THE MILITARY POLICE SERVICE

LUÍSA SÔFFA RIMOLDI¹, VICTOR CARDOSO DE FARIA¹, RAÍSSA VEIGA GIRÃO COLICCHIO¹, GISELLE MACANHAN GUIMARÃES¹, WALDEMAR NAVES DO AMARAL²

RESUMO

O absenteísmo, ou afastamento, configura-se pela ausência do trabalhador em seu serviço, sendo um fenômeno multifatorial. Esse estudo objetivou delinear o perfil de diagnósticos de absenteísmo por doença dos policiais militares, através de revisão da literatura. O policial militar desenvolve atividades particulares do serviço que o sujeitam certos agravos. A sobrecarga física intensa e a constante exposição à violência são precursores de adoecimento importantes entre os militares. A maioria dos estudos apontou os traumas ortopédicos como principal causa de afastamento do serviço militar. Todos, no entanto, também evidenciaram as alterações psicoemocionais como causas muito prevalentes de absenteísmo, podendo, inclusive, ser mais frequente que doenças osteomusculares, a depender da patente do militar. Estudos também apontaram que militares em uma faixa etária de 31 a 40 anos, apresentaram maiores chances de sofrerem traumas ortopédicos que profissionais mais jovens. A má aptidão física e alto IMC também constituem fatores de risco para afastamento por doença entre militares. O bom preparo físico, por outro lado, pode diminuir os absenteísmos, bem como o número de dias de licença do profissional afastado.

PALAVRAS-CHAVE: MILITARES, ABSENTEÍSMO, EPIDEMIOLOGIA, DOENÇAS OCUPACIONAIS.

ABSTRACT

Absenteeism, or withdrawal, is defined by the absence of the worker in his service, being a multifactorial phenomenon. This study aimed to delineate the diagnosis profile of absenteeism due to illnesses of the military police, through a literature review. The military police officer performs particular activities that subject him to certain aggravations. The intense physical overload and constant exposure to violence are important precursors of illness among the military. Most studies have pointed to orthopedic trauma as the main cause of withdrawal from military service. All, however, also evidenced psychoemotional changes as very prevalent causes of absenteeism, and may even be more frequent than musculoskeletal diseases, depending on the military's patent. Studies have also indicated that military personnel aged 31 to 40 years were more likely to suffer orthopedic trauma than younger professionals. Poor physical fitness and high BMI are also risk factors for sick leave among military personnel. Good physical fitness, on the other hand, can decrease absenteeism, as well as the number of leave days of the professional away.

PALAVRAS-CHAVE: MILITARY PERSONNEL, ABSENTEEISM, EPIDEMIOLOGY, OCCUPATIONAL DISEASES.

INTRODUÇÃO

O afastamento, ou absenteísmo, caracteriza-se pela ausência do trabalhador em seu serviço. Suas causas podem ser subdivididas em absenteísmo voluntário, que diz respeito a razões particulares do trabalhador, não justificadas por doença; absenteísmo por doença; absenteísmo por patologia profissional, que inclui os afastamentos por acidentes de trabalho e doenças ocupacionais; absenteísmo legal, como licença maternidade e serviço militar obrigatório; e absenteísmo compulsório (QUICK et al. 1982).

O afastamento do serviço é um fenômeno multifatorial, que engloba condições psicossociais e econômicas dos trabalhadores, além dos fatores relacionados ao próprio ambiente

de trabalho, dentre os quais podemos citar as condições físicas inadequadas, jornada de trabalho extensa e vivência de estresse como precursores de adoecimento entre os trabalhadores. Estudos apontam que o absenteísmo no setor público, no Brasil, gira em torno de 30% ao ano, uma porcentagem alta e preocupante, uma vez que um grande número de dias perdidos no trabalho gera insatisfação, reduz a produção e aumenta os custos operacionais. Em 2011, os órgãos públicos que mais apresentaram licenças médicas foram a Secretaria de Educação (SEDUC) e a Polícia Militar (PM) (VALE et al. 2015).

O absenteísmo por doença dos militares tem grandes repercussões, uma vez que exige a reestruturação das escalas de trabalho, a fim de preencher as lacunas e garantir a prestação

do serviço, aumentando, assim, a demanda de trabalho sobre os demais militares, sobrecarregando-os. Além disso, deve-se ressaltar a própria deterioração da saúde do profissional ausente e de sua capacidade produtiva (TURATTI, 2012; TURATTI et al. 2017).

Estudos sobre o nexa causal entre distúrbios mentais e atividades laborativas apontaram os policiais como a categoria com maior índice de suicídios, apresentando uma maior frequência que na população geral, relacionado ao contato diário com a violência e os riscos a que esses profissionais se expõe. Esses mesmos fatores também se mostraram associados ao desenvolvimento de depressão e síndrome do pânico em monitores de casas de menores. Verificou-se, ainda, uma maior frequência de alcoolismo e transtorno de estresse pós-traumático entre os policiais militares, quando comparado a outras categorias trabalhistas (LIMA, 2008).

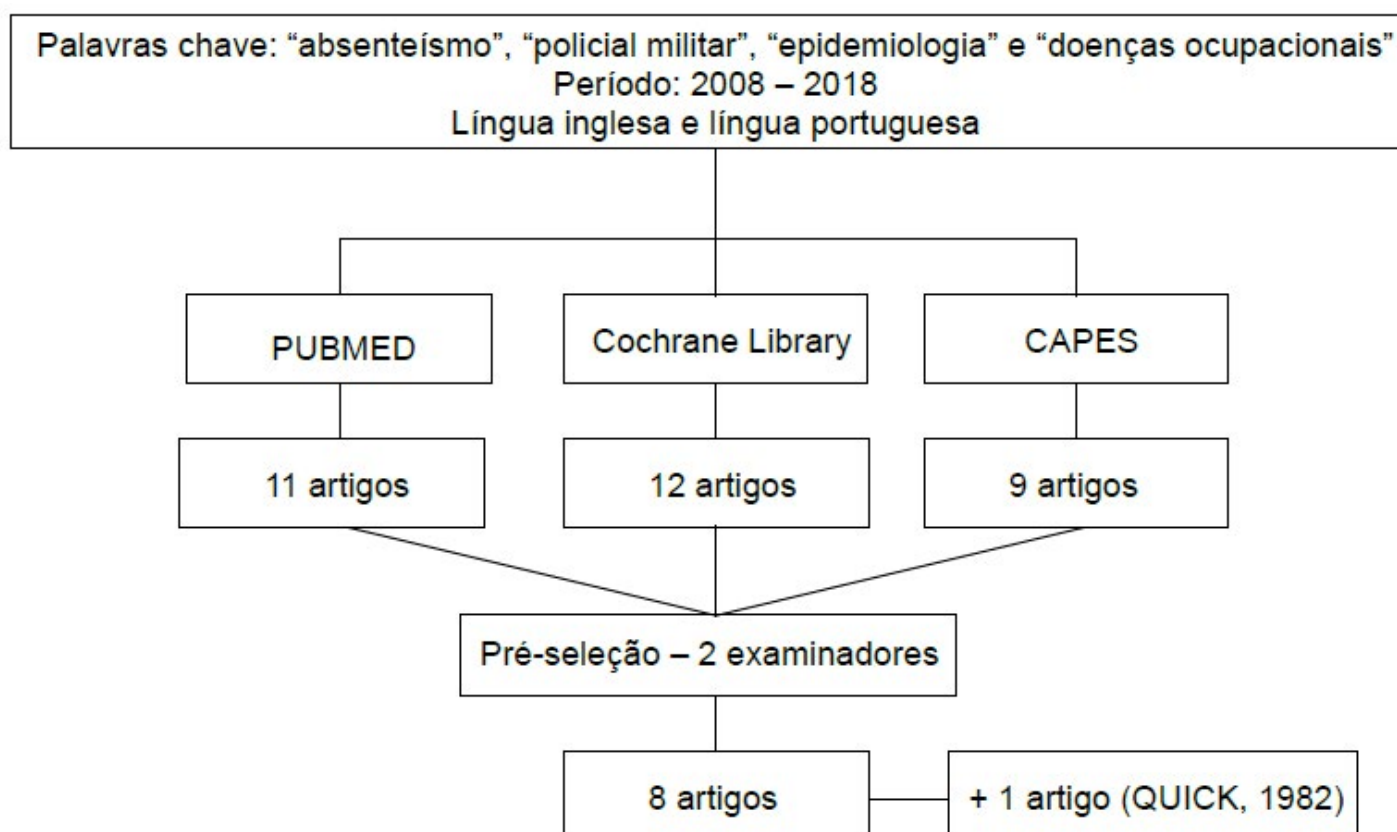
Haja vista que os militares estão expostos a situações laborais muito particulares, marcadas por riscos constantes e estresse físico e emocional intensos, faz-se necessário definir as causas que levam esses profissionais a se afastarem do serviço, para que medidas direcionadas de prevenção e

promoção de saúde sejam desenvolvidas (TURATTI, 2012; TURATTI et al. 2017).

O objetivo deste estudo foi avaliar, na literatura, as principais etiologias de absenteísmo por doença entre os policiais militares, realizando uma análise qualitativa dos resultados.

METODOLOGIA

Os estudos aqui reunidos foram coletados nas bases de dados PUBMED, Cochrane Library e plataforma CAPES, a partir das palavras-chave “absenteísmo”, “policial militar”, “epidemiologia” e “doenças ocupacionais”. Foram selecionados os textos de língua inglesa e portuguesa publicados entre 2008 e 2018. Foram encontrados, inicialmente, 32 artigos que preenchiam os critérios da pesquisa. Dois examinadores distintos avaliaram os textos e excluíram aqueles que não retrataram satisfatoriamente o tema proposto por esta revisão. Restaram, por fim, os 8 estudos mais significativos, que foram contemplados no presente artigo. Mais um estudo foi adicionado aos 8 previamente encontrados, devido à sua relevância. A metodologia utilizada para selecionar os textos aqui analisados está demonstrada no fluxograma abaixo.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Vale *et al.* (2015), estudando os diagnósticos associados às licenças médicas de servidores públicos do Ceará, de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID 10), evidenciou que mais da metade das etiologias apontadas concentravam-se em três dos dezesseis grupos da CID 10, quais sejam: “transtornos mentais e comportamentais” (Grupo F), que respondeu por 22,5% dos diagnósticos, “doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo” (Grupo M), com 21,1% das causas, e “fatores que influenciam o estado de saúde” e “contato com os serviços de saúde” (Grupo Z), responsável por 12,5% dos diagnósticos. De acordo com os autores, os trabalhadores da SEDUC e da PM apresentaram frequências maiores de episódios depressivos moderados e reações ao estresse grave e transtornos de adaptação. Os diagnósticos do Grupo F responderam por 20,1% das causas de afastamento dos policiais militares, em 2011, no Ceará (VALE *et al.* 2015).

O estudo desenvolvido por Turatti *et al.* (2017) analisou o absenteísmo por doença nos militares em serviço na Amazônia, segundo suas patentes, no período de 2010 a 2011. A autora verificou que o afastamento foi mais comum entre os militares do sexo masculino, com tempo de licença de 1 a 30 dias. Dentre os praças que se ausentaram do Palavras chave: “absenteísmo”, “policial militar”, “epidemiologia” e “doenças ocupacionais” Período: 2008 – 2018 Língua inglesa e língua portuguesa PUBMED Cochrane Library CAPES 11 artigos 12 artigos 9 artigos Pré-seleção – 2 examinadores 8 artigos + 1 artigo (QUICK, 1982) serviço, a maioria era natural do Estado do Amazonas, tinha entre 18 e 29 anos e a principal causa encontrada nesse grupo foram as doenças do sistema osteomuscular e conjuntivo (41,4%). Os oficiais eram, em sua maioria, naturais do Estado do Rio de Janeiro, tinham entre 30 e 39 anos e a principal causa de absenteísmo foram os transtornos mentais e comportamentais (23,3%) (TURATTI, 2012; TURATTI *et al.* 2017). De acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID 10), os praças em serviço na Amazônia se afastaram, principalmente, por transtornos internos do joelho (14,9%), fratura da perna, incluindo tornozelo (3,0%) e convalescença (11,5%). Os oficiais, por sua vez, apresentaram como principais motivos de afastamento as reações ao estresse grave e transtornos de adaptação (8,5%), transtornos internos do joelho (5,9%) e convalescença (9,8%) (TURATTI *et al.* 2017).

Bravo *et al.* (2016) realizou uma pesquisa entre os policiais militares da região de Marília, São Paulo, no ano de 2012. Foi verificada uma taxa de absenteísmo de 18,6% no grupo estudado, um percentual relativamente baixo quando comparado a outros estudos. A causa mais recorrente de afastamento

encontrada por Bravo *et al.* foram os traumas ortopédicos, sendo que os policiais cuja faixa etária situava-se entre 31 e 40 anos apresentaram quase 16,98 vezes mais chance de sofrer traumas que os da faixa etária de 20 a 30 anos (BRAVO *et al.* 2016).

Pinto (2010) avaliou as taxas de absenteísmo por doença na brigada militar de Porto Alegre, entre 2009 e 2010. A autora constatou que a principal causa de afastamento se deu por traumas osteomusculares (CID 10: Grupo S), seguida de alterações psicoemocionais (Grupo F). No entanto, essa ordem se inverte quando se avalia a quantidade média de dias de afastamento, sendo que as maiores médias foram observadas no grupo das alterações psicoemocionais, seguido das alterações circulatórias (Grupo I) e, em terceiro lugar, os traumas osteomusculares (PINTO, 2010).

O estudo conduzido por Minayo *et al.* (2011) avaliou as condições de saúde, bem como os agravos físicos, nos policiais militares e civis do Rio de Janeiro. As autoras observaram que a maioria dos profissionais das duas corporações estava acima do peso ideal, sendo que os policiais militares apresentaram um quadro de maior gravidade. Nesse estudo, a medida de peso corporal dos policiais foi 32% maior que a da população brasileira. Constatou-se, também, que as taxas de sedentarismo entre os policiais estudados foram maiores que as observadas em outras categorias profissionais. A vida sedentária, bem como o aumento do peso, se mostraram associados a um maior risco de adoecimento desses profissionais (MINAYO *et al.* 2011).

Os resultados encontrados por Minayo *et al.* estão em concordância com um outro estudo realizada na Finlândia, por Kyröläinen *et al.* (2008), com militares finlandeses, no ano de 2004. Tal estudo enfatizou que baixo condicionamento físico aeróbico, má aptidão muscular, bem como alto IMC, são fatores de risco para absenteísmo por doença. Os autores observaram, ainda, que a prática de atividade física regular, pelo menos três vezes por semana, como recomendado pela American College of Sports Medicine, diminui o tempo de afastamento do profissional militar por agravos físicos (KYRÖLÄINEN *et al.* 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de existir uma certa variabilidade na ordem de prevalência dos agravos, todos os estudos apresentaram concordância de que as principais causas de afastamento dos policiais militares são os traumas ortopédicos, doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo e transtornos mentais e comportamentais. A maioria dos estudos, no entanto, apontou os traumatismos osteomusculares como a causa mais recorrente de absenteísmo do serviço militar. É provável que estudos que não contemplaram o Grupo S da CID 10 entre

seus diagnósticos, tenham considerado os agravos aqui contemplados como acidentes de trabalho, priorizando, apenas, o absenteísmo por doença em sua análise estatística.

A própria natureza do serviço militar pode explicar esse achado, uma vez que esses profissionais são submetidos a uma sobrecarga física mais intensa. Daí a necessidade de um preparo físico adequado, como ressaltaram Minayo e Kyröläinen, para a prevenção desses agravos e a redução do número de dias de afastamento.

Outra vertente do serviço militar que deve ser lembrada como precursora de adoecimento é a constante exposição a riscos, violência, pressão social, longas jornadas e condições físicas precárias de alguns locais de trabalho, como presídios. Todos esses fatores contribuem para o absenteísmo tanto por agravos físicos, como mentais. É importante ressaltar que todos os estudos evidenciaram as alterações psicoemocionais como causas muito prevalentes de afastamento dos policiais e foi observada relação causal entre as características particulares desenvolvidas por esse segmento profissional e o adoecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- QUICK, T.C.; LAPERTOSA, J.B. Análise do absenteísmo em usina siderúrgica. *Rev Bras Saúde Ocup.* 1982;10(40):62-7.
- VALE, S.F.; MACIEL, R.H.; NASCIMENTO, A.P.T.; VASCONCELOS, J.W.O.; PIMENTEL, F.H.P. Análise de diagnósticos associados às licenças médicas de servidores públicos do Ceará. *Revista de Psicologia, Fortaleza*, v. 6 n. 1, p. 68- 81, jan./jun. 2015.
- TURATTI, B.O. Afastamento por problemas de saúde de militares do exército em serviço no Estado do Amazonas, 2001-2011. UFAM/FIOCRUZ/UFPA. Manaus, 2012.
- TURATTI, B.O.; PIRES, R.O.M.; GONÇALVES, M.J.F. Absenteísmo por motivo de doença entre militares do Exército em serviço na região da Amazônia, segundo suas patentes. *Scientia Amazonia*, v. 6, n. 1, 9-18, 2017. Revista on-line <http://www.scientia-amazonia.org> ISSN:2238.1910.
- LIMA, M.E.A. A polêmica em torno do nexo causal entre distúrbio mental e trabalho. *Psicologia em Revista*, 10(14), 82-91. 2008.
- BRAVO, D.S.; BARBOSA, P.M.K.; CALAMITA, Z. Absenteísmo e envelhecimento no contexto ocupacional do Policial Militar. *Rev Bras Med Trab.* 14(2):134-42; 2016.
- PINTO, J.N. Absenteísmo por doença na brigada militar de Porto Alegre, RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.
- MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G.; OLIVEIRA, R.V.C. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(4):2199-2209, 2011.
- KYRÖLÄINEN, H.; HÄKKINEN, K.; KAUTIAINEN, H.; SANTTILA, M.; PIHLAINEN, K.; HÄKKINEN, A. Physical fitness, BMI and sickness absence in male military personnel. *Occupational Medicine* 2008;58:251 – 256.

O EXERCÍCIO DO DIREITO À SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO NO MUNICÍPIO DE FORMOSA GOIÁS

THE EXERCISE OF THE RIGHT TO HEALTH IN THE PENITENTIARY SYSTEM IN THE MUNICIPALITY OF FORMOSA GOIÁS

NASCIMENTO, GUILHERME GOMES DO¹, SOUZA, HEDICAZIO DE OLIVEIRA², COSTA, WEBSE DA MOTA³, EVANGELISTA, PATRÍCIA GONÇALVES³, AMARAL, WALDEMAR NAVES⁴

RESUMO

Contemporaneamente, muito tem se discutido sobre a saúde no sistema penitenciário, assim o objetivo desse estudo foi analisar o acesso do preso e dos profissionais do sistema penitenciário de Formosa aos serviços de saúde no exercício do direito. Sendo a finalidade do presente artigo, analisar o acesso da população privada de liberdade aos serviços de saúde realizados nas unidades penitenciárias. A dificuldade do preso ao acesso à saúde encadeia a proliferação de doenças dentro dos presídios, sendo este um problema também para a área administrativa e agente. Vale ressaltar a busca na evolução da assistência à saúde no sistema penitenciário brasileiro pelo Ministério da Justiça e da Saúde e demais órgãos, com a finalidade de que as ações e serviços de saúde penitenciária observem as diretrizes conforme os princípios do sistema único de saúde (SUS). A metodologia da pesquisa em questão foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo realizada por meio de resposta a entrevista estruturada por agentes prisionais que atuam na segurança do sistema prisional de Formosa. Os dados coletados levam a observação de que a população carcerária de Formosa possui acesso ao sistema de saúde no atendimento pelo SUS nas unidades hospitalares locais. Os resultados levam a conclusão que, mesmo diante das dificuldades enfrentadas no sistema penitenciário, assim como na saúde, os presos possuem acesso e acompanhamento nas diversas áreas da saúde, garantindo assim seus direitos.

PALAVRAS-CHAVE: AGENTES PRISIONAIS, PRESO, SAÚDE, SISTEMA PENITENCIÁRIO.

ABSTRACT

At the same time, much has been discussed about health in the penitentiary system, so the purpose of this study was to analyze the access of prisoners and professionals of the prison system of Formosa to health services in the exercise of the right. The purpose of this article is to analyze the access of the population deprived of liberty to the health services performed in the penitentiary units. The prisoner's difficulty in accessing health leads to the proliferation of diseases within prisons, which is also a problem for the administrative area and agents. It is worth emphasizing the search for the evolution of health care in the Brazilian penitentiary system by the Ministry of Justice and Health and other organs, so that the actions and services of penitentiary health observe the guidelines according to the principles of the single health system (SUS). The methodology of the research in question was the bibliographical research and the field research carried out by means of response to the interview structured by prison agents that act in the security of the prison system of Formosa. The data collected lead to the observation that the prison population of Formosa has access to the health system in the SUS care in the local hospital units. The results lead to the conclusion that, despite the difficulties faced in the penitentiary system, as well as in health, prisoners have access and monitoring in the various health areas, thus guaranteeing their rights.

KEYWORDS: PRISON AGENTS, PRISONER, HEALTH, PENITENTIARY SYSTEM.

¹Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás – CAPM, guilhermegomesn@gmail.com.

²Doutorando em Ciências da Saúde da Universidade Federal de Goiás (UFG)

³Mestrandos em Ciências da Saúde da Universidade Federal de Goiás (UFG)

⁴Médico, Docente da Universidade Federal de Goiás (UFG), Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde.

INTRODUÇÃO

O direito à saúde está disposto nos artigos 196 a 200 da Constituição Federal de 1988 e define que o Estado é responsável por garantir a saúde e direito de todo o cidadão, dessa forma visa a construção de uma sociedade. De acordo com o INFOPEN (2017) atualmente a população carcerária brasileira é de aproximadamente 726.712 (setecentos e vinte seis mil e setecentos e doze) presos, conforme dados apresentados pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.

Existe um caos em relação à saúde dos encarcerados e profissionais de segurança pública, por causa da superlotação de prisioneiros nas celas, que se encontra em estado de extrema precariedade e insalubridade, tornando os estabelecimentos prisionais um ambiente promissor a proliferação de bactérias e contágio de doenças. Em contraponto, contempla a obrigatoriedade e possibilidade do Estado em atuar no fornecimento de assistência à saúde das pessoas privadas de liberdade.

O indivíduo encarcerado no Brasil se tornou um gênero de não cidadão, pois ele não tem preservado os direitos fundamentais garantidos na constituição. Muitas vezes esses indivíduos que são isolados da sociedade e já se encontravam vulneráveis antes mesmo de serem presos, assim, esses seres humanos são vistos pela sociedade como sub-humanos, pois já era alvo de preconceito de classe e de cor e quando este sujeito comete algum crime a justiça os define como criminosos.

Diante disso, a problemática a ser analisada no trabalho é: O acesso do preso e dos profissionais do sistema penitenciário de Formosa aos serviços de saúde tem garantido o exercício do direito à saúde na privação de liberdade?

O objetivo geral do presente trabalho foi analisar o acesso do preso e dos profissionais do sistema penitenciário de Formosa aos serviços de saúde no exercício do direito. Como objetivos específicos observa-se identificar a ocorrência da assistência ao preso por intermédio de ações estatais; descrever as políticas públicas de saúde no sistema penitenciário; analisar o direito a saúde como garantia fundamental do preso e dos profissionais do sistema penitenciário.

A relevância do motivo pelo qual foi escolhido o tema em questão para o presente trabalho, deve-se a atuação da Polícia Militar do Estado de Goiás na participação do cotidiano das penitenciárias, porquanto, o agente de segurança é exposto a risco de saúde, e contágio de doenças que podem ser transmitidas ao entrar em contato com a pessoa privada de liberdade, que está sendo escoltada ou removida. Por conseguinte, contribuir para que instituição possa realizar um trabalho de prevenção e combate as doenças, assim sendo, evitar que o policial seja contaminado.

O trabalho é dividido em três capítulos, inicialmente é traçada uma abordagem teórica sobre a visão constitucional, posteriormente, a lei de execução penal e políticas públicas. Em seguida é realizada uma análise do sistema penitenciário e assistência à saúde a partir do pensamento de diversos doutrinadores, abordando o atual sistema, definições de estabelecimentos penais e o exercício do direito a saúde no sistema penitenciário. Por fim, no terceiro capítulo pesquisa a realidade da saúde no sistema penitenciário de Formosa, igualmente relaciona o direito à saúde com os direitos humanos e a discussão dos resultados alcançados por meio da coleta de dados junto a profissionais do sistema penitenciário e delegado de polícia local.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

• 2.1 NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (CF)

Elencado na Constituição Federal (BRASIL, 1988), o exercício do Direito à Saúde é considerado um direito fundamental, conferido às pessoas. Assim, objetivando a proteção para todos os cidadãos, visando à construção de uma sociedade igualitária, verifica-se que nos artigos 196 a 200 da CF, as responsabilidades do Estado na promoção da saúde de todos como um dever são reforçadas.

Dessa forma, os serviços públicos e as ações de saúde fazem parte uma rede regional e hierárquica formando um sistema unificado e organizado de acordo com o art. 198 da Constituição Federal. No art. 199 da Constituição (BRASIL, 1988) institui que a assistência à saúde é de à iniciativa privada, dessa maneira as organizações privadas podem participar de maneira suplementar do sistema único de saúde, conforme as diretrizes deste, diante de um contrato de convênios ou direito público, tendo precedência os institutos filantrópicos e as sem fins lucrativos. Por fim, o art. 200 elenca a competência e outras atribuições do sistema único de saúde nos termos da lei.

• 2.2 NA LEI DE EXECUÇÃO PENAL (LEP)

A Lei 7.210/84 apronta no artigo 1º que o papel da execução penal é a efetivação de acondicionamentos de sentença proporcionando condições que proporcionem uma harmônica integração do indivíduo condenado e do internado na sociedade. Diante disso, Marcão (2014) elenca que a Lei de Execução Penal é entendida como norte jurídico que elenca os direitos e os deveres dos indivíduos que estão em privação de liberdade. No art. 14, caput, assegura a assistência à saúde do preso ou do interno de maneira preventiva e também curativa, de maneira a abranger ainda atendimento médico, odontológico e farmacêutico.

Ocorre que, a realidade demonstra, todavia, que o sistema penitenciário não dispõe nem de pessoal ou equipamentos que consigam assegurar aos presos um atendimento de saúde apropriado. De acordo com Avena (2014) a carência de recursos e profissionais da rede pública de saúde para a realização dos serviços de atendimento à população carcerária com qualidade. A efetivação desses direitos pelo Estado ainda não se fortaleceu até os dias atuais, dificultando a efetividade do direito de assistência à saúde do preso no sistema penitenciário.

• 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E O ATUAL SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

De acordo com a Legislação de Saúde no Sistema Prisional LSSP (BRASIL, 2014) as Políticas Públicas elaboradas pelo Ministério da Saúde para o atendimento a população carcerária no Brasil passa por algumas adequações. Uma destas está relacionada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no ano de 2014, visando garantir a esta população o cuidado à saúde no âmbito da saúde pública e de abrangência do Sistema Único de Saúde.

Segundo a LSSP (BRASIL, 2014) também no ano de 2014 foi deliberado o serviço de avaliação e acompanhamento de pessoas com transtornos mentais privadas de liberdade, designando a realização de medidas terapêuticas com esses indivíduos, redirecionando assim, os modelos de assistência à saúde no sistema penitenciário. Essa modificação ocorreu devido à instituição da Lei 10.216/2001 que elenca os direitos dos indivíduos portadores de transtornos mentais e a obrigatoriedade da assistência a saúde, mesmo que em estado de privação de liberdade. A ocorrência dessas mudanças representa um ganho importante no que se refere ao exercício do direito a saúde do preso, assim como assegura os Direitos Humanos e a Constituição brasileira diante da responsabilidade do Estado.

Diante disso, Verdélio (2017) referencia que em pesquisa realizada no ano de 2016 o número da população carcerária no Brasil era de 726.712 detentos. Esse número foi produzido por meio do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), em conjunto com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), sob atuação do Ministério da Justiça. Dados anteriores, do ano de 2014, apresentam que essa mesma população era de 622.202, demonstrando um crescimento de aproximados 104 mil pessoas privadas de liberdade, mantidas no sistema penitenciário. Desse total, aproximados 40% estão em prisão provisória, ainda aguardam julgamento e sentença definitiva e de acordo com outros dados mais da metade desse número são jovens com idades entre 18 a 29 anos e ainda 64% é parte de uma população negra.

Verdélio (2017) salienta ainda que no sistema prisional do Brasil, apesar do número apresentado em diversas pesquisas de superlotação do sistema prisional, ainda possuem 368.049 vagas para presos em diversas penitenciárias, assim como assegura a pesquisa realizada no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. De acordo com o diretor do DEPEN Jefferson de Almeida “temos dois presos para cada vaga no sistema prisional, porém ocorreu um aumento significativo nas unidades de prisão, e mesmo assim não se pode dizer que o sistema está preparado para receber uma população maior, que aumenta a cada dia”.

Corroborando com isso, pesquisa de Verdélio (2017) caracteriza que o Brasil está classificado como sendo o terceiro país no ranking com o maior número presos, em seguida está os Estados Unidos e a China. O país que ocupa o quarto lugar é a Rússia, cuja taxa em 2016 era de 352,6 indivíduos a cada 1000 mil habitantes, no ano de 2014, a população penitenciária chinesa era de 306,22 presos a cada 100 mil habitantes.

Mediante o exposto, Marcão (2014) reflete que tribunais têm se posicionado a favor às melhorias ao atendimento à saúde dos presos, comprovando assim a necessidade de um acompanhamento na saúde de maneira mais qualitativa, diante das diversas doenças os quais os indivíduos estão sujeitos. Assim como assegura o art. 14, § 2º, da Lei n. 7.210/84 observa-se que a população carcerária tem direito a assistência e cuidados da saúde e ressalta-se assim a importância de uma unidade de tratamento intensivo (UTI), possibilitando ainda a execução da prisão domiciliar quando necessário.

Diante do quadro apresentado, Assis (2007) relaciona que o que ocorre é uma duplicidade de aplicação da pena do condenado, devido à penalidade de prisão e o lastimoso estado de saúde que ele desenvolve no decorrer de a sua permanência na cela.

• 2.4 O EXERCÍCIO DO DIREITO À SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Para melhor entendimento do assunto analisado, faz mister uma análise evolutiva sobre a legislação que norteia o exercício do direito a saúde no sistema carcerário, para tanto, deve ser levado em consideração as diretivas bases para tal desenvolvimento, abordando assim, o arcabouço normativo referente ao tema.

Consoante ao já exposto, o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), instituído pela Portaria Interministerial 1.777, em 09 de Setembro de 2003, foi revogado em 2014 e passou por um processo de transição até final de 2016. Substituindo o modelo antigo, foi instituída a Política Nacional para Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas

de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), por meio da Portaria Interministerial nº 1 de 2014, onde o objetivo é garantir o acesso da população presa ao atendimento dos serviços do Sistema Único de Saúde, assim como, realizar a alocação de novas estratégias gestoras para fortalecer a capacidade local nesta ação. Assim, a Legislação em Saúde no sistema Prisional (BRASIL, 2014) assegura que, com a publicação da PNAISP, o que se esperou foi uma maior cobertura assistencial no âmbito da saúde à população carcerária sob custódia do Estado, executando as estratégias defendidas pelo SUS e diante do que assegura a lei em vigor.

Assim, o Plano Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade, tem como principal objetivo a garantia de acessibilidade do preso no sistema prisional aos cuidados do sistema de saúde público, conveniado ao SUS. Entende-se ainda, como beneficiários da PNAISP segundo o SUS, as pessoas tuteladas pelo Estado no sistema prisional, seus familiares e aqueles que convivem no ciclo familiar devem ter acesso as estratégias de promoção à saúde de acordo como assegura o sistema de prevenção de problemas no âmbito da PNAISP.

Não obstante, o Ministério da Saúde (BRASIL, 2014) descreve que, pertence ao Estado, por meio da Secretaria Estadual de saúde, a obrigatoriedade do cumprimento das metas de atenção básica, as ações de recuperação, proteção e promoção da saúde do preso no sistema prisional, implementado o plano de ação da PNAISP em parceria com a Administração Penitenciária e a Secretaria de Justiça e ou congêneres, considerando as questões prioritárias e as regionais. Essas ações devem ocorrer de maneira articulada e contínua ao que apresenta o Plano de Saúde do Estado ou do Distrito Federal e as ferramentas de planejamento que devem estar em concordância com SUS nessa ação de atendimento prioritário ao preso no exercício do direito assegurado na Constituição.

• 2.5 DIREITOS HUMANOS E O DIREITO À SAÚDE

No que tange aos Direitos humanos, Arruda et. al. (2013) sugere que seja de um modo amplo, que possa transpassar o controle dos direitos legais. Os Direitos Humanos se conectam ao princípio da dignidade da pessoa humana e para que seja concretizado é preciso o reconhecimento e o emprego de outros direitos e garantias dos indivíduos envolvendo os direitos sociais, civis, culturais e econômicos.

O direito à saúde, na concepção de Marcão (2014) é imprescindível para o desenvolvimento da pessoa, pois assegura aos indivíduos e grupos, proteção contra práticas que interferem nas liberdades fundamentais e na dignidade humana. Nesse sentido o artigo 25 da “Declaração Universal dos Direitos

Humanos” de 1948, estabelece que o direito à saúde seja garantido a cidadão. Os indivíduos devem ter acesso a um grau de vida aceitável para possibilitar à sua família bem-estar e a saúde e, especificamente deve receber assistência médica, vestuário, o alojamento e à alimentação.

Assim, assegura Arruda et. al. (2013) que o saúde demonstra ser um conceito muito mais abrangente do a simples apresentação de enfermidade psíquica ou física, todavia, insere a esse direito, outras categorias como a dignidade, alimentação, trabalho, moradia, educação, à vida, proibição contra a tortura, não discriminação, igualdade, privacidade, reunião, deslocamento, acesso a informação e liberdade de associação. Em suma, desfrutar de saúde é gozar de uma vida digna, aproveitando de uma série de direitos humanos.

De acordo com o que assegura a República do Cazaquistão (CAZAQUISTÃO, 1978) à ausência de observação do direito à saúde pelo Estado no âmbito prisional mostra-se em discordância com o que assegura a declaração de Alma-Ata de 1978, a qual esboça um conceito abrangente de saúde, associado ao fato de ser um direito fundamental do indivíduo. A declaração define que a saúde é um estado mental, social e bem-estar físico, e não apenas a falta de enfermidade ou de doença, e a assistência à saúde é um direito fundamental assegurado aos indivíduos.

3 METODOLOGIA

Essa pesquisa objetiva analisar o acesso do preso e dos profissionais do sistema penitenciário de Formosa aos serviços de saúde no exercício do direito. Tem base exploratória de caráter descritivo (GIL, 1987, p. 41- 42; PEDROM, 1998, p 123-125). Seu objetivo é proporcionar maior proximidade com o problema, com vista a torná-lo mais claro. “O planejamento para este tipo de trabalho é bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado” (IBID, p. 41).

Buscou-se através desta pesquisa, mapear questões que envolvem o cotidiano das relações de acesso dos presos e profissionais do sistema penitenciário aos serviços de saúde e a estruturação oferecida para o procedimento dessa atenção, asseguradas pela legislação brasileira. A averiguação proposta será em uma unidade prisional de Formosa-GO.

A investigação, ora em curso está atrelado à viabilização do cumprimento da legislação vigente no que se refere à Assistência Prisional, no âmbito da atenção integral à saúde dessa população compreendida no Sistema Penitenciário Nacional.

Constituirá ao término, em reflexão por parte dos profissionais que atuam nesta unidade prisional, através de informação, conhecimento e questionamento relacionado ao acesso ao

serviço de saúde, objetivando a integralidade entre ação x serviço x legislação.

A população participante constituiu-se de profissionais que atuam na segurança do sistema prisional de Formosa. Para a coleta de dados foi utilizada a técnica da entrevista semiestruturada. As entrevistas semiestruturadas acordam questionamentos abertas e fechadas, onde o entrevistado tem a possibilidade de falar sobre o tema em questão.

Os dados coletados foram subtraídos a partir de entrevista semiestruturada direcionada aos profissionais. A coleta de dados iniciou-se pelas informações que se encontram disponíveis, passíveis de observação.

O roteiro da entrevista contou com treze questões para discussão, tendo em foco aspectos pessoais, formação profissional, dificuldades, necessidades e opinião sobre a política de saúde adotada para os presos e profissionais do sistema penitenciário de Formosa Goiás.

Os dados foram analisados a partir da comparação entre o que preconiza o Programa de Atenção a Saúde do Sistema Prisional. Considerou-se a percepção do pesquisador observada durante a coleta de dados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir são apresentados os resultados coletados por meio da aplicação do instrumento de pesquisa aos agentes carcerários da unidade do presídio em Formosa-GO.

Os resultados em relação à idade dos profissionais todas atuam como agentes penitenciários e apresentam como média de 26 anos na idade, entre os 6 participantes da pesquisa, todos do sexo masculino com efetividade de trabalho em horas de trabalho semanal de 24 X 72 horas.

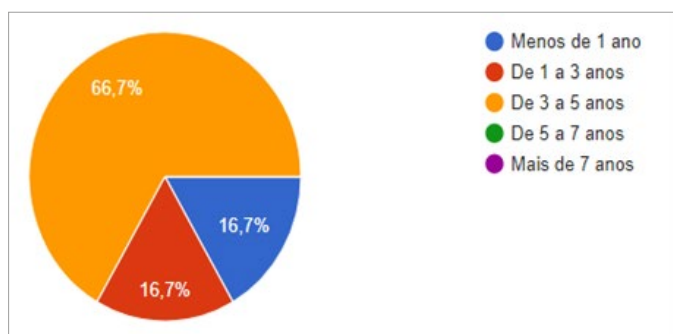


Gráfico 1 – Tempo de serviço com a população carcerária. Fonte: Nascimento (2018).

No gráfico anterior observa-se sobre o tempo de serviço dos profissionais com a população carcerária, destacando que 66,7% atuam entre 3 e 5 anos, 16,7% atuam entre 1 e 3 anos

e 16,75 atuam a menos de um ano. Esse trabalho possibilita o maior conhecimento dos profissionais em relação aos procedimentos realizado dentro da unidade de saúde relacionadas a saúde do presos, assim como a assistência dada ao ambiente de trabalho ao qual desempenham suas funções dentro do ambiente carcerário.

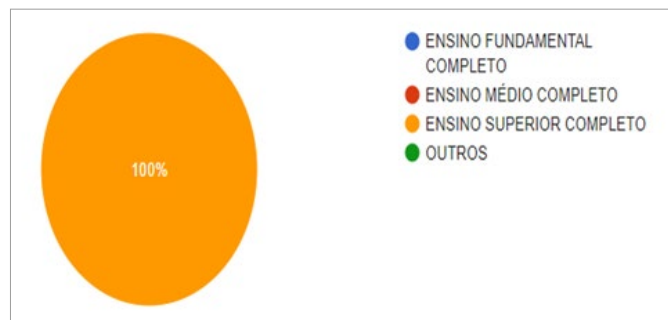


Gráfico 2 – Formação. Fonte: Nascimento (2018).

De acordo com o gráfico é possível observar que os profissionais, 100% (6) possuem formação em ensino superior completo. A questão da formação possibilita aos profissionais a aquisição de maior conhecimento em relação à legalidade das ações desempenhadas no âmbito do sistema prisional de maneira que não sejam lesados os direitos tanto dos presos quanto dos profissionais que atuam enquanto defensores da lei.

Participantes	Respostas
A	Na unidade em que trabalho, no momento nenhum.
B	Todos os tipos de atendimento estão sendo direcionados ao Hospital Municipal de Formosa.
C	Atualmente os atendimentos estão sendo realizados nos hospital municipal de Formosa médico clínico geral, psicólogo, psiquiatria, ortopedia e tem assistente social.
D	Não há serviço de saúde na unidade de Formosa, tanto que os casos que envolvem a saúde dos detentos são encaminhados para as unidades de saúde municipal.
E	Serviço de saúde completo na medida do possível, oferecido na unidade hospitalar local.
F	Nenhum, os atendimentos são realizados no hospital municipal de Formosa

Tabela 1: Quais são os serviços de saúde que são oferecidos aos encarcerados do sistema penitenciário de Formosa? Fonte: Nascimento (2018).

Observa-se na tabela que em relação aos serviços oferecidos estão restritos ao atendimento a unidade do Hospital Municipal

de Formosa, observando-se as especialidades as quais estão disponíveis para atendimento, também de toda a população. O diferencial é que pelo fato do preso representar um risco à segurança da população o atendimento é realizado de forma emergencial, principalmente pelo fato de que a estes são garantidos os direitos de atenção básica assim como asseguram os Direitos humanos.

Ainda sobre o atual sistema e aos serviços de saúde oferecidos, Arruda et al. (2013), os Direitos Humanos estão conectados à dignidade do sujeito. E para sua concretização se faz necessário o reconhecimento e aplicação de outros direitos, como respeito pela dignidade e o valor de cada pessoa; os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais dos indivíduos.

Participantes	Respostas
A	Falta de pessoal da área de saúde dentro das unidades.
B	Falta de atendimentos hospitalares dentro das unidades
C	A dificuldade maior é a falta de material e medicamentos pois na unidade tem uma enfermeira todos os dias, médico uma vez na semana psicólogo a disposição quando não tem como fazer o atendimento na unidade o reeducando é levado até o hospital. Quando o interno precisa de um atendimento especial a equipe de saúde faz o encaminhamento, mas as vezes há demora pois nem, sempre há vagas.
D	Não há efetivo de profissionais voltados para saúde.
E	Pouco efetivo e pouco suporte material.
F	Falta de equipamentos e pessoal qualificado da área de saúde presente dentro das unidades.

Tabela 2: Quais são as dualidades do serviço de saúde para atender a necessidade dessa clientela? Fonte: Nascimento (2018).

Dentre as alternativas citadas observa-se a necessidade de profissionais com qualificação específica para atendimento da população carcerária, assim como a disponibilidade de materiais. Essa não é uma realidade caótica apenas do município de Formosa, mas também de diversos outros municípios que precisam dividir o atendimento da população civil com a população carcerária, observando-se que não se trata de uma questão preferencial, mas de ajustamento das questões que envolvem o direito do preso.

De acordo com Assis (2007) é importante salientar sobre o descaso em relação à saúde do preso, diante do problema da

superlotação nas penitenciárias brasileiras, podendo classificar ainda como um ambiente insalubre e precário para abrigar pessoas, mesmo que em situação de criminosos. O ambiente das celas nas penitenciárias é propício ao desenvolvimento de diversas doenças de ordem biológica, física e psíquica dos encarcerados.

Participantes	Respostas
A	Para atuar no sistema prisional se deve gostar do que faz, tendo em vista que é um ambiente hostil, estressante onde não tempo apoio nenhum de psicólogos, nem muito menos dos direitos humanos. Tendo em vista que muitos colegas adoecem e são afastados dos cargos por não terem esse tipo de apoio psicológico. Diante disso não vejo vantagens no serviço centro do sistema prisional.
B	Uma vantagem é o horário através de escala e desvantagem é o ambiente insalubre e sem apoio médico
C	Desvantagem é que o sistema é caótico condições precárias tanto para o preso quanto pra os servidores salário incompatível com a função principalmente para servidores temporários, vantagem nenhuma acho que a necessidade fala mais alto e quem realmente gosta talvez ache alguma mas eu não vejo.
D	Devido ao ambiente de encarceramento, o desempenho das atividades laborais se mostram desgastantes para o profissional penitenciário. Não há apoio psicológico, fato que contribui para o adoecimento dos profissionais e seu consequente afastamento.
E	Vantagem: Chance de tentar reintegrar o interno a sociedade. Desvantagem: vulnerabilidade de doenças crônicas contagiosas.
F	Desvantagem é a precariedade do ambiente prisional, uma vez que não possui higiene necessária para manutenção do interno.

Tabela 3: Você poderia abordar uma vantagem e uma desvantagem de trabalhar no sistema prisional? Fonte: Nascimento (2018).

Dentre as vantagens apresentadas pelo agente penitenciário, observa-se a questão de fazer o que gostam e como desvantagem a precariedade do ambiente prisional. Observa-se que há uma série de inadequações relacionadas tanto à infraestrutura quanto as condições de vida, destacamos a falta ou escassez de transporte para presidiários em caráter de emergência, alimentação, saúde, dentre outros fatores agravantes a saúde dos presidiários.

Colabora Marcão (2014) que o direito à saúde é imprescindível para o desenvolvimento da pessoa, pois assegura aos indivíduos e grupos, proteção contra práticas que interferem nas liberdades fundamentais e na dignidade humana. Nesse sentido o artigo 25 da “Declaração Universal dos Direitos Hu-

manos”, estabelece que toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e a sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica.

Participantes	Respostas
A	Não. O atendimento feito aos presos é somente o emergencial e básico.
B	Não, só aumenta a criminalidade.
C	Sim. Merece atenção, pois estão em lugar insalubre, sujeito a várias doenças vivem em celas condados e propício a ficar doentes.
D	Não, haja vista que não há tratamento preventivo, apenas os casos de emergência são atendidos.
E	Sim.
F	Não, porque ainda é muito precária a situação de atendimento dos presos dentro das unidades.

Tabela 4: Na sua avaliação, o atendimento a população carcerária promove a inclusão do preso no serviço de atenção a saúde? Sim ou Não. Por quê? Fonte: Nascimento (2018).

Diante dos resultados observa-se que a saúde no sistema prisional que trata da atenção integral à saúde dos internos, tem como objetivo incluir nas ações e serviços de saúde do SUS, a população em estabelecimentos prisionais. As ações de atenção básica são desenvolvidas por uma equipe multiprofissional (médico, enfermeiro, odontólogo, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, auxiliar de enfermagem e auxiliar de consultório dentário). A equipe tem como atribuições fundamentais: planejamento das ações; saúde; promoção; vigilância e o tratamento interdisciplinar em equipe.

Assim, elenca Verdélio (2017) que os programas que antes eram destinados somente a população geral tem invadido aos poucos sistema prisional. E quando chega ao conhecimento sobre as implantações que tem ocorrido nos Estados, sabe-se que existem agentes interessados em melhorar o sistema, tanto para o preso quanto para os profissionais que atuam nas unidades. É sabido que a legislação não muda a realidade, tanto que ainda tem regiões que não veem importância no desenvolvimento deste trabalho.

Participantes	Respostas
A	Sim
B	De forma precária
C	Não
D	Sim
E	Total
F	Não

Tabela 5: No encaminhamento do preso ao serviço de saúde, os profissionais possuem acessibilidade ao atendimento? Fonte: Nascimento (2018).

Observa-se que há uma disparidade em relação ao atendimento, enquanto que ao preso é garantida a assistência médica, observa-se que diante das declarações dos profissionais, esse mesmo atendimento não é acessível ao profissional carcerário. Diversas são as situações que desencadeiam essa desigualdade, porém, cabe elencar que todo cidadão tem o direito ao atendimento a saúde, assim como preconiza a Constituição Federal.

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2014) é imprescindível para a efetivação do cumprimento estabelecido pela legislação vigente no país, que na atenção à saúde, as equipes desenvolvam as atribuições fundamentais. Isso engloba o planejamento a promoção das ações em saúde; a vigilância na execução dos procedimentos; o trabalho interdisciplinar em equipe e seu funcionamento recursal disponibilizado pelo Ministério da Justiça em parceria com o Ministério da Saúde.

Participantes	Respostas
A	Não. De forma alguma.
B	Não, precisa mudar essa política, pois todos estão desamparados nesse modelo.
C	Aos presos até que conseguem algo, pois as pessoas as vezes com anos na ala do SUS esperando um consulta com um especialista, por exemplo, um psiquiatra e no sistema eles conseguem em média 4 meses, os profissionais não há nenhum benefício prioritário, deve procurar o serviço público o por meio de plano de saúde
D	Certamente posso dizer que não. Isso é cada vez mais evidenciado nos ambientes distantes da capital, pois possuem municípios onde o próprio sistema de saúde é defasado.
E	Não, para ter assistência de qualidade teria que existir atendimento dentro da unidade prisional.
F	Não

Tabela 6: Você acha que a política de saúde atual garante à assistência de qualidade aos presos e aos profissionais do sistema penitenciário? Fonte: Nascimento (2018).

Observa-se que dentre as justificativas, os profissionais apresentam sua visão de que não há uma garantia de assistência das políticas de saúde em relação a igualdade de atendimento do preso e dos profissionais no ambiente de saúde pública.

Concomitante a isso Arruda et. al. (2007) esclarece que com o conhecimento sobre a legislação vigente, que assegura a assistência básica à saúde do sistema prisional, constata-se pelos entrevistados a existência da portaria que introduziu a saúde no sistema prisional e estabeleceu normas gerais que asseguram o pleno direito individual e social da população presa e, sua efetiva integração social.

Participantes	Respostas
A	A inclusão de enfermarias dentro das próprias unidades.
B	Um centro de saúde de qualidade de forma mais célere e eficiente, gerando maior qualidade de vida para os detentos e os profissionais dentro da unidade.
C	Acho que melhorar no fornecimento de medicamentos e materiais necessários isso tinha que ser prioridade pelo local em que se encontram, no mais o atendimento tá melhor que da população, em relação aos profissionais acho que deveria ter um apoio maior em relação à saúde do servidor principalmente a psicológica, a atividade é estressante e não temos apoio em relação a isso.
D	A instalação de núcleos de saúde ou programas permanentes dentro das unidades prisionais.
E	A instalação de um posto de atendimento médico dentro da unidade prisional para diminuir custos logísticos e aumentar a qualidade dos atendimentos.
F	Melhores políticas de atenção e prevenção de doenças dentro das unidades, bem como enfermarias e medicamentos.

Tabela 7: Em sua opinião quais são as ações que poderiam colaborar com a assistência oferecida aos presos e profissionais do sistema penitenciário no acesso ao serviço de saúde em Formosa-GO? Fonte: Nascimento (2018).

No contexto das repostas convém analisar que os pesquisadores descrevem a necessidade de implantação de enfermarias na unidade prisional e também o fornecimento de materiais para o atendimento ao preso na questão da saúde e dos cuidados a essa população.

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2014) enfatiza que de acordo com a Portaria Interministerial n.º 1.777 de 2003, as unidades prisionais devem contar com equipes formadas por médico, dentista, enfermeiro, auxiliar de enfermagem, psicólogo e assistente social. E segundo a relação das unidades prisionais cadastradas

no Cadastro Nacional de Estabelecimento em Saúde - CNES, o incentivo é repassado pelo Ministério da Saúde e da Justiça para a Atenção à Saúde no Sistema Penitenciário e os valores deste recurso estão definidos na Portaria Interministerial n.º 3.343 de 2006.

Nesse sentido, o resultado dessa pesquisa mostra que sente necessidade de uma formação que facilite a sua interação com as pessoas assistidas, indicando o caminho da problematização com uma possibilidade para promover a construção de outras maneiras de atuar, para suprir as necessidades dos presos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à saúde está disposto na Constituição Federal de 1988, que estabelece a responsabilidade do Estado é garantir a saúde de todo o cidadão. A população carcerária encontra-se em absoluto descaso em relação à precariedade dos serviços de atenção à saúde prestada dentro das penitenciárias. Diante disso o objetivo do estudo em analisar o acesso do preso e dos profissionais do sistema penitenciário de Formosa aos serviços de saúde no exercício do direito enfatizou que diante de todos os percalços o sistema penitenciário tem conseguido a realização dessa atividade de atendimento aos presos e o acesso, mesmo que reduzido aos agentes prisionais a saúde.

Para tanto, os objetivos conduziram um breve histórico acerca da assistência às pessoas encarceradas por intermédio de ações estatais, analisando a Lei de Execução Penal, aferindo assim, o acesso do preso a Rede de Atenção à Saúde, visando o cuidado integral sob o aspecto constitucional, assim promovendo o direito fundamental do presidiário.

O resultado da pesquisa indicou que o sistema penitenciário formosense está, de certa forma desamparado, tal resultado é elencado pela falta de um sistema de saúde específico para atendimento da população carcerária e profissionais que atuam nessas unidades, qual seja, a de que a forma que é ofertada à saúde do encarcerado, diante da superlotação geram doenças graves e sua proliferação, tendo ainda uso de drogas causando agravamento dessa situação.

O estudo enfatiza ainda que os programas que antes eram destinados somente à população geral tem invadido aos poucos sistema prisional. É sabido que a legislação não muda a realidade, tanto que ainda tem regiões que não veem importância no desenvolvimento deste trabalho. Não adianta possuir as ferramentas se não fazem uso delas. Ou seja, se existem programas, ações e serviços de saúde dentro das prisões, mas não ocorre a alimentação do banco de dados das patologias diagnosticadas.

No que diz respeito ao problema de pesquisa, os resultados apontam que a rede pública, que mesmo em suas dificuldades

em recursos dispõe de condições adequadas para dar atendimento aos presos do sistema penitenciário de Formosa. O Estado não conseguiu efetivar o apoio necessário aos reclusos.

Evidenciou-se, através da pesquisa que existe uma grande dificuldade por parte do poder público, ao cumprir seu dever de dar acesso à saúde de todos que se encontram presos assim como acessibilidade dos agentes, porém, é importante observar as ações que têm sido implementadas visando a efetividade desse atendimento no município de Formosa.

A visão conclusiva do presente estudo impulsiona a recomendar uma atenção especial para mobilização e a participação de todos aqueles envolvidos no cenário, isto é, poder público, presos, equipes de saúde, gestores, familiares e comunidade, na busca de melhor adequação da estrutura prisional e atendimento à saúde do encarcerado.

A presente pesquisa abriu novas perspectivas a partir das análises realizadas, salientando, para que o sistema penitenciário de Formosa funcione de forma satisfatória, é imprescindível que se tenha interesse em atingir as finalidades dos serviços de saúde, expondo significativos resultados nos índices de saúde.

Todavia, espera-se que, através deste artigo, sejam intensificadas as discussões acerca das medidas para melhor atendimento à saúde no sistema penitenciário de Formosa, a fim de contribuir para a implementação de ações mais atuantes e participativas efetivadas por intermédio de programas que satisfaçam as omissões do Estado, atendendo ao mandamento constitucional de que a saúde é um direito de todos e dever do estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, Aurilene; de OLIVEIRA, Maria Helena Barros et al. Direito à saúde no sistema prisional: Revisão Integrativa. Disponível em: <http://www.observasmjc.uff.br/psm/uploads/Direito_%C3%A0_sa%C3%BAde_no_sistema_prisional_revis%C3%A3o_integrativa.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2018.
- ASSIS, Rafael. A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. Brasília: CJF, n. 39, p. 74-78, out. 2007. Disponível em: <<https://www2.cjf.jus.br>>. Acesso em: 27 fev. 2018.
- AVENA, Norberto, Execução penal comentando. 1ª Edição. São Paulo, Editora Gen, 2014.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 de fev. 2018.
- Ministério da Saúde. Legislação em Saúde no Sistema Penitenciário, 2010. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/legislacao_saude_sistema_penitenciario.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2018.
- Ministério da Saúde. Legislação em Saúde no Sistema Prisional, 2014.
- CAZAQUISTÃO, Conferência Internacional de Alma-Ata. Declaração de Alma-Ata, de 6-12 setembro de 1978. Disponível em: <<http://www.opas.org.br>>. Acesso em: 29 jan. 2018.
- GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Um Projeto De Pesquisa. 4.ed. – São Paulo: Atlas. 2002. p.41- 42
- MARCÃO, Renato. Curso de execução penal. 12ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva. 2014.
- PEDRON, Ademar João. Metodologia científica: auxiliar do estudo, da literatura e da pesquisa. Brasília, Redentorista, 1998
- VERDÉLIO, Andréa. Com 726 mil presos, Brasil tem terceira maior população carcerária do mundo. EBC, 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-12/populacao-carceraria-do-brasil-sobe-de-622202-para-726712-pessoas>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Identificação do pesquisado

Idade: _____

Sexo: _____

Horas de trabalho / semanal

() 8 X 12

() 12 X 24

() 24 X 48

() 24 X 72

Atividade profissional: _____

Tempo de serviço com a população carcerária

() Menos de 1 ano

() De 1 e 3 anos

() De 3 a 5 anos

() De 5 a 7 anos

() Mais de 7 anos

Qual a sua formação?

() Ensino Fundamental Completo

() Ensino Médio Completo

() Ensino Superior completo

() Outro

Quais são os serviços saúde são oferecidos aos encarcerados do sistema penitenciário de Formosa?

Quais são as dificuldades do serviço de saúde para atender a necessidade dessa clientela?

Você poderia abordar uma vantagem e uma desvantagem de trabalhar no sistema prisional?

Na sua avaliação, o atendimento a população carcerária promove a inclusão do preso no serviço de atenção a saúde?

() Sim

() Não

Porque? _____

No encaminhamento do preso ao serviço de saúde os profissionais possuem acessibilidade ao atendimento?

Você acha que a política de saúde atual garante à assistência de qualidade aos presos e aos profissionais do sistema penitenciário?

Em sua opinião quais são as ações que poderiam colaborar com a assistência oferecida aos presos e profissionais do sistema penitenciário no acesso ao serviço de saúde em Formosa-GO?

REVISTA BRASILEIRA MILITAR DE CIÊNCIAS